

ACTA N.º 05/2010

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Aos dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, no auditório do Centro Associativo Municipal de Leiria, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes:

Ana Elisa da Costa Santos, que foi substituída por Mário Canário, Daniel Pereira Casaleiro, Presidente da Junta de Freguesia de Carvide, que foi substituído por Margarida Cardoso, Francisco André, que foi substituído por Carlos Conceição, José Manuel Francisco, que foi substituído por Carlos Duarte, José Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia da Memória, que foi substituído por Manuel Costa Santos, Laura Maria Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, que foi substituída por Pompeu Cainço, Luís Filipe Pinto, que foi substituído por António Fernandes, Luís Pedro Biscaia, que foi substituído por Micael Sousa, Maria Clarisse Louro, que foi substituída por Maria de Fátima Sismeiro, Maria Isabel Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes, que foi substituída por Isabel Maria Soares, Rui Ferreira da Silva, que foi substituído por Maria Célia Gordo, e, Vitorino Vieira Pereira, que foi substituído por Mónica António.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o senhor Presidente, Raul Miguel Castro e os senhores vereadores: Maria de Lurdes Machado, Gonçalo Lopes, Isabel Maria Gonçalves, Lino Pereira, Neusa Magalhães, Blandina Oliveira, António Martinho Gomes, José Benzinho da Silva, Carlos Vitorino e Filipa Esperança.

A sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores deputados José Alves e Maria Manuela Santos, 1º e 2º secretários da Mesa respectivamente.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.15 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

Ponto um.....48

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Ponto dois.....55

INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – Apreciação nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 48º da lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;

Ponto três.....63

XXIII MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO. II REVISÃO – Apreciação, discussão e votação;

Ponto quatro.....

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2011 DO TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA – **Apreciação, discussão e votação;**

Ponto cinco.....

DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EFEITOS E OCUPAÇÃO DE ÁREAS DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL – CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DA SECÇÃO DE BOMBEIROS DO SUL DO CONCELHO – Apreciação, discussão e votação;

Ponto seis.....

DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EFEITOS E OCUPAÇÃO DE ÁREAS DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL E RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL – QUINTA DO PAÚL - Apreciação, discussão e votação;

Ponto sete.....

DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EFEITOS E OCUPAÇÃO DE ÁREAS DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL E RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL- CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE LAZER E MERENDAS DE SANTA EUFÉMIA - Apreciação, discussão e votação;

Ponto oito.....64

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2011, OPÇÕES DO PLANO DO PARA 2011/2014 E MAPA DE PESSOAL PARA 2011 DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

Ponto nove.....

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2011, OPÇÕES DO PLANO PARA 2011/2014 E MAPA DE PESSOAL PARA 2011 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação;

Ponto dez.....

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS (ROSM) – Apreciação, discussão e votação;

Ponto onze.....

REVISÃO DOS LIMITES ADMINISTRATIVOS E ELABORAÇÃO DA CAOP2011 (CARTA ADMINISTRATIVA OFICIAL PORTUGUESA) - LIMITE ADMINISTRATIVO DOS CONCELHOS DE LEIRIA E MARINHA GRANDE NA FREGUESIA DA MACEIRA – Apreciação, discussão e votação;

Ponto doze.....

PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM JUNTAS DE FREGUESIA PARA MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE ENSINO DO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO, JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011 - Apreciação, discussão e votação

Ponto treze.....

MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA. ADENDA À CARTA EDUCATIVA - Apreciação, discussão e votação;

Ponto catorze.....

PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – EDUCAÇÃO – ESTORNO DE VERBAS – Apreciação e ratificação;

ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito boa noite a todos!

Peço aos senhores deputados e às senhoras deputadas que façam o favor de ocupar os lugares. Vamos dar início à nossa sessão do mês de Dezembro e antes de entrar em qualquer outro assunto gostava de vos falar do seguinte:

Foram-me entregues dois documentos, ambos com o mesmo sentido de um voto de pesar. Foi-me entregue um subscrito pelos cinco líderes das cinco bancadas, deputada Odete João, deputado Domingos Carvalho, deputado Carlos Guerra, deputada Mónica António, deputado Manuel Antunes. Entretanto há um segundo voto, com o mesmo sentido, que foi entregue pelo deputado João Cunha e que ficará obviamente registado em acta, uma vez que o senhor deputado João Cunha aceitou subscrever também o voto anterior. E assim simplifadamente, só lerei aquele que tem a assinatura de todos os partidos e que diz o seguinte:

VOTO DE PESAR

“Artur Cordeiro nasceu a 22 de Maio de 1964 na freguesia de Amor. O seu percurso de vida, pessoal e profissional, foi sempre feito na região de Leiria. Homem afável, dedicado às causas da sua terra natal e sempre disponível a colaborar de forma empenhada nos vários eventos que se realizavam na freguesia, assumia, assim, a sua participação cívica. Na actividade política exerceu os cargos de Presidente da Assembleia de Freguesia de Amor de 4/1/1994 a 7/1/1998 e foi deputado à Assembleia Municipal de Leiria desde 2005 pelo Partido Socialista.

No passado dia 11/11/2010 com 46 anos Artur Cordeiro faleceu no Hospital de Sto. André. A Freguesia de Amor e a região perde um dos seus filhos na plenitude da vida.

A Assembleia Municipal de Leiria presta homenagem à memória de Artur Cordeiro e endereça à sua família sentidas condolências.”

Suponho que esta Assembleia me dispensará, sequer, de perguntar o sentido de voto da Assembleia em relação a este voto, e que é consensual a sua aprovação.

Propunha que juntássemos a esse consenso, uma vez que Artur Cordeiro era membro desta Assembleia, na qual participava sempre, normalmente em

substituição de alguém, mas participava sempre, uma homenagem com um minuto de silêncio.

(1 minuto de silêncio)

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhores deputados e senhoras deputadas, transmitirei à família do nosso ex-deputado municipal Artur Cordeiro, o sentimento desta Assembleia.

Gostava de informar que não estive presente no funeral porque estava no estrangeiro, era absolutamente impossível, mas o Presidente da Assembleia Municipal esteve representado pelo 1º secretário da Mesa.

E antes de mais nada passamos à aprovação da acta da última reunião da Assembleia Municipal, e depois a seguir darei mais algumas informações em relação ao decorrer desta sessão.

Alguém tem alguma sugestão ou comentário a fazer em relação à acta?

Não vejo ninguém, vou pôr a acta à votação

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, cinco abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 24 de Setembro de 2010.

Gostava apenas de tratar um assunto, uma vez que a questão surge em acta. Na acta da última sessão um deputado municipal numa sua intervenção, perfeitamente legítima, bem entendido, questionou mais uma vez o velho problema dos computadores desta Assembleia.

Eu fiquei incomodado e tentei esclarecer de uma vez por todas o assunto. Já esclareci, o senhor deputado já foi esclarecido, gostava que esse assunto fosse ultrapassado, e perguntava ao senhor deputado Manuel Antunes se o assunto está arrumado e não temos que falar mais nisso. O assunto está perfeitamente esclarecido! Os computadores não desapareceram, não foram roubados, foi apenas uma mudança de utilização que não deveria ter acontecido da forma como aconteceu, mas é preferível não voltarmos a pensar nisso.

E portanto temos agora as questões relativas à organização desta sessão.

Eu reuni, antes da sessão, com os dirigentes das várias bancadas e acertei o seguinte que é muito simples:

No que diz respeito ao período de “antes da ordem do dia”, as senhoras e senhores deputados sabem perfeitamente o que diz a lei e o que diz o Regimento. O período de “antes da ordem do dia” dura uma hora no máximo e nessa hora devem estar incluídas as intervenções, devem estar incluídas as votações, e os esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara. Não será possível fazer isso numa hora, bem entendido, mas consensualizámos, tem o consenso dos dirigentes das bancadas, não serei totalmente inflexível mas serei o mais disciplinador possível.

No caso dos dois partidos maioritários, PS e PSD, não se adoptará o princípio proporcional e terão os dois o mesmo tempo. O PS não faz questão disso e comunicou-me através da sua dirigente de bancada, e portanto, um e outro terão quinze minutos no total no período de “Antes da ordem do dia”.

O Bloco de Esquerda e o PCP, por força do Regimento têm um tempo mínimo de cinco minutos que não pode ser reduzido, o CDS/PP proporcionalmente iria parar aos cinco minutos, para não ficar bem igual combinámos que ficaria entre cinco e sete minutos.

Os senhores Presidentes de Junta, se para tratar de assuntos relativos às respectivas freguesias têm o tempo que o Regimento lhes concede e aí não podemos alterar, que é no caso do período de “antes da ordem do dia” o máximo de cinco minutos, o que significa que eu aí serei inflexível. Caso contrário a sessão prolongar-se-ia indefinidamente.

Depois teremos a nossa organização da sessão. Temos uma pausa algures, porque sei que eventualmente haverá umas propostas em relação à ordem de trabalhos, veremos onde se situará essa pausa, mas faremos algures essa pausa para vivermos um pouco, independentemente da animosidade que a sessão tenha, o espírito natalício, partilhando bolo-rei e um cálice de vinho do Porto.

Eu tenho recebido inúmeras reclamações de deputados municipais, em relação à hora inaceitável, é o adjectivo que tem sido utilizado, a que têm terminado os trabalhos da Assembleia Municipal. Assim sendo, se chegadas as duas horas da manhã (isto é uma prerrogativa do Presidente), o Presidente sentir que a sessão está excessivamente atrasada, a sessão será interrompida e será retomada na próxima quarta-feira à mesma hora. É uma prerrogativa do Presidente da Assembleia.

Portanto, fica anunciado que o farei, a mesma sessão será interrompida e prosseguida na quarta-feira à mesma hora, esperemos que isso não seja necessário. E dito isto, temos o período de “antes da ordem do dia”, mas já me fizeram saber que há propostas em relação à questão da ordem de trabalhos e eu darei corpo a essas propostas.

Para a questão da ordem de trabalhos, pediram para intervir o senhor deputado Manuel Antunes e a senhora deputada Mónica António. Faça favor!

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Muito obrigado senhor Presidente.

Boa noite!

Sem animosidade acho que hoje não acabo aqui, vamos discutir como gente civilizada, cada um apresentando os seus argumentos.

Mas em relação a este aspecto, eu quando recebi esta convocatória fiquei perplexo. Esta ordem do dia mais me parece uma salada de frutas, onde a cereja vai ser encontrada lá para a última colherada. Esta é tradicionalmente a Assembleia do orçamento, por isso não se compreende como é que o ponto respectivo foi relegado para oitavo lugar. Não sei se pretendem cansar-nos antes e desmotivar-nos para a sua discussão, se foi o objectivo devo dizer já que se desenganem, mas de qualquer modo eu acho que seria oportuno fazer uma alteração na ordem do dia, e, proponho que os pontos oito e nove, isto é, o orçamento da Câmara e o orçamento dos Serviços Municipalizados passassem para segundo lugar, logo a seguir ao relatório do Presidente da Câmara, ou para terceiro lugar se tivermos em conta que há uma alteração ao orçamento anterior.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhora deputada Mónica António.

DEPUTADA MÓNICA ANTÓNIO (BE)

Boa noite!

Mónica António, Bloco de Esquerda

A minha intervenção tem a ver com a declaração de interesse municipal relativamente à Quinta do Paul.

O Bloco de Esquerda queria propor que este ponto fosse retirado, para já porque queríamos saber mais informações sobre este processo. A informação que nos chegou não é objectiva nem clara, queríamos colocar mais algumas questões ao executivo em relação a esta matéria, nomeadamente gostaríamos de saber que obras é que foram feitas e que a Câmara considera ilegais, porque motivo é que não foram embargadas, quais foram os critérios que tornaram a Quinta do Paul acção de relevante interesse público. Segundo, por parte das obras ilegais, porque motivo a Câmara não actuou como lhe competia, não devia ser ela o garante da legalidade democrática, esta é uma questão que nós queremos colocar, como é que é possível que ela seja considerada de interesse público, uma obra que é ilegal. Precisamos também de informações mais claras relativamente à própria estrutura da Quinta do Paul, porque uma vez que não vem lá informação relativamente ao número de funcionários, nós queremos saber qual é o tipo de contrato, etc., e porquê? Porque não queremos abrir precedentes, esta situação, se nós votarmos hoje, irá abrir precedentes, quanto a nós perigosíssimos, quem nos diz no futuro ter que andar aqui a considerar de interesse público todas as quintas para casamentos e outro tipo de negócios de carácter privado do concelho de Leiria.

Depois, porque isto está numa zona de REN...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Perdoar-me-á mas isso é a apreciação da proposta. O que está aqui em causa é retirar ou não retirar...

DEPUTADA MÓNICA ANTÓNIO (BE)

Eu estou a dar os motivos pelos quais propomos que o assunto seja retirado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Eu tenho duas propostas de alteração à ordem de trabalhos. Permitam-me só, em relação a uma das intervenções, que fique claro o seguinte:

Não será correcto senhor deputado, dizer-se “se quiseram, se fizeram, se colocaram”. O senhor deputado exerceu a função que eu exerço neste momento, portanto, esses verbos têm um sujeito e é singular. A responsabilidade pela elaboração da ordem de trabalhos não é “eles” nem é indeterminado, tem um nome, é Presidente da Assembleia Municipal, e chama-se Carlos André. Assumo a

responsabilidade de ter feito a ordem de trabalhos, não tinha intenção de cansar ninguém, que fique muito claro, nem o meu papel aqui é esse, é presidir às sessões da Assembleia. Limitei-me a fazer a ordem de trabalhos de acordo com a ordem como vinha recebendo as várias propostas dos vários pontos que não chegaram, como deve imaginar, ao mesmo tempo.

Sem mais nenhuma consideração, obviamente, porque me parece pertinente a argumentação aduzida, só quero é esclarecer isso, porque eu assumo as minhas responsabilidades. Não é preciso dizer "eles ou alguém". Quem fez a ordem de trabalhos fui eu e portanto, sou responsável pela ordem de trabalhos. Mas aceito, obviamente, o reparo, e aceito submeter à votação desta Assembleia esta alteração à ordem de trabalhos. Só preciso que o senhor deputado me esclareça porque a proposta nesse aspecto é incerta. Eu tenho três possibilidades: A primeira, atendendo a que a modificação ao orçamento e às grandes opções do plano devem ser vistas antes do orçamento para o ano que vem, seria totalmente ilógico fazer de outra forma, a minha pergunta é:

Trata-se de passar o oitavo ponto para quarto ponto mantendo esta ordem? Ou seja, há o ponto um, dois, três, trata-se de passar para quarto ponto mantendo esta ordem? É a proposta que faz? Depois todos os pontos descem um, ou propõe a eliminação de algum ponto anterior? Não! Portanto passa para quarto ponto, mantém-se o um, dois, três, e a proposta é que o orçamento e plano passe para quarto ponto da ordem de trabalhos, descendo todos os outros pontos em consequência dessa alteração.

Portanto, clarificando, a proposta é que os pontos oito e nove se situem imediatamente a seguir ao actual ponto número três, ou seja, número quatro e número cinco, descendo todos os outros em consequência desta localização. É assim? Muito bem.

Alguém tem intenção de se pronunciar?

Se ninguém tem a intenção de se pronunciar eu vou submeter à votação esta proposta.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração à ordem de trabalhos.

Há uma segunda proposta de alteração à ordem de trabalhos, que tem em vista tirar o ponto seis que agora é ponto oito, respeitante à - Declaração de Interesse Municipal para efeitos de ocupação de áreas de Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional – Quinta do Paul.

Perdoar-me-ão se não vou pôr à discussão, porque se puser à discussão o ponto isto não faz sentido nenhum. Fará sentido ouvirmos os argumentos da deputada Mónica António que propõe que o ponto seja retirado. Como a proposta me é apresentada pelo Município de Leiria é curial que eu pergunte ao senhor Presidente da Câmara se ele entende que daí vem algum mal ao mundo ou se há algum problema de maior em adiar esta votação, no fundo tirá-lo significa passá-lo para a próxima sessão.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Senhor Presidente, senhores deputados boa noite!

A questão relativa a este ponto tem a ver com o facto de existir aquela unidade há vinte e cinco anos e naturalmente que, neste contexto, nesta conjuntura, apesar de sabermos que tem vindo ao longo dos anos a serem feitas ali obra, o problema que se põe é muito simples: ou inviabiliza-se aquilo como está ou tenta-se arranjar soluções para legalizar aquilo. É importante para o concelho? Entendemos que sim. Arrastar vinte e cinco anos aquele processo e agora não se resolve nesta conjuntura, portanto esta é a questão que se coloca ao executivo, é saber se a Assembleia Municipal aprova a declaração de interesse público, isto ainda vai ter algumas outras fases, nomeadamente tem implicações com as Estradas de Portugal, portanto a questão é muito simples. É saber se efectivamente podemos ou não declarar o interesse municipal e tentar que venha a ser viabilizado aquele empreendimento que ali está, na certeza porém de que também não temos aqui responsabilidade directa, uma vez que, tanto quanto eu sei, há dois anos a esta parte que não é feita qualquer obra, portanto também não se põe o problema de embargos, mas também tenho aqui que confessar que mesmo que houvesse obra, seria sempre um problema para quem tiver que decidir. Portanto, a questão põe-se, interesse ou não para o concelho, na viabilidade daquele empreendimento.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Nós estamos numa fronteira difícil, porque estamos a correr o risco de estar a discutir o ponto antes do ponto, e portanto, se a Assembleia me não levar a mal, se

alguém contestar muito bem, eu não abriria esta discussão. Abrir a discussão é discutir o ponto.

Eu colocaria à votação da Assembleia a proposta que foi apresentada pela deputada Mónica António. A proposta que é feita é eliminar da ordem de trabalhos, significará colocá-la na ordem de trabalhos de outra sessão e eventualmente na próxima, e eliminar da ordem de trabalhos o ponto n.º 6 que agora é ponto n.º 8, relativo à Quinta do Paul. É isto que eu vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com trinta e três votos contra, dezanove abstenções e um voto a favor, rejeitar a proposta de retirada do ponto oito da ordem de trabalhos.

Temos finalmente o período de “antes da ordem do dia”.

E peço aos senhores deputados que pretendam inscrever-se para este período, que o façam para eu poder ordenas as inscrições.

O senhor Presidente da Junta do Arrabal está a pedir na qualidade de Presidente da Junta por assuntos relacionados com a Freguesia?

Estão inscritos os deputados José Manuel Silva, Manuel Antunes, Vítor Lourenço, Domingos Carvalho, Presidente da Junta do Arrabal, Clara Monteiro, Carlos Guerra, Odete João, João Cunha, Mónica António e Presidente da Junta da Barreira.

Agradeço que tenham em conta os quinze minutos do PSD, os quinze minutos do PS, e depois os outros tempos.

Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Silva.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, do Partido Socialista.

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.

Eu vou fazer uma brevíssima intervenção, mas antes, lembrei-me de uma carta que recebi há duas semanas do Bispo de Quelimane, em Moçambique, que começava por dizer “Excelentíssimo senhor fulano tal... saúde e paz”.

E é o que vos desejo a todos aqui, saúde e paz, inspirando-me no Bispo de Quelimane.

Senhor Presidente, senhores deputados, a minha vinda aqui é uma intervenção em nome do grupo municipal do PS, para propor que seja agendada para uma próxima reunião da Assembleia, uma discussão que nos parece importante ser feita aqui, e que tem que ver com o resultado da auditoria feita recentemente às contas da Câmara.

A nosso ver trata-se de um documento importante, não é propriamente um documento político, é mais um documento técnico, naturalmente que cada um de nós depois poderá extrair as conclusões políticas que entender, mas trata-se fundamentalmente de um documento técnico que independentemente da discussão que possa gerar do ponto de vista político, alguma delas até já deu eco na comunicação social, nos sugere que seja feita aqui na Assembleia, uma discussão tranquila desta matéria. Não nos parece que seja necessário crucificar ninguém, é sobretudo necessário que todos nós nos inteiremos de uma forma pacífica, como eu dizia no início tranquila e aprofundada, sobre uma matéria que naturalmente é da maior relevância para o Município, para o Concelho e para todos os cidadãos que pagam impostos, e que é uma matéria muito delicada e até com algum melindre.

E, visto isto, não me parece que haja aqui hoje condições para se poder fazer alguma discussão acerca disto, a tentação seria virmos aqui discutir essa matéria, já a quente, e portanto proponho em nome do grupo municipal do Partido Socialista, que seja agendada para a próxima reunião da Assembleia Municipal, a discussão desse ponto que acabei de referir e desde já deixo aqui a nossa inteira disponibilidade para participarmos de uma forma construtiva, procurando estudar a questão, analisá-la aprofundadamente mas com a tranquilidade, digamos assim, inspirando-me no actual seleccionador nacional, que esta matéria reclama. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Antes de dar a palavra ao senhor deputado Manuel Antunes gostaria de dizer o seguinte.

Eu tinha intenção de incluir este ponto, sem qualquer proposta fosse de quem fosse, na próxima reunião da Assembleia Municipal. Perguntar-me-ão porque não faria nesta, por ser a sessão que tem o orçamento, e portanto eu entendia que tendo esta sessão o orçamento, seria absolutamente disparatado juntar dois pontos que são necessariamente pontos quentes, prolongados e que carecem de longa discussão. Portanto este ponto, nem preciso da proposta, aliás, a proposta não precisa de ser votada desde que o Presidente da Mesa a aceite, porque ele tem a prerrogativa de definir a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, a apreciação, discussão desse relatório de auditoria às contas do Município será feita num ponto específico da ordem de trabalhos da próxima reunião da Assembleia Municipal. Que fique claro, independentemente do que as senhoras deputadas e os senhores deputados pretenderem fazer na de hoje, mas, será ponto da ordem de trabalhos da próxima reunião da Assembleia Municipal.

Tem a palavra o senhor deputado Manuel Antunes.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Manuel Antunes, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhores Presidentes de Junta, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, cidadãos de Leiria, representantes da comunicação social.

A todos saúdo e apresento os mais sinceros votos de boas festas.

Esta reunião marca o início do segundo ano do nosso mandato. Poderia servir para fazer um balanço do desempenho não só da Assembleia Municipal mas também do executivo, se o não tivesse já feito na reunião de Setembro. Desde então, contudo, vários acontecimentos tiveram lugar que me obrigam a questionar a actuação deste executivo, e em especial do seu Presidente.

O nível do discurso político em Leiria tem vindo a degradar-se progressivamente. Assistimos a um permanente lavar de roupa suja na praça pública, recorrentemente ouvimo-los atirar todas as responsabilidades por tudo que de mal lhes acontece para o tempo da outra senhora, e aqui dito com toda a propriedade, será que o PSD vai ser responsável pelo vosso relatório final deste mandato? É a primeira questão que se põe!

Já se passaram afinal catorze meses, quando pretendem começar a governar? Quando pretende o executivo assumir as suas responsabilidades? Quando pretende pôr em prática as quarenta medidas eleitorais ou não seria mais apropriado dizer “eleitoralistas”?

Um dos assuntos que mais deu que falar neste período foi a questão da Leirisport. A tal que era alvo permanente das vossas críticas mas que funcionava e que agora parece ser uma batata quente nas vossas mãos. Tudo acabou por se precipitar há uma semana, com a demissão do anterior Presidente do Conselho de Administração, que tantas celeumas e atritos gerou, mesmo com o actual executivo. O que é que levou à nomeação daquela pessoa? De quem é a responsabilidade disso e de estarem agora atolados na lama até ao pescoço, sem saber a quem passar a tal batata quente? Já agora, apenas se demitiu o Presidente? Então não é, pelo menos, tradição que todo um Conselho de Administração cai com o Presidente? Como é que vemos no comunicado da reunião da Assembleia Geral de 3 de Dezembro, que, e cito *“os restantes membros do Conselho de Administração, os senhores administradores Prof. Manuel Mendes Nunes e Ramiro Rodrigues Antunes, mantêm-se em funções no âmbito do seu respectivo mandato em curso”*, fim de citação.

O contrato com a União de Leiria SAD, um mau contrato de que se conhece menos do que se desconhece e agora se vai conhecendo é da responsabilidade de quem? Ainda ontem, numa entrevista ao Diário de Leiria, em resposta à pergunta e cito” o novo contrato celebrado entre o accionista e a União de Leiria continua a ser leonino ou é mais equilibrado que os anteriores?”, fim da citação e da pergunta. O antigo Presidente do Conselho de Administração da Leirisport afirmava que, e cito, *“é um décimo daquilo que deveria ser, foi feito de maneira a que a União de Leiria SAD não sucumbisse, é prejudicialíssimo para o accionista (entenda-se Câmara), dos custos que a empresa tem, um deles, a União de Leiria SAD, paga uma ninharia, neste caso o accionista está a apoiar socialmente uma empresa privada”*, fim de citação.

Já agora deixem-me referir que nesta mesma entrevista, o mesmo afirmou que no diferendo com a União de Leiria SAD não viu nenhuma colaboração do accionista e referia-se certamente à pessoa do Presidente.

Recordemos que neste novo contrato, a SAD divulgava em comunicado em Julho, que, cito novamente, *“têm sido mantidas negociações contínuas entre a administração da União de Leiria SAD e a principal accionista da Leirisport, E.M., a*

Câmara Municipal de Leiria, na pessoa do digníssimo Dr. Raul de Castro”, fim de citação. Alguma ilação política a retirar? Como tenciona a Câmara fazer cumprir este contrato? Qual é a verdadeira política desportiva e de gestão da Câmara? Ou será que devo dirigir esta pergunta a João Bartolomeu?

Porque entendemos que este assunto deve de uma vez por todas ser esclarecido, os grupos do PSD e do CDS/PP na Assembleia Municipal requerem, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 13º do Regimento, uma reunião extraordinária para debater tudo o que diz respeito à Leirisport e à política desportiva da Câmara, que sugerimos que se realize no primeiro dia útil do novo ano, isto é, a 3 de Janeiro de 2011.

Senhor Presidente deixo na Mesa um requerimento assinado por vinte e sete deputados desta Assembleia.

Vamos, já agora, a mais dois pontos que interessam aos leirienses.

Para quando finalmente a Loja do Cidadão que é assunto recorrente nestas sessões da Assembleia Municipal? Somos a única capital do distrito sem loja, e muitas cidades mais pequenas que Leiria e até vilas deste País têm a sua. Quando é que vai terminar a teimosia do senhor Presidente, insistindo em localizá-la no centro histórico, uma utopia de que todos gostaríamos mas que pelas contingências logísticas é apenas isso, uma utopia que nos está a ter custos sociais incomensuráveis.

E o caos do trânsito que entope a cidade todos os dias de manhã e à tarde? Sabemos bem que algumas limitações são necessárias, mas não deveria haver mais cuidado na informação aos cidadãos em geral e não apenas aos moradores?

Tudo isto, em nosso entender, revela ausência de pensamento estratégico e de liderança, que caracterizam esta governação socialista. Por isso, termino como comecei, quando pretendem começar a governar? Quando pretendem assumir as vossas responsabilidades? Se não querem assumir o governo do concelho digam-nos, arranharemos alternativa. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Tem a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Boa noite a todos!

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, excelentíssima Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, caríssima vereação, caríssimos colegas, cara imprensa, distinto público! Rapidamente, porque nos comprometemos a isso, tenho dois assuntos muito sérios para aqui apresentar. Uma recomendação ao executivo e depois uma questão que falarei de seguida.

Eu vou tentar ler o mais rápido possível e começo já para não perder tempo:

Recomendação

É obrigatório travar o Desperdício Alimentar.

Os tempos que o País vive são de crise generalizada. O aumento das despesas e encargos financeiros, a diminuição dos salários e o aumento do custo de vida têm dificultado, cada vez mais, a vida dos portugueses. Assiste-se hoje a um crescimento exponencial da pobreza, muita dela escondida, mostrando a realidade daqueles que são já denominados como os “novos pobres”.

Esta crise afecta as famílias portuguesas com menor poder de compra levando, consequentemente a um acesso mais dificultado a bens de primeira necessidade. Infelizmente, esta realidade tende a agravar-se.

Segundo o promotor da Petição “Desperdício Alimentar”, António Costa Pereira, entre 35 a 50 mil refeições provenientes de serviços de catering são, diariamente, colocadas no lixo. Nos números citados não estão incluídos os desperdícios alimentares dos restaurantes e das refeições confeccionadas nos supermercados.

O promotor da petição quer reduzir o desperdício de alimentos de restauração e cantinas, através do aproveitamento das sobras, de modo a serem distribuídas pelos mais necessitados.

Esta iniciativa já conta com o apoio da ARESP, da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da ASAE, na criação de programas de âmbito local que sejam executados pelas autarquias para encontrar soluções contra o “desperdício alimentar”.

Também na Assembleia da República, todas as forças políticas reconheceram o admirável e exemplar exercício de cidadania levado a cabo pelo promotor da Petição. Neste sentido, a Assembleia Municipal de Leiria, atenta a estes problemas, não pode ficar alheada de sua obrigação de propor ao Município medidas que ajudem as famílias leirienses a superar os actuais e futuros tempos difíceis.

Apelamos à Câmara que, enquanto órgão executivo, estabeleça as “pontes” necessárias para o alargamento desta iniciativa as várias instituições, sejam privadas ou públicas, de modo a que possamos chegar, efectivamente, a todas as famílias desprotegidas do Concelho.

Estamos perante uma realidade e uma necessidade séria à qual não podemos ficar indiferentes. É necessário agir e agir rapidamente. O Município deve apresentar medidas concretas que facilitem iniciativas como esta, vindas da sociedade civil, que ajudem as famílias mais carenciadas. É obrigação de todos, principalmente daqueles que têm responsabilidades políticas, travar este “obsceno” desperdício alimentar.

O País e Leiria não podem esperar.

Estamos certos de que várias empresas, através do mecenato e da responsabilidade social, as IPSS, as escolas, as Universidades, as Paróquias e o voluntariado vão ajudar ao desenvolvimento de programas contra o desperdício alimentar.

Assim, porque a Assembleia Municipal de Leiria não pode ficar indiferente à defesa dos mais necessitados e ao aumento exponencial da fome e pobreza, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal que recomende à Câmara que seja parceiro activo no combate ao desperdício alimentar:

- 1. Promovendo o encontro urgente de Juntas de Freguesia, IPSS, Paróquias, Escolas, Universidades, ARESP, Associações e Bancos de Voluntariado entre outros, não excluindo empresas privadas, no sentido da concertação de esforços no combate ao desperdício alimentar e à criação de sinergias destinadas à criação associativa ou empresarial de programas locais de combate ao desperdício alimentar;*
- 2. Disponibilizando o conhecimento das necessidades sociais e alimentares das famílias carenciadas do Concelho de que dispõe, em articulação com as Juntas de Freguesia, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e as Paróquias, a todos os parceiros desses programas de combate ao desperdício alimentar;*
- 3. Auxiliando, quer nas condições estruturais, quer na procura dos meios, locais e equipamentos, os parceiros desses programas, contribuindo para que estas refeições possam chegar perto de quem necessita, em estreita colaboração com as entidades competentes, em particular com a ASAE.*

Deixava ao senhor Presidente esta recomendação. Peço desculpa pela velocidade com que li mas, nós hoje estamos a trabalhar a trinta e três rotações, se alguém ainda se lembra disso.

Senhor Presidente, eu agora tenho apenas aqui uma questão que é muito séria mas que vou tratar a brincar, e que tem a ver com questões de trânsito.

Eu não vou falar nem para o senhor Presidente nem para o executivo, nem para os caros colegas da Assembleia, nem para os jornalistas nem para o público, vou pedir um favor especial à única pessoa que conseguiu rapidamente ver resolvido um problema de trânsito quando o apresentou aqui na nossa Assembleia, refiro-me ao deputado José Alves, a quem lhe peço encarecidamente o favor de em relação a duas matérias que eu tenho trazido de forma recorrente, uma, outra trouxe uma vez há três mês aqui, que é o estacionamento no final da Rua Dr. Magalhães Pessoa. Senhor deputado peço-lhe que interceda no sentido de que a questão do estacionamento, no final da Magalhães Pessoa, possa ser resolvida rapidamente.

ER outra questão que eu trouxe há três meses e que não teve qualquer solução, e tem a ver com o cruzamento da Estrada da Mata dos Marrazes com a estrada de São Tiago também nos Marrazes. É um problema que já não é muito grave, é gravíssimo. Senhor deputado faça-me esse favor, o senhor quando tomou posse falou na prioridade dos Marrazes e eu peço-lhe encarecidamente que nos dê essa ajuda, eu sei que o senhor consegue. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Vítor Lourenço.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Boa noite.

Vítor Lourenço, PSD.

O tema que me traz aqui neste momento a esta Assembleia, é também relacionado naturalmente com estes catorze meses de governação, que leva o nosso executivo municipal, e, fazer aqui algumas considerações sobre alguns dos temas que fazem parte do nosso quotidiano e que tem a ver com responsabilidade e com decisões do Município.

O principal tema orientador deste executivo municipal, por muitas expressões que foram utilizadas ao longo destes meses quer na comunicação social quer nas reuniões do executivo municipal, eu poderia sintetizar numa simples expressão “a culpa da nossa ineficácia é da herança”. Passado um ano de gestão socialista, será mesmo socialista ou apenas um militante do PS no executivo municipal? Desculpem esta pequena blague. O discurso continua errático, sem coerência e carregado de paradoxos e de algumas ilusões.

Senhor Presidente, senhores deputados, os ventos não ajudam quem não sabe navegar. Que ideia de cidade e de Município nos é apresentada durante um ano? Que estratégias de desenvolvimento têm sido seguidas ao longo deste ano e que se percebiam publicamente? Gostaria apenas de lembrar aqui alguns pequenos exemplos, que poderia mais apelidar de trapalhadas, em que se evidencia objectivamente que não existe uma ideia clara para coisa alguma.

Começava com mensagens telegráficas para não gastar tempo a mais do que aquele que me está destinado.

A Cultura, que tem sido resumida muito ao entretenimento, o tradicional e clássico, quase circense, com uma excepção, que me cabe aqui registar, de um caso que há um ano era uma herança má e agora nos últimos tempos se transformou numa herança boa. Saúdo a inauguração do MIMO que é a expressão de uma realização cultural que ultrapassa muito o momento e o simultâneo do entretenimento.

A Educação, que em geral mantém o ritmo gradualmente qualificante de todo o parque escolar, mas com um discurso um pouco irrealista por parte do senhor vereador e também exemplifico. Na última Assembleia Municipal, aliás, eu referi ao senhor vereador, no final da reunião, que hoje traria aqui um apontamento sobre isso, o senhor vereador proferiu aqui afirmações enganosas e perigosas que contrariam a prática de hoje. Disse que o anterior executivo, e vou citar a acta da última Assembleia Municipal, adjudicava serviços de AEC's e de refeições por ajuste directo e cito, “o que perfaz uma profunda ilegalidade violando regras de concorrência e de transparência, ou ainda, por acordos de colaboração que perfaz o mesmo sentido”. E sobre as refeições foi ainda mais longe, num estilo um pouco Prof. Marcelo, Gato Fedorento, facebookiano, efectivou esta Assembleia com questões do género “perguntam vocês como foram contratadas estas empresas, foi por concurso público internacional? Também não, ajuste directo, violando, e continuo

a citar “O que é que nós fizemos este ano? Concurso público internacional, mil refeições a serem servidas, colocámo-las no mercado”, e outras citações que não vêm aqui ao caso. O que é que está a acontecer hoje? Permito-me perguntar eu agora? Está agendado para a próxima reunião de Câmara a análise e a aprovação de quatrocentos e setenta e um mil euros, para pagar acordos de colaboração com Juntas de Freguesia, agrupamentos de escolas, associações de pais e outras entidades, para pagar o fornecimento de refeições. Não questiono meus senhores, a bondade desta decisão, questiono sim a ilusão que nos foi aqui vendida na última Assembleia Municipal de que o bandido era o outro. E acho, perdoem-me a expressão, que tal não se deve à ignorância do senhor vereador com certeza, e qualquer ignorância era sempre desculpável, mas apenas à nesciência mitigada e atenuada pelo seu ímpeto e voluntarismo juvenil.

Quanto à relação com as Freguesias, é outro ponto que gostaria de focar, alterando critérios de apoio objectivo e claro para se poder gerir pela cor dos olhos de cada um, com esse exemplo enciclopédico da obra do senhor vereador que mandou fazer no Arrabal, sem concurso, sem cabimento, e com justificações que têm servido de chacota até para quem lá vive.

No âmbito da acção social, que dispensa técnicos sociais das freguesias e avança com cheques-medicamento sem relevância e impacto social, que baixa as dotações para programas de inclusão e respostas sociais, como por exemplo o programa PARES. A propósito da inclusão, é bonito, é saudável, fica muito bem na fotografia de família, realizar galas lustrosas e depois anunciar o fim de contratos a uma jovem portadora de deficiência ao serviço da Câmara.

Na gestão do desporto o deputado Manuel Antunes já falou, mas apenas diria que este assunto se tem transformado de um assunto muito sério num folhetim, numa telenovela com insultos e insinuações, demissões e intrigas, aliás no dizer, esta expressão é uma citação, desse ilustre internauta, que é o deputado José Manuel Silva, que escreveu esta expressão no seu blog, mas a saga continua como alguém disse, e eu espero que não termine em tragédia.

Quanto à Aldeia de Natal, é um projecto pedagógico, projecto social e comunitário, assim nasceu, assim se desenvolveu, objecto de investigação o seu modelo e conteúdo por parte dos estudiosos universitários se transforma num melancólico carrossel e numas barracas de farturas acompanhadas de viaturas expostas em sítios

onde elas não podem circular, como vem sendo hábito aliás com este executivo. E a Aldeia de Natal fica encafuada dentro do Banco, como se aquele património cultural e pedagógico se transformasse por magia num valor moeda bem arrecadado.

Mas a tal herança culpada de todos os males não fica por esta pequena listagem exemplificativa, mas revisita-se num outro exemplo bem mais expressivo que não poderia deixar de citar – a herança do QREN.

O executivo anterior deixou-vos uma herança com programas aprovados, cuja participação comunitária totaliza directamente para o Município cerca de vinte e dois milhões de euros (o programa PALOR, a contratualização, o Centro de Operações de Socorro, a CULTREDE no Pedrógão) e indirectamente pelo menos três milhões no programa SAMA e RUCI, com vinte e cinco milhões de participação poderão ser executados projectos no valor aproximado de trinta e dois milhões, só, herança para Leiria.

Senhor Presidente, senhores deputados, desculparmo-nos com os outros de certa forma é infantil, quem não sabe bem o que faz desculpa-se sempre com o que pode. Faz falta sim senhores deputados, uma liderança para não andarem todos à deriva ou num salve-se quem puder. Faz falta uma dinâmica forte, que medidas relevantes foram tomadas este ano? Conhecem alguma? Faz falta imaginação criativa. Além destes predicados em falta, é ainda mais grave o ruído, a zanga, a ofensa constante, os abusos públicos de líderes e colaboradores escolhidos pelo senhor Presidente, contribuindo para um clima de crispação nunca antes visto.

Todos os dias somos confrontados com mentidos, desmentidos, fruto da desorganização, da falta de transparência e sentido de serviço público.

Concluo senhor Presidente, precisamos de quem faça mais e se desculpe menos, de quem saiba o que fazer, de quem assuma as responsabilidades, de quem seja ético, competente e transparente, de quem lidere com vontade, com gosto, não se queixe dos sacrifícios e transmita confiança e credibilidade. Precisamos que se encontrem soluções para os novos problemas que os tempos novos trazem. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu gostaria de informar o grupo do PSD de que já excedeu em um minuto os quinze minutos que lhe estavam atribuídos.

Senhor Presidente da Junta do Arrabal.

DEPUTADO ARLINDO BRITES (Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal)

Boa noite a todos!

Arlindo Brites, Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal.

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, caros colegas Presidentes de Junta, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.

Eu trago aqui duas questões, uma muito breve e muito concreta que eu pinha directamente ao senhor Presidente da Câmara e que é o seguinte:

Na página vinte e quatro do nosso orçamento para 2010, há uma verba de quinze mil euros destinada à Freguesia do Arrabal. A questão que eu ponho, ao senhor Presidente, é se tenciona transferir esta verba para a freguesia do Arrabal até ao fim do ano, que é quando encerra este orçamento.

No início deste ano apercebi-me de obras que decorriam numa rua da minha freguesia, sem que estas fossem do meu conhecimento ou do conhecimento da Junta de Freguesia. Dirigi-me às pessoas que lá andavam e disseram-me que eram da empresa Manuel da Conceição Antunes Lda, e que andavam por conta da Câmara para arranjar a rua. Achei, no mínimo, estranho e demasiado generoso por parte da Câmara fazer obras numa rua secundaríssima da freguesia, sem que tenham sido solicitadas pela Junta, e mais estranho ainda, por serem à revelia da mesma Junta de Freguesia, quando os pedidos que esta faz à Câmara não são atendidos.

Em Abril deste ano, numa reunião que tive com o senhor Presidente da Câmara, coloquei-lhe a seguinte questão:

Era normal a Câmara fazer intervenções nas freguesias, e neste caso particular, numa rua secundaríssima repito, sem conhecimento da respectiva Junta e à revelia desta, o que constitui, no mínimo, uma clara falta de respeito para com esta. O senhor Presidente achou estranha a minha pergunta e disse-me que essa não era a prática da Câmara. Então eu fui mais objectivo e concreto e perguntei-lhe como é que as obras da Rua Casal da Lagoinha tinham sido feitas. De imediato, o senhor Presidente agarrou no telefone e fez dois telefonemas com os quais confirmou a existência das ditas obras, e disse-me que não tinha percebido, nem como nem

porquê. Então eu disse-lhe, que morava lá o senhor Eng.º Ricardo, assessor do vereador Lino Pereira, e ele respondeu-me “Já percebi!”.

Entretanto na Assembleia de Freguesia de Setembro, o mesmo Eng.º Ricardo, marcou presença e interveio dizendo que se a Junta não pavimentasse a sua rua esta iria aparecer pavimentada, quer a Junta gostasse ou não. Mais tarde, em Setembro deste ano, foram feitas condutas pluviais, montados lancis para passeios e pavimentada a rua. Será que desta vez já foi com conhecimento do senhor Presidente da Câmara, uma vez que o seu vereador Lino acompanhou o processo e tão depressa a obra foi concluída? Apressou-se em transmitir-me que tinha feito lá uma rua na minha freguesia, pois tinha conseguido umas poupanças na obra da estrada municipal 544/1249, empreitada da Câmara a decorrer, sem ainda estar concluída (ligação entre o Soutocico e a Loureira), e que as despesas da Rua Casal da Lagoinha iriam ficar incluídas nesta obra.

Ora, a forma como esta foi executada, constitui uma falta de respeito por quem foi eleito democraticamente e é um claro favorecimento. Para além de tudo isso, é completamente ilegal pois não está nem estava prevista no plano e orçamento e as despesas de uma obra também não podem ser incluídas numa outra obra como o senhor vereador não sabia mas deveria saber.

Mais tarde, em reunião de Câmara, consta que este vereador terá dito que afinal seriam os moradores a pagar as obras, com certeza alguém lhe terá chamado a atenção para a ilegalidade que estava a cometer. Por simples curiosidade, ainda gostaria de ver a factura e o recibo que o empreiteiro passou aos moradores. Será que existem?

Senhor Presidente, o senhor que no dia-a-dia apregoa tanto o rigor e a transparência, que pagou sessenta e nove mil euros mais IVA para que uma auditoria concluísse o que toda a gente já sabia, isto é, que o muro do Colégio da Cruz d’Areia tinha sido construído antes do procedimento administrativo estar totalmente concluído, quando isso era do conhecimento de todos porque foi transmitido em reunião de Câmara e nesta Assembleia, antes de ser realizada, sem ninguém se opor, por se justificar pela sua necessidade e urgência. Fica-lhe muito mal, pois neste caso não houve nenhum rigor porque ainda ninguém sabe desta fórmula nem ninguém ficará a saber quanto lhe custa a Rua Casal da Lagoinha e quanto lhe custam as obras da Estrada Municipal 544/1249.

Mas no capítulo da transparência eu quero felicitá-lo. Este procedimento é tão transparente que todos conseguimos ver que é um claro favorecimento a um amigo. Pois é, à mulher de César não basta ser séria, também tem que parecer, mas para além de parecer tem que ser. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

A senhora deputada Clara Monteiro.

DEPUTADA CLARA MONTEIRO (CDS/PP)

Clara Monteiro, CDS/PP.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora secretária e senhor secretário da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, comunicação social, ao público, muito boa noite.

Só tenho dois minutos, mesmo assim quero aproveitar esta oportunidade não só para retribuir os votos anteriormente formulados, mas também para desejar a todos um feliz Natal.

E, o que me prende aqui nesta minha intervenção, foi uma situação lamentável que eu há pouco assisti, mas passo a explicar.

A Câmara Municipal de Leiria apresentou no dia 17 de Setembro os planos de promoção da acessibilidade. Estes planos têm como objectivo, segundo as palavras do senhor Presidente, a eliminação de barreiras arquitectónicas, urbanísticas, psicológicas, construindo assim cidades mais inclusivas. E, acrescentou, que a existência de barreiras no acesso ao meio físico edificado, ao espaço público, às tecnologias de informação e das comunicações, representam um obstáculo à qualidade de vida dos cidadãos, especialmente aos cidadãos com a mobilidade condicionada.

Ora o que aconteceu há pouco, foi que deparei-me com um cidadão que ficou impedido de entrar aqui porque o elevador não funciona. Penso que é lamentável! Já está fechado por falta de manutenção e penso que poderia ter sido evitada essa situação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Boa noite.

Carlos Guerra, PCP.

Preconizando a Constituição da República Portuguesa, o desarmamento e a dissolução dos blocos político-militares, saudamos todos os que, acompanhando este princípio, participaram na grandiosa manifestação no dia 20 de Novembro no âmbito da campanha “Paz sim Nato Não”, pois que, para além da luta pela paz, não tem qualquer cabimento que numa situação de crise mundial se preconize o aumento de despesas militares.

Saudamos igualmente os trabalhadores que com enorme sacrifício, vencendo pressões, ameaças e alguns receios, participaram na greve geral do dia 24 de Novembro, lutando por um Portugal melhor, mais desenvolvido, com mais justiça social, e respeito pelos direitos dos trabalhadores.

Na Assembleia da República, assistimos à decisão do PS, PSD e CDS/PP de inviabilizar a aprovação do projecto-lei do PCP, que visava tributar ainda em 2010 os dividendos que grandes empresas prevêem distribuir antecipadamente, como forma de escapar ao fisco.

Os únicos beneficiários da rejeição desta proposta foram os poderosos deste País, o que podemos concluir que dominam por completo o poder político. Já para os trabalhadores e pensionistas, não existem obstáculos legais ou de equidade e aumenta-se retroactivamente o IRS sobre os salários e as reformas em 1% e 1,5%. Indecentemente, acatando servilmente as instruções de um qualquer comissário europeu, prepara-se o ataque à Saúde, à Segurança Social, e como não podia deixar de ser, às leis laborais.

É preciso reduzir o peso do Estado e maior flexibilidade laboral para aumentar a competitividade e a produtividade. Esses são os chavões da propaganda oficial que os mesmos analistas de sempre debitam sobre esta questão, seguindo as ordens do Fundo Monetário Internacional, do Banco Europeu e Comissão Europeia.

As oligarquias que dominam este nosso Mundo nunca estão satisfeitas. Por isso, agora ainda querem aligeirar ainda mais os despedimentos individuais e colectivos, e reduzir drasticamente a compensação/indemnização a que os trabalhadores têm

direito. Mas estes analistas, anti-trabalhadores, esquecem-se sempre de mencionar um factor a ter em conta e muito importante na competitividade, que é o factor da energia, é que o FMI, o Banco Europeu e a Comissão Europeia também nunca o referem.

A propósito da Leirisport:

“ Estava cansado de ser enxovalhado, as pessoas que deveriam dialogar comigo não o fizeram. Havia muitos atropelos, não vi nenhuma colaboração (entenda-se da Câmara e de Raul Castro) no sentido de pôr essa empresa a pagar (a SAD da União de Leiria). Apresentei propostas ao accionista mas nunca tive uma resposta. Sem dinheiro, sem apoio e sem nada o que é que estava ali a fazer? O contrato com a União de Leiria SAD é um décimo do que deveria ser, foi feito de uma maneira que a União de Leiria SAD não sucumbisse, é prejudicialíssimo para o accionista, pagam uma ninharia, pagam menos de 10% dos custos que a empresa detém, o accionista está a apoiar socialmente uma empresa privada” – declarações ao Diário de Leiria de 9 de Dezembro - Existem mais clientes para além da União de Leiria SAD, que têm dívidas para com a Leirisport? Existem e muito grandes, de valores até um máximo de mil euros. Fez o mesmo aos outros clientes que fez com a União de Leiria SAD, dizem que não têm dinheiro, que a situação está má e o accionista (entenda-se o Presidente da Câmara) falou com alguns deles na minha presença mas nunca falou com a União. Sempre achei o accionista numa posição muito neutra, diz que falta dinheiro, eu compreendo o papel dele, mas devia valer nos dois sentidos. O único problema daquela empresa (Leirisport) é ter um rendeiro que não paga renda. O pessoal (entenda-se os trabalhadores da Leirisport) que está na empresa é muito bom, trabalha muito e o accionista nunca percebeu isso”. São declarações ao Região de Leiria, de 10 de Dezembro de 2010.

Senhor Presidente, caros colegas, está aqui uma radiografia desta gestão. Nela, o seu autor, limita-se a constatar o óbvio, Leonel Pontes apenas corrobora com factos o que o PCP já aqui afirmou sobre esta gestão. E nisto, está a ironia da vida, afinal, acusa Leonel Pontes Raul Castro, que não cuida das finanças municipais porque permite dívidas pela utilização de equipamentos desportivos municipais, tudo somado, coisas de muitíssimos milhares de euros, prejudicialíssimo para o Município. Tenho uma moção para apresentar senhor Presidente.

Mocção

Considerando que é unanimemente reconhecida a necessidade de Portugal exportar mais;

Considerando que é unanimemente reconhecida a necessidade de a economia portuguesa ser mais competitiva;

Considerando que os factores energéticos (gás natural, outros combustíveis e electricidade) são estruturantes na fixação do custo dos bens e serviços transaccionáveis, o que é determinante para a competitividade das empresas e da economia actual;

Considerando a subida para as pequenas e médias empresas industriais do gás natural entre 110% a 20% e da electricidade entre 10% a 15%;

Considerando também que os preços dos combustíveis são sensivelmente superiores à média europeia;

Considerando que quem paga a maior tarifa energética ou o maior preço por combustível é a pequena empresa;

Considerando que estes aumentos se irão reflectir nas empresas do concelho, quer pela sua dimensão quer por serem fortemente consumidoras de energia, como é o caso dos plásticos, da cerâmica, dos moldes, das madeiras e mobiliário e metalomecânica.

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 10 de Dezembro de 2010, em sessão ordinária, recomenda ao Governo da República a necessidade de redução imediata das tarifas do gás natural e da electricidade e dos preços dos combustíveis, incluindo a nafta e o gasóleo, tão necessários para a redução dos custos operacionais, travando a inviabilização de empresas do concelho, melhorando a sua capacidade concorrencial e diminuindo a pressão sobre o factor trabalho.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Odete João.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores deputados municipais, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores.

Esta Assembleia tem inscrito nas suas competências a fiscalização do executivo, e nesta matéria corroboro a opinião transmitida aqui, na última Assembleia Municipal, pelo senhor deputado Manuel Antunes, de que este órgão tem desempenhado de forma positiva o seu papel de representante das populações e de fiscalização do executivo.

Não me vou deter sobre a forma como o tem feito, mas sim sobre o seu conteúdo, é isso que a população deste concelho espera deste órgão.

E, em matéria de fiscalização importa dizer que, a acção do executivo eleito nas listas do Partido Socialista, e da prioridade que definiram em equilibrar a situação financeira da autarquia, revelou-se uma decisão correcta, esta prioridade é essencial. Fazer o que é preciso fazer, mesmo reconhecendo que algumas das medidas necessárias, por vezes, podem não ser compreendidas e sabendo que as dificuldades da acção são muitas vezes acrescidas por força das dificuldades financeiras em que este executivo recebeu a autarquia. Os tempos são portanto de sacrifícios.

Não posso deixar de apoiar as preocupações dos senhores Presidentes de Junta, pela escassez de meios com que se vêem confrontados, em particular as freguesias cujos investimentos nos últimos anos foram sempre protelados. Mas creio que o rigor e a forma como os meios são agora distribuídos merecem público reconhecimento, e que o esforço agora feito é o garante de um futuro melhor para todos (sublinho para todos).

Penso que não é despiciente dizer que nos últimos cinco anos a receita efectiva da autarquia apresentou sempre um desvio em relação à receita orçamentada, esse desvio variou entre 39,8% e 55,8%, ou seja, em 2006, quando se verificou o maior desvio a receita efectiva foi inferior a metade da receita prevista. Para o grupo municipal do PSD tudo estava de acordo com os cânones vigentes. As dívidas foram-se acumulando, os pagamentos atrasaram-se os empréstimos sucederam-se e a situação tornou-se caótica. Esquecer isto? Impossível! Porque é com as dívidas que estão por pagar que este executivo tem que governar e tem-no feito. A preocupação deste executivo de pôr as contas públicas em ordem ficou bem plasmada quando pediu uma auditoria financeira à autarquia. O relatório final, não só permite conhecer a real situação da Câmara, como contribui para corrigir erros instalados.

Esta é a verdade que muitos não querem ouvir, esta é a verdade que muitos não querem debater.

Mas este executivo não ficou apenas à espera do relatório financeiro, tomou decisões, governou, corrigiu práticas incorrectas que estavam instaladas, e disso é exemplo a concretização do concurso internacional para adjudicação das refeições escolares e das actividades de enriquecimento curricular. O senhor deputado que falou antes mim, o senhor deputado Vítor Lourenço, não leu a acta toda, porque se lesse a acta anterior de certeza que encontrava a razão para a forma como este concurso internacional foi feito. Portanto, não vale a pena argumentar com extractos da acta, mas sim ter o conjunto global do que foi dito.

Em matéria de Educação, é de referir também a primeira reformulação estratégica que foi feita à Carta Educativa. Os centros escolares vão agora ser uma realidade e não uma miragem. Aliás, o grupo do PS, quando a Carta Educativa foi aqui discutida, disse-o na altura, que a projecção que era feita era demasiado curta, e se de facto há necessidade de alterar a Carta Educativa que tinha uma previsão até 2014/2015, é porque ela nem para esse período respondia às necessidades da população do concelho, é porque não estava de acordo com aquilo que eram as prioridades em termos dos fluxos das populações. O parque escolar, uma escola, não se muda de ano para ano, hoje é preciso aqui e amanhã é preciso ali. As decisões relativas ao parque escolar têm que permanecer no tempo.

A delegação de competências nas Juntas de Freguesia para as pequenas reparações das escolas ou piquetes de escolas, é uma forma de responder rapidamente aos pequenos arranjos que muitas vezes impediam, como vimos hoje aqui, a questão do elevador, o bom funcionamento das escolas. Este executivo, não deixou de se preocupar com a juventude, o desporto, e a cultura, e tem tido nestas áreas particular atenção, na definição clara dos apoios e numa acção concertada na sua programação. São disso exemplo as comemorações do centenário da República. Não compete só à autarquia fazer essa programação, mas sim incentivar todos os parceiros locais a serem parte activa, para que a cultura no nosso concelho seja uma realidade e seja participada por todos. Isso é fundamental!

Mas neste sufoco financeiro, a autarquia não deixou de ter intervenção na área social. E pela primeira vez, famílias mais carenciadas contaram com a comparticipação na aquisição de medicamentos. Dir-me-ão "é pouco!", é com certeza, mas é o possível, porque quem não tem dinheiro de facto dificilmente pode fazer mais e melhor, mas tem que definir prioridades, e este executivo definiu essas

prioridades. Também nos bairros sociais começa a haver um plano gradual de requalificação e isso é indispensável para os mais desprotegidos.

QREN (Quadro de Referência de Estratégia Nacional).

As obras começam agora a ser uma realidade. E isso, como senhor deputado Manuel Antunes disse, deixa o trânsito num estado caótico. É óbvio! Aquilo que não foi feito antes tem que ser feito agora, os prazos do QREN não esperam. Portanto, juntou-se um conjunto de obras que de outro modo não seria possível serem executadas. Porquê? Porque não foram programadas atempadamente, porque não foram faseadas no tempo.

Loja do Cidadão.

Durante doze anos o anterior executivo discutiu projectos para a Loja do Cidadão. Quem não se lembra da saga do centro comercial no Topo Norte do Estádio? Mas agora exige-se que num ano de executivo a Loja do Cidadão esteja feita.

Mas volto ao QREN. As obras estão aí, começaram a ser feitas, quer seja na requalificação urbana e nas obras que estão a ser feitas no centro histórico, quer seja noutras áreas, fundamentais para o desenvolvimento sustentado do Município. E num ano este executivo transformou projectos megalómanos em projectos exequíveis, transformou projectos que não faziam sentido em projectos adequados à realidade, mas necessariamente ajustados às condicionantes financeira da autarquia. Como diz o povo "sem ovos não se faz omeletas".

Num ano reformularam-se projectos, lançaram-se concursos, e a obra começou a surgir. Dizer que este executivo não governa é pura falácia, basta olhar para o trânsito caótico para percebermos que as obras estão a ser feitas, e porque é que estão a ser feitas assim? Porque se perdeu demasiado tempo, em anteriores executivos, a discutir aquilo que não podia ser feito e a perder tempo com o desnecessário.

A reorganização dos serviços municipais, com o novo regulamento, ajustou um conjunto de serviços tornando-os mais próximos do cidadão, uma resposta mais rápida em muitos dos processos, nomeadamente, nas obras particulares, e um acesso informático mais alargado. Hoje, o site da autarquia é um site amigo do cidadão, fácil de utilizar, organizado, e a informação vai sendo disponibilizada e muitos dos problemas podem ser resolvidos pela Internet.

Outra área de grande preocupação demonstrada por este executivo tem a ver com a sustentabilidade e o desenvolvimento económico deste concelho.

Todos nós sabemos que muitas empresas fugiram, é o termo, deste concelho, ou, saíram daqui estando já instaladas, ou não se instalaram, e hoje o executivo tem esta preocupação, fixar empresas, porque sem empresas, sem postos de trabalho, dificilmente criaremos riqueza para o concelho. Esta é uma preocupação pouco visível mas que a médio prazo dará os seus frutos.

Foi aqui falado por diferentes deputados, a questão da Leirisport...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhora deputada, o seu partido esgotou o tempo...

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Termino já senhor Presidente.

...leram os jornais, transcreveram citações, enfim, tivemos hoje uma revisão da leitura dos jornais locais. Fica para uma próxima sessão, a discussão plena deste assunto.

Os tempos que atravessamos são difíceis, mas o caminho traçado pelo executivo autárquico vai contribuir de forma decisiva para a construção de um futuro melhor para que todos aqueles que vivem, trabalham, visitam ou passam pelo nosso concelho. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado, eu não lhe consinto, e fica registado em acta, que lance suspeições em relação ao comportamento do Presidente da Mesa. O senhor deputado José Manuel Silva usou da palavra três minutos, o senhor deputado Manuel Antunes usou da palavra seis minutos, o senhor deputado Vítor Lourenço dez minutos, o senhor deputado Domingos Carvalho cinco minutos, o senhor Presidente da Junta do Arrabal os cinco minutos a que tinha direito, a senhora deputada Clara Monteiro dois minutos, o senhor deputado Carlos Guerra cinco minutos e a senhora deputada Odete João usou da palavra doze minutos, mais os três minutos do senhor deputado José Manuel Silva perfaz quinze minutos.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente peço para usar a palavra em protesto e para defesa da honra...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Eu não ofendi a honra do senhor deputado, eu não lhe dou a palavra. Nem sequer o senhor deputado me interpelou portanto, não ofendi a sua honra. Pode não ficar bem, agora eu não admito suspeições.

Senhora deputada Mónica António faça favor.

DEPUTADA MÓNICA ANTÓNIO (BE)

Mónica António, Bloco de Esquerda

O assunto que nos traz aqui hoje é o PIDDAC, com especial relevo para as propostas que o Bloco de Esquerda apresentou. Entre as muitas propostas por nós apresentadas damos especial relevo à requalificação da Linha do Oeste.

Como é do conhecimento público o movimento de cidadãs e cidadãos, lançou uma petição pela requalificação desta linha, e como todos sabem, a iniciativa foi abraçada pela maioria dos partidos. A petição foi apresentada na Assembleia da República e deu origem a uma comissão de acompanhamento, onde estive presente, e pude ouvir dos representantes do PS e PSD, o que poderiam fazer para que a Linha do Oeste tivesse futuro. Destaco aqui a intervenção da senhora deputada Assunção Cristas, que referiu que o CDS iria apresentar uma proposta em sede de PIDDAC, tendo manifestado desde logo que esperava o voto favorável dos outros partidos.

Não obstante, e sem surpresa, o resultado foi o do costume, o CDS e o PSD abstiveram-se e o PS votou contra. Perante isto, deixa-se aqui a pergunta:

Qual é o objectivo dos deputados eleitos pelo distrito, ao apoiar publicamente a petição para mais tarde, através de pura omissão e inércia, ou por declarada oposição, permitirem o seu chumbo na AR?

Tratou-se de pura demagogia? Uma operação de maquilhagem para chegar aos órgãos de comunicação social e assim passar uma falsa imagem de que estão realmente preocupados com os problemas do distrito? Até quando vão continuar a enganar descaradamente aqueles que os elegeram?

E o pretexto para este chumbo é no mínimo hipócrita. Tanto PS, como PSD e CDS argumentaram, e passo a citar " *O PIDDAC não deveria ser discutido e votado na AR porque esse plano é da competência exclusiva do Governo*".

O que ninguém percebe, é porque é que nem o PS, nem o PSD, nem o CDS, apresentaram até agora qualquer proposta para eliminar os mapas de PIDDAC da lei

do orçamento. Mais uma vez, o PS, o PSD e o CDS ludibriaram os leirienses e os destinos.

No ano em que o Governo vai retirar a todos a pouca qualidade de vida o Bloco de Esquerda quer deixar claro que não deixará estas lutas de parte e que irá defendê-las até às últimas consequências. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

DEPUTADO JOSÉ CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia de Barreira)

José Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Barreira.

Senhor Presidente, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, caros Presidentes de Junta, comunicação social, senhoras e senhores.

Trouxeram-me aqui a esta Assembleia as estradas da Barreira. Hoje em melhor estado, com melhor pavimento mas infelizmente com tempo acrescido de chegar à cidade.

Em Assembleia anterior, tive oportunidade de agradecer a este executivo, quer ao anterior, pelo arranque das obras de requalificação das duas principais estradas que atravessam a freguesia. O início das obras provocou na população sentimentos de alegria e satisfação que nos fizeram desprezar os mais de vinte anos de esquecimento que aquelas estradas, e por consequência a população, esteve sujeita. Também já aqui agradei à Câmara, por ter realizado um esforço suplementar para resolver alguns cancros daquela estrada e agradei também aos cidadãos da Barreira por responderem positivamente ao pedido da Câmara para ceder terrenos, demolir muros, eliminar alguns jardins, possibilitando o alargamento da estrada, construção de passeios, execução de bermas, que permitiu um traçado mais correcto e mais propício para as nossas estradas.

Admito que a diminuição do primeiro orçamento da Câmara que era de dois milhões e quatrocentos mil euros, para a construção daquela estrada, para menos de um milhão que foi o que foi contratado, tenha prejudicado o projecto inicialmente concebido. Pessoalmente entendo que perante as dificuldades em que o Município se

encontra, aliada à grave crise económica e financeira que assola o País, não poderíamos ter outro remédio senão abdicar de alguma coisa, dito de melhor maneira, de abdicar de muita coisa.

Estas obras, vêm favorecer o bem comum e o interesse geral das populações, não só da Barreira mas de todos quantos por ali passam, mas há pelo menos duas situações em que não podemos permitir nem tolerar. Numa é que sejam prejudicadas as pessoas, e outra é que não se possa tolerar situações em que a qualidade da obra possa vir a deixar muito a desejar. Temos reclamações de pessoas de idade ou portadoras de deficiência que não conseguem entrar em segurança em suas casas, temos reclamações de automobilistas que dia-a-dia roçam com as suas viaturas nas entradas das suas garagens, temos reclamações de outros que vêem as suas habitações, locais de trabalho e propriedades inundadas por água, lama, areias e outros resíduos da própria estrada, e que sempre que chove acaba por ser uma preocupação constante para estas pessoas.

Os cidadãos da Barreira, compreendem as opções que foram tomadas nomeadamente na construção dos passeios e bermas, em calçada ou em cimento, só não entendem é porque é que nenhuma destas opções é usada nos núcleos urbanos, possibilitando assim uma opinião ainda que injusta, de que as bermas são feitas à medida dos interesses pessoais ou de importância social de um ou outro cidadão.

Senhor Presidente, uma obra desta envergadura merece planeamento e organização cuidadosos, um acompanhamento exigente e ponderado, não podendo nem devendo andar ao sabor dos constrangimentos orçamentais e das dificuldades de tesouraria.

Senhor Presidente pedimos justiça e equidade no tratamento destas situações.

Um outro assunto, que se prende também com a Barreira, está relacionado com o PDM.

A Câmara iniciou uma consulta às Juntas para obter já algum adiantamento sobre o Plano Director Municipal. Felicito o senhor Presidente por esta iniciativa, mas achamos que não podem só ouvir a opinião do Presidente ou de um ou outro elemento do executivo, fazendo meramente um trabalho de gabinete. As pessoas têm que vir para a rua, têm que se inteirar de facto, in loco, dos problemas que estão no nosso concelho.

Do meu ponto de vista, o PDM é um documento que merece ser tratado com maior cuidado, pois vai definir a estratégia e o ordenamento do concelho para as próximas décadas.

Por isso senhor Presidente, venho propor que promova reuniões nas freguesias, com técnicos habilitados, que saibam explicar aos cidadãos o que existe, que saibam apresentar aos cidadãos a estratégia do concelho para a próxima revisão.

Vinha também preparado para felicitar a Câmara...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Terá que ser muito breve porque está a esgotar o seu tempo...

DEPUTADO JOSÉ CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia de Barreira)

Por ter renunciado à iluminação de Natal, hoje passei pelo centro da cidade e vi que moderadamente foi feita alguma coisa, felicito-o por isso. De qualquer maneira penso que seria útil deixarmos em artérias principais da cidade alguma música ou um som ambiente, que possibilitasse criar alguma alegria neste período de Natal e de fim de ano que se avizinha. Boa noite!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Tenho uma inscrição do senhor deputado João Cunha. O PSD esgotou o seu tempo mas é a única inscrição que tenho e portanto compreenderão, eu dar-lhe-ei a palavra, é uma atitude minha, peço-lhe que seja brevíssimo, porque de facto toda a gente esgotou o respectivo tempo.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

É só para considerar que estão esgotados os zero segundos a que tenho direito. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, eu quero invocar o artigo 20º, parágrafo 1, alínea e) para apresentar um protesto!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Para apresentar um protesto pode sempre apresentá-lo senhor deputado. Desculparão, o senhor deputado há pouco, toda a gente tem a memória viva, usou a figura da defesa da honra, está gravado, e eu respondi que não o ofendi, que não lhe dava a palavra para defender a honra...

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Desculpe, dá-me a palavra agora?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Dou, dou a palavra para fazer o protesto.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, eu peço que não me interrompa. Acho que não lhe fica bem, estar permanentemente a dizer quem é o Presidente. Todos sabemos e todos o respeitamos. Fica-lhe mal!

Eu cito dois exemplos para demonstrar como estou certo.

A primeira é que eu sugiro ao senhor Presidente da Mesa que vá ver a gravação, para ver que eu disse "um voto de protesto em defesa da honra". Se o senhor não aceitava a segunda parte aceitava a primeira.

Segundo, recorde, está em acta gravado, que o senhor interrompeu a senhora deputada Odete João para dizer que o seu partido esgotou o tempo, ela falou mais dois minutos, e o senhor no fim disse que tinha tido o tempo exacto!

Ora, eu sei que o senhor Presidente é das Letras, mas um bocadinho de aritmética não custa nada. Se já tinha esgotado e continuou a falar, não pode ter usado exactamente o tempo.

Mais, senhor Presidente, eu gostaria de confrontar as suas marcações horárias com as minhas. Provavelmente não contou o tempo que o senhor, o próprio Presidente, utiliza entre as intervenções de cada uma das pessoas, que também tem que contar, porque é evidente que não pode, quando interrompe, contá-los naquilo que as pessoas utilizaram. E portanto senhor Presidente desculpe, goste ou não goste, o

senhor não pode dizer "*Não lhe admito isso*", eu claramente acuso o senhor Presidente de parcialidade nesta gestão do tempo. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Está registado o seu protesto, e mais não farei do que registá-lo, mantenho tudo o que disse. Mantenho exactamente tudo o que disse, exceptuando um pequeno aspecto e passaremos adiante.

Honestamente, não ouvi, mas admito que possa ter dito, a palavra "protesto" quando pediu a palavra. Só ouvi defesa da honra. Se eventualmente disse a palavra "protesto" e defesa da honra, peço desculpa ao senhor deputado, porque a palavra protesto não ouvi. Só ouvi a palavra "defesa da honra", o que se prova pelo simples facto de eu ter dito que para defesa da honra não lhe dava a palavra porque não o tinha ofendido. Se eu tivesse ouvido a palavra protesto, não teria dado esta resposta, toda a gente compreende com certeza que é assim. E se reagi da forma que reagi, foi porque o que tinha sido posto em causa, não foi o meu comportamento político como Presidente da Assembleia, foi a minha honestidade na gestão dos tempos. E quando alguém põe em causa a minha honestidade, eu uso o velho princípio bem português "quem não se sente, não é filho de boa gente", e eu prezo-me de ser filho de boa gente.

Passaremos adiante porque temos duas votações para fazer e depois temos as explicações do senhor Presidente da Câmara a várias questões, em relação às quais ele foi interpelado.

No que diz respeito ao requerimento que me foi apresentado, devo dizer a esta Assembleia que para convocar uma assembleia extraordinária em parte corresponde integralmente àquilo que se encontra regimentalmente previsto, em parte ele próprio reconhece que não está de acordo com o que está regimentalmente previsto, e numa outra parte não reconhece, mas também não está de acordo. Onde é que está de acordo? Relativamente ao número de assinaturas bastar-me-ia que viesse a do líder da bancada do PSD para que o requerimento fosse suficiente para convocar uma sessão extraordinária, portanto, a convocação de uma assembleia extraordinária é absolutamente regimental.

A definição da ordem de trabalhos compete à Mesa e não a quem convoca a sessão extraordinária. O facto de o requerimento dizer que só terá um ponto único na ordem

de trabalhos, não é competência dos requerentes, não está escrito em lado nenhum do Regimento, se encontrarem dir-me-ão. A única coisa que eu encontro é que é competência da Mesa definir a ordem de trabalhos das sessões, quem convoca a Assembleia diz, obviamente, um dos temas, mas não circunscreve a esse ponto a ordem de trabalhos da Assembleia.

Portanto, o Presidente da Assembleia convocará a Assembleia Extraordinária, terá este ponto na ordem de trabalhos e, obviamente, se entender com a Mesa incluir mais, incluirá mais.

O Presidente da Assembleia a cumprir o Regimento, deveria convocar esta assembleia para o dia 31 de Dezembro. Isto é o que claramente decorre da leitura do regimento, começando a contar segunda-feira vai parar a 31 de Dezembro. Obviamente que ninguém quererá que eu convoque a Assembleia para o dia 31 de Dezembro e não o vou fazer. Não me levarão a mal também, que eu verifique se há compatibilidade da minha parte em relação a 3 de Janeiro e possa situar em 3,4, ou 5, ou uma hipótese dessas.

Portanto eu convocarei a Assembleia nos próximos cinco dias porque é isso que o Regimento estabelece, ou seja, no decurso da próxima semana receberão as senhoras e senhores deputados a convocatória para a Assembleia onde verificarão a data e com a ordem de trabalhos, porque essa é uma competência minha, e assim farei. Ficou claro?

Depois temos uma **recomendação** à Câmara, lerei apenas a parte final porque esta terá que ser votada, foi apresentada pelo Grupo Municipal do CDS/PP:

“Assim, porque a Assembleia Municipal de Leiria não pode ficar indiferente à defesa dos mais necessitados e ao aumento exponencial da fome e pobreza, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal que recomende à Câmara que seja parceiro activo no combate ao desperdício alimentar:

- 4. Promovendo o encontro urgente de Juntas de Freguesia, IPSS, Paróquias, Escolas, Universidades, ARESP, Associações e Bancos de Voluntariado entre outros, não excluindo empresas privadas, no sentido da concertação de esforços no combate ao desperdício alimentar e à criação de sinergias destinadas à criação associativa ou empresarial de programas locais de combate ao desperdício alimentar;*

5. *Disponibilizando o conhecimento das necessidades sociais e alimentares das famílias carenciadas do Concelho de que dispõe, em articulação com as Juntas de Freguesia, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e as Paróquias, a todos os parceiros desses programas de combate ao desperdício alimentar;*
6. *Auxiliando, quer nas condições estruturais, quer na procura dos meios, locais e equipamentos, os parceiros desses programas, contribuindo para que estas refeições possam chegar perto de quem necessita, em estreita colaboração com as entidades competentes, em particular com a ASAE.*

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende pronunciar-se sobre a proposta?

Não vejo qualquer intenção, colocarei à votação esta proposta.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar e enviar a recomendação à Câmara Municipal.

Uma **moção** apresentada pelo PCP, tem a ver com os factores energéticos, deixarei de lado, obviamente, os considerandos, e conclui da seguinte forma:

“A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 10 de Dezembro de 2010, em sessão ordinária, recomenda ao Governo da República a necessidade de redução imediata das tarifas do gás natural e da electricidade e dos preços dos combustíveis, incluindo a nafta e o gasóleo, tão necessários para a redução dos custos operacionais, travando a inviabilização de empresas do concelho, melhorando a sua capacidade concorrencial e diminuindo a pressão sobre o factor trabalho.”

Alguém pretende pronunciar-se sobre esta proposta?

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, aprovar a presente Moção.

Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para dar os esclarecimentos que entender em relação às questões que lhe foram formuladas.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Senhor Presidente, senhores deputados, boa noite!

Antecipando já a quadra natalícia quero desejar as boas festas, um feliz Natal para todos e para as vossas famílias.

Começaria por responder ao senhor deputado Manuel Antunes, para lhe dizer que, quando há pouco falava do discurso político, já percebemos todos porque é que às vezes temos extremos. E portanto, naturalmente que aquilo que eu lhe posso dizer é que queremos ter posição ética mas também não temos capacidade às vezes para aguentar determinado tipo de situações. E portanto, é natural que às vezes resvale, enfim, o diálogo, e justificaria como tal aquilo que afirmou.

No que respeita à Leirisport sem qualquer problema, aliás, eu vinha preparado hoje para fazer aqui uma apresentação muito rápida, naturalmente que ficará para a reunião de Janeiro abordarmos a situação da Leirisport, parece que incomoda muita gente, e naturalmente depois de apresentarmos alguns elementos veremos então o que é que se passa na Leirisport.

Quanto à Loja do Cidadão, tenho muita pena de continuar a manter e a acreditar que é possível colocar a Loja do Cidadão no centro, houve oportunidade no anterior mandato, e havia uma maioria, de a poder localizar no Topo Norte do Estádio, assim não aconteceu, e eu acho que por uma lado ainda bem embora se possa vir a reponderar essa situação, porque face ao custo que o Topo Norte tem e à área que era prevista para aquele espaço acabaria por ser a autarquia a financiar o próprio Estádio.

Diria também ao deputado Domingos Carvalho que a sua recomendação é excelente, vem atrasada porque a ARESP lançou hoje e já fez a abordagem às câmaras no sentido de, através dos seus associados, poder-se criar aqui um mecanismo de apoio às pessoas carenciadas.

O senhor Presidente da República participou hoje numa cerimónia de apresentação deste projecto da ARESP, nós também estamos a colaborar em conjunto com instituições de solidariedade social (rotários, Lions, Cruz Vermelha) e Juntas de Freguesia que têm tido um papel fundamental, e vamos realizar no dia 21 deste mês

um jantar de Natal solidário para os carenciados do concelho, e neste momento são já cerca de quinhentas pessoas que se inscreveram para este efeito, por indicação das IPSS e das próprias Juntas de Freguesia.

Quanto ao trânsito, naturalmente que a Rua Magalhães Pessoa já é um problema antigo, não nasceu agora, e vamos tentar, sem recurso à intervenção do deputado José Alves, arranjar uma solução. De qualquer maneira, gostaria também de dizer que há ali uma questão que tem obstado à solução, que é o corte da Quinta da Portela, que vai permitir criar ali novas condições para aquele arruamento, só que enquanto isso não acontecer, obviamente, há dificuldade para o efeito.

Diria também que em relação ao cruzamento da Estrada da Mata dos Marrazes, já tem barbas como se costuma dizer, implica, e também foi conversa que ambos já tivemos, que a casa de esquina de um determinado lado pudesse ajudar a que os pesados pudessem ali circular, porque muitas vezes aquelas paredes são rasgadas pelos pesados.

Em relação à intervenção do senhor deputado Vítor Lourenço, deixaria depois, com autorização do senhor Presidente, que o senhor vereador Gonçalo Lopes pudesse dar aqui os esclarecimentos, referia só dois aspectos.

Focou um problema de uma moça que trabalha na autarquia e que neste momento não há solução legal para resolver o seu problema, estamos agora atentar uma outra via porque realmente queremos que haja inclusão, mas não é para casos específicos é para a generalidade das pessoas que tenham problemas de mobilidade. Temos que fazer essa aposta para todos e não pode ser só para a pessoa A ou para a pessoa B.

Quanto ao OREN, como é óbvio, a maior parte dos concursos foram todos lançados este ano, é do conhecimento público. E também sabemos as razões porque é que só este ano foi possível lançá-los, alguns nem sequer tinham o projecto pronto. E portanto isto consta do orçamento, o montante total de obras e eventos que são objecto de financiamento a 80% na sua grande maioria, e esta "confusão" que tem havido, de trânsito, ocorre precisamente porque temos que cumprir prazos. Em Junho do próximo ano as obras têm que estar concluídas, sob pena de se vir a perder o financiamento.

Quanto ao senhor Presidente da Junta do Arrabal, depois se o senhor Presidente me autorizar pediria ao vereador Lino Pereira que respondesse às questões que foram colocadas, mas também lamento que tenha lançado a suspeição sobre potenciais

amigos. Lamento isso, não lhe fica bem lançar esse tipo de suspeição. Já lhe demonstrei, hoje inclusivamente, que queremos cortar a direito e que queremos estar a colaborar com todos, o senhor assim não entendeu, lamento isso também.

Quanto à deputada Clara Monteiro, coincidência ou não os elevadores foram selados precisamente hoje para salvaguardar qualquer perigo, uma vez que a inspecção que foi feita concluiu que o elevador poderia entrar em queda.

Depois ainda, quanto à situação das estradas da Barreira, também vou pedir ao senhor vereador Lino Pereira que se pronuncie sobre o projecto que foi lançado a concurso. Como é sabido é um projecto já com algum tempo, e portanto, o senhor vereador dará resposta a esta questão.

Finalmente, eu estive aqui a ver qual era a página, a página vinte e quatro não é seguramente, já vamos tentar ainda durante esta sessão verificar a afectação desta verba. É bom lembrar mais uma vez que muitas verbas estão aqui incluídas por dívidas.

Senhor Presidente peço então permissão para os senhores vereadores Gonçalo Lopes e Lino Pereira darem os pretendidos esclarecimentos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Eu recordaria que têm que ser breves, o tempo da Câmara é metade do tempo do partido mais votado, é assim que está no Regimento. Obviamente que eu admito que os senhores deputados queiram as respostas às questões que formularam, não querem deixá-las sem resposta, mas em todo o caso peço-lhes que sejam breves.

GONÇALO LOPES (VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO)

Boa noite!

Gonçalo Lopes, vereador.

Senhor Presidente da Mesa, caros secretários, membros da Assembleia Municipal.

Vou tentar ser sintético e rápido, embora compreenda que lhe ficou no goto na última Assembleia Municipal e a sua resposta vem em atraso, Vem em atraso vários meses, aliás como era hábito a sua governação, eram os atrasos sucessivos nas obras que eram necessárias fazer no concelho.

Mas venho agradecer-lhe o elogio que fez à parte da animação cultural, e venho agradecer porque de facto fez-se muita coisa, e mais barato, eu vou dar-lhe um exemplo:

Feira do Livro, no seu tempo custava catorze mil euros, este ano custou seis mil euros; Mercado Sant'ana, a programação no seu tempo custava setenta e nove mil euros, este ano custava quarenta e três mil euros; Praça Viva, no seu tempo custava quarenta e três mil euros, este ano custa trinta e quatro mil euros; Dança em Leiria, custava no seu tempo quarenta mil euros, custa agora seis mil euros; Festival de Jazz custou trinta e seis mil euros, teve trezentos e sessenta espectadores, uma média de cem euros por espectador, e este ano não se fez; Dia do Município, no seu tempo gastou-se vinte quatro mil euros, este ano gastou-se dois mil euros.

Poderá dizer que custou dinheiro o evento no castelo, custou cinquenta e um mil euros. Pois bem, permitiu que todos os alunos do concelho, muitos deles pela primeira vez, ficassem a conhecer o seu castelo. Custou cinquenta e um mil euros, tem candidatura QREN apoiada em 80%, vai custar ao Município dez mil euros.

Da parte da animação considero o assunto rápido e esclarecedor, estou naturalmente disposto para mais esclarecimentos se o senhor deputado necessitar.

MIMO! O MIMO é um caso paradigmático do seu atraso e da maneira como governava em atraso. Auto de recepção provisória do MIMO – Outubro de 2008, abertura das portas ao MIMO vazio – Outubro de 2009. Pois bem, tivemos num ano a fazer aquilo que você não conseguiu fazer em dois anos, e conseguimos, em tempo record, abrir o museu, com o esforço dos funcionários, com o empenho desta vereação, e que merece elogio por aqueles que se esforçaram, pelo trabalho e recuperação do tempo que você deixou aquele projecto adormecido.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor vereador permita-me só uma ligeira correcção. A palavra “você” não fica bem na Assembleia dirigida ao senhor deputado.

GONÇALO LOPES (VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO)

Peço desculpa. Vou tentar rectificar.

Sobre a questão da Aldeia de Natal. A Aldeia de Natal este ano custa metade daquilo que está orçamentado. É um esforço grande, é um projecto emblemático, mobiliza

todas as escolas do concelho, achámos bem mantê-la, e, por incrível que pareça, a avaliação que estão a fazer desta edição da Aldeia de Natal consideram-na melhor do que em edições anteriores, mas estaremos cá não só para prestar as contas mas também a parte do que diz respeito à satisfação, quer das crianças quer dos próprios professores.

Sobre a questão das refeições.

O senhor deputado fez, no meu entender, uma interpretação redutora e limitadora daquilo que eu disse na última Assembleia. O senhor sabe, porque me disse lá fora, porque é que não fez concursos internacionais, e sabe que o tinha que fazer não sabe? E sabia que tinha que os fazer por um simples motivo, é que é fraccionamento de despesa contratar para o primeiro período de refeições e depois lançar um outro concurso para o segundo e terceiro período. Isso é fraccionamento de despesas.

Mais, refeições na Maceira são iguais às refeições noutra sítio qualquer do concelho. Não se pode dividir em concursos diferentes, faz-se tudo do mesmo bolo, as refeições são iguais em qualquer ponto do concelho, isso é fraccionamento de despesa, isso é um procedimento ilegal, e foi isso que eu disse na última sessão.

E mais, ficou-lhe no goto a última reunião, demorou este tempo todo a preparar a resposta, mas podia ter vindo aqui trazer algo de novo, algo que dissesse das diferenças efectivamente que têm sido feitas no concelho.

Mas estou disponível para, mais tarde, no final do mandato, fazermos as devidas comparações entre aquilo que foi o seu trabalho e o meu. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor vereador.

Eu devo dizer a esta Assembleia o seguinte:

A Câmara Municipal excedeu o tempo. Eu tenho que perguntar à Assembleia e a Assembleia que me diga, ou quer que as perguntas que a Assembleia fez à Câmara fiquem sem resposta, e eu não dou a palavra à Câmara, ou quer respostas e eu dou a palavra à Câmara. Tem que ser muito claro! Isto independentemente do direito que reconheço ao senhor deputado Vítor Lourenço de direito de resposta, mas independentemente disso, eu perguntarei aos vários líderes das bancadas, em vez de perguntar à Assembleia, se dou a palavra à Câmara ou não dou a palavra à Câmara para responder ao que falta responder.

Senhor deputado Vítor Lourenço fará o favor de usar da palavra para o direito de resposta. Peço-lhe que seja breve.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

Naturalmente que eu não esperava que o senhor vereador fosse fazer aqui uma intervenção nesta assembleia dirigida a mim próprio apenas e não a todos os deputados desta assembleia. Mas, enfim, fico gratificado por essa deferência, de se dirigir apenas a mim.

Mas queria dizer-lhe que, naturalmente, não entendeu aquilo que eu disse. Eu não disse que o processo foi mau, eu disse que o processo que usámos foi um processo legal, porque os ajustes directos são processos legais. E a questão da ilegalidade que põe não é verdade, porque os territórios para os quais foram feitos os concursos limitados foram bem identificados, e a territorialização num concurso não é fraccionamento de despesa. Que fique bem claro! Foram feitas na altura consultas sobre esse assunto, não é verdade que houve fraccionamento de despesa, não houve nenhuma ilegalidade. Eu não queria ter esta discussão consigo mas só lhe queria responder a esta questão. Não houve nenhuma ilegalidade, não houve fraccionamento de despesa, foram feitos por agrupamento de escolas, concurso por cada agrupamento, para as diversas áreas. Portanto, não houve nenhum fraccionamento, que fique bem claro, e foi apenas isso que eu referi.

Quanto ao resto, eu isso nem discuto, os processos de gestão, há tantas maneiras de o fazer, a questão da contratualização das refeições eu expliquei exactamente isso...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, não estamos a discutir a intervenção...

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

É que o senhor vereador referiu a questão específica das refeições, o que eu tinha feito mal ou o que eu tinha feito bem. Não é isso que está em causa senhor vereador. É o pressuposto de que o Município produz um bom serviço, faz um bom serviço, seja o procedimento limitado seja o procedimento público, o que é preciso é que o serviço seja bem feito, com eficiência, menores custos e com eficácia.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor vereador Lino Pereira.

LINO PEREIRA (VEREADOR DO PELOURO DO URBANISMO E OBRAS MUNICIPAIS)

Senhor Presidente da Mesa, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, colegas vereadores.

Para responder ao senhor Presidente de Junta do Arrabal, e prometo ser rápido e sintético, a despesa foi feita pelos moradores da rua. Em conversa comigo definiram que iam pagar toda a despesa. O saneamento foi feito no início do ano, se o meu adjunto lhe disse que foi colocado porque ele quis não sei, se calhar como cidadão foi aos SMAS pedir o saneamento como qualquer cidadão.

Recordo que a nível do projecto, e quando falei na optimização do projecto, e esta resposta aproveita também ao senhor Presidente da Junta da Barreira, foi porque os projectos estão muito deficitários, aliás o próprio Presidente da Barreira afirmou que foi cortada, pelo anterior executivo, uma grande verba para ser cabimentada verba para aquele projecto. É evidente que num projecto em que a verba é cortada não se consegue executar o que realmente devia ser executado, têm que ser optimizados. Nesta fase, o projecto da Barreira estará a ser reavaliado, os trabalhos foram todos geridos dentro daquela empreitada. Agora terão que ser reavaliados para ver se há possibilidade de fazer o acabamento que dos trabalhos que a população anseia.

Sobre o PDM uma última nota.

Está na fase de audição de todos os Presidentes de Junta, o planeamento está feito para que nos próximos dois anos trabalhem todos, comunidade participativa, é evidente que vai ser aberto à discussão, mas a primeira abordagem é com os senhores Presidentes de Junta. Havia outras metodologias para elaborar o plano mas a primeira opção foi claramente esta, pôr os Presidentes de Junta a pensar no assunto. No segundo trimestre do próximo ano já estará o plano concluído em termos de elaboração, e passará por todas as Juntas de Freguesia nessa altura para fazer a abordagem, para fazer avaliações e para fazer reuniões com todos os intervenientes, agentes económicos e das próprias freguesias. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Está encerrado este período de “antes da ordem do dia”.

Eu peço desculpa à Assembleia, desta vez esqueci-me de dar nota das ausências e substituições, fá-lo-ei agora se não me levam a mal.

O senhor deputado José Francisco é substituído pelo senhor deputado Carlos Duarte, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Memória é substituído pelo secretário da mesma Junta, senhor Manuel Costa Santos, a senhora Presidente de Junta da Freguesia de Leiria fez-se substituir pelo Tesoureiro da mesma Junta, senhor Pompeu Cainço, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvide fez-se substituir pela Tesoureira da mesma Junta, senhora Margarida Cardoso, a deputada Clarisse Louro é substituída pela deputada Fátima Sismeiro, o deputado Francisco André é substituído pelo deputado Carlos Conceição, o deputado Pedro Biscaia é substituído pelo deputado Micael Sousa, o deputado Rui Silva é substituído pela deputada Célia Gordo, e o deputado Luís Pinto é substituído pelo deputado António Fernandes. O senhor deputado Vitorino Pereira fez-me chegar ao meu email pessoal a justificação da sua falta e indicou a deputada Mónica António para o substituir, a senhora Presidente da Junta de Freguesia dos Marrazes é substituída pela secretária da Junta, senhor Isabel Soares, e a deputada Ana Elisa Santos é substituída pelo deputado Mário Canário.

Posto isto, vamos passar ao ponto n.º 1 da ordem de trabalhos

ORDEM DO DIA

1. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – Apreciação nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Pergunto ao senhor Presidente da Câmara se pretende apresentar estes relatórios?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Senhor Presidente, penso que a descrição será para já suficiente, estaremos disponíveis para qualquer interpretação ou esclarecimentos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tem a palavra o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Senhor Presidente, distinta Mesa, senhor Presidente da Câmara e distintos vereadores de todos os partidos, caros deputados municipais, Presidentes de Junta, distinto público, a todos umas boas festas, esperando que os momentos que estamos a viver não sejam tão ariscos tanto quanto seja necessário.

Gostava de felicitar o senhor Presidente da Câmara em relação a algumas coisas que vêm no relatório da actividade municipal, embora eu gostasse que estes relatórios fossem um pouco mais políticos, porque o senhor Presidente da Câmara desenvolve actividade política em termos da sua administração municipal, mas enfim, há aqui toda uma súmula das actividades desenvolvidas pelos diferentes serviços, e, olhando aqui para este relatório, queria solicitar-lhe a amabilidade de me dar aqui algumas informações.

Uma tem a ver com o capítulo da elaboração de plantas. Na página doze, fala-se da sobreposição do aeródromo dos Milagres com orto e impressão.

A minha pergunta é saber se sob o ponto de vista desta designação, o aeródromo dos Milagres chegará efectivamente a um projecto, se não há, esta era uma das questões.

A outra questão que lhe queria colocar, ainda em relação a este relatório, na página dezoito, refere-se aqui a certa altura que “considerando que ficou estabelecido o acompanhamento de um técnico dos vários lances de vias nacionais da EP – Estradas de Portugal, que interceptam o concelho de Leiria, acompanhamento das obras dos lances do IC2, etc., etc., a minha pergunta é se as obras que estão a decorrer neste momento no IC2, se este técnico acompanhou efectivamente estas obras, que relatórios é que fez, em que moldes é que foi feito este acompanhamento, e se nos pode dar aqui um ponto de situação relativamente a esse trabalho profícuo que com certeza o técnico deverá ter feito.

Outra questão que gostava de saber, relativamente à página vinte e dois, falando aqui de fruta, regime da fruta escolar, diz-se aqui a certa altura que “elaboraram-se os documentos de suporte conducentes à contratualização por ajuste directo do

serviço de fornecimento de fruta escolar no valor total de quarenta e seis mil duzentos e quatro euros e oitenta cêntimos”. Depois diz-se “o regime de frutas escolar, foi apresentado a despacho ao senhor Presidente da Câmara tendo sido decidido proceder à contratação por ajuste directo, tendo ganho a empresa...”.

A minha pergunta é se neste âmbito houve várias propostas relativamente esta questão da fruta, se houve alguma proposta que tenha sido apresentada por uma empresa do concelho de Leiria, e se enfim, se neste aspecto há uma credenciação específica para esta matéria relativamente a esta questão da fruta.

Gostava também de colocar mais uma pequena questão, que tem a ver com a página quarenta e nove, no que respeita à Carta Desportiva concelhia, diz que foi feita a apresentação da primeira fase realizada pela Leirisport. A minha pergunta é se nos pode também dar, telegraficamente, o ponto de situação relativamente a este processo da carta desportiva concelhia, e se este trabalho da Leirisport foi liderado pelo Presidente demissionário da Leirisport, ou se é um trabalho participado por outras entidades. E para já é só. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado António Sequeira.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, senhoras e senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores.

Não é habitual nesta Assembleia ocupar-se muito tempo com o relatório financeiro, são contas provisórias, são relatórios parcelares, mas como este se refere a 30 de Novembro, e constitui já uma série longa, e que praticamente já espelha aquilo que vai acontecer ou que se vai verificar aquando da apresentação de contas. Daí que eu tenha procurado fazer uma pequena síntese e dar alguma explicação em relação ao desenvolvimento das contas durante os onze meses do exercício do ano de 2010.

Vou, claro, referir-me sempre ao dia 30 de Novembro, e comparo-o com o dia e mês homólogo do ano anterior.

As receitas correntes diminuíram cerca de 2%, ou seja um milhão de euros, as receitas correntes relevantes que como sabem são os impostos e as transferências. As transferências cresceram, o que é normal nas transferências vindas do Governo Central, serão cerca de 3%, e os impostos diminuíram como também é normal na época que atravessamos. Os impostos directos passaram de 23,3 para 22,1 milhões de euros.

A derrama diminuiu também, aliás, é a derrama que justifica a queda das receitas correntes, e a razão por que a derrama diminuiu também é por todos conhecida. A derrama é um imposto que é cobrado em função dos lucros das empresas. Face à situação económica que sabemos que se atravessa, não é de esperar que a derrama arrecade receitas superiores.

As receitas de capital tiveram uma quebra grande, uma quebra abrupta de 65%, que se deve ao facto de no ano de 2010 a Câmara não ter recorrido ao endividamento bancário, enquanto que no ano transacto a Câmara se tinha endividado em mais 10,7 milhões de euros, em termos nominais claro.

Em resumo, em termos de saldo, a receita total acumulada decresceu 9,9 milhões de euros, ou seja, menos do que os passivos financeiros contraídos no exercício de 2009, repito que a receita cresce 9,9 mas só os passivos financeiros decresceram 10,7 milhões, tirarão daí as conclusões que acharem pertinentes.

Em relação à despesa.

A despesa total paga diminuiu 10%, ao qual correspondem 6,3 milhões de euros, as despesas de capital contribuíram para esta quebra com um valor insignificante, e merece sim destaque o facto da despesa corrente ter diminuído mais de 6,1 milhões de euros, ou seja, 14% do total gasto e pago.

Merece algum relevo e análise, um pouco mais fina, o comportamento desta rubrica das despesas correntes que, como disse, decresceu significativamente.

Em aquisição de serviços, gastaram-se menos 2,44 milhões de euros, e as transferências para as Freguesias diminuíram cerca de quinhentos e quarenta e oito mil euros.

As despesas com pessoal cresceram de vinte e três mil euros no período em análise, valores que de certa maneira me surpreenderam e motivaram um pedido de esclarecimento discriminado justificado em termos comparativos com o exercício do ano anterior, e esse esclarecimento foi-me prestado. Confirma-se, efectivamente,

que os gastos com pessoal em 2010 cresceram cerca de vinte e dois mil euros. Há no entanto que levar em linha de conta, um conjunto de circunstâncias de carácter extraordinário, que me levam a concluir que fica mais do que justificado aquele gasto, senão vejamos:

Foram pagos em 2010 subsídios de reintegração a vereadores que terminaram o mandato no montante de 42,7 milhares de euros; a entrada em vigor do ROSM, que é o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Leiria, originou indemnizações a dirigentes que se elevaram a 38,6 milhares de euros; pagaram-se indemnizações por términos de contrato no valor de dezoito mil euros. Não é difícil portanto concluir que, sem estes pagamentos extraordinários, a despesa com remunerações entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2010 teria decrescido mais de setenta e sete mil euros.

Só mais duas pequenas notas.

O facto do concelho de Leiria ter ultrapassado a centena de milhares de eleitores, trouxe como é sabido, uma alteração substancial no elenco camarário e na composição dos respectivos gabinetes de apoio e obviamente que existem custos acrescidos. Como sabem, o elenco da Câmara de Leiria tinha oito vereadores e um Presidente, neste momento tem dez vereadores e um Presidente, mas esta própria mudança de categoria, digamos assim, do Município faz com que não só haja implicações neste aspecto, mas também na própria composição dos gabinetes quer do Presidente quer dos vereadores, com as correspondentes despesas.

Agora mesmo para terminar, e deixar registado o facto de que o valor pago a título de trabalho extraordinário diminuiu este ano mais de 80 milhares de euros, mais do que o montante em causa por muito apreciável que seja, e é, este corte no trabalho extraordinário, é um bom sinal do estilo de governação e gestão que se adoptou. Muito obrigado

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, eu quero fazer aqui uma pequena manobra que tem a ver com o seguinte:

Nós vamos falar do relatório de actividades e aproveito para fazer uma quase defesa de honra, dentro daquele espírito daquelas coisas, porque o senhor Presidente da Câmara teve a amabilidade de me dizer que a minha recomendação que levou toda esta câmara, e agradeço, a votar por unanimidade, vem atrasada porque hoje tinha tido essa informação através da ARESP. Eu na verdade, penso que uma recomendação nunca chega atrasada, presumo que todos vocês estarão de acordo comigo em que ela faz todo o sentido. Além disso devo dizer que, a nossa informação, e é isso que nós aqui fazemos, advém da informação que nos é dada.

A Divisão de Assuntos Sociais sobre esta matéria, no nosso relatório de actividades, não diz nada, portanto para mim não chegou atrasado porque nós estamos a debater a informação que nos é dada e não outra, se não, quem chegou atrasado foi o senhor Presidente que não nos deu informação para a termos hoje aqui disponível.

Permite-me que termine, senhor Presidente, com uma questão. Eu queria dizer-lhe que em relação à questão das obras, todas elas, em particular aquelas duas que eu referi, eu pedia-lhe uma coisa: é que enquanto não chegam as soluções óptimas, nós contentamo-nos com soluções razoáveis, todos nós seguramente. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões que foram formuladas.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Eu referia-me somente à intervenção do senhor deputado João Cunha.

O clube do aeródromo dos Milagres está à procura de alternativa para se localizar. Foi o próprio clube, através dos seus dirigentes, que nos pediu elementos disponíveis na autarquia, para sabermos dessa possível localização ali, era um projecto antigo e inclusivamente havia projecto já aprovado há uns anos. E portanto foi só isto que se passou. Não há aqui mais nada a referir a não ser que o problema se mantém, não há local alternativo para o aeródromo do Falcão, e vamos continuar a tentar ver se é possível localizar aquela estrutura noutro lado.

Quanto ao acompanhamento do IC2, há um técnico da autarquia destacado para recolher as reclamações que têm havido, fazê-las chegar depois à entidade responsável pelas obras e tentarmos minimizar aquilo que ainda é possível. Tem havido efectivamente ao nível do IC2 alguns constrangimentos, muitas destas reclamações têm sido aceites e têm sido tomadas medida por parte da LOC, obviamente que também reconhecemos que não há, muitas vezes, as soluções ideais para realização das obras.

No que respeita à questão d a fruta, foi adjudicado à mesma empresa que nos forneceu no ano anterior, aliás foi a única entidade a quem se pediu preço, e quanto à Carta Desportiva, a primeira fase está concluída.

É um trabalho que tem sido realizado por técnicos da Leirisport e em que só faltará naturalmente avançar para a fase final, depois de estarem elencadas todas as estruturas desportivas e diagnosticadas as carências, avançará então para a fase final para depois ser presente para conhecimento da própria Assembleia Municipal.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

A Assembleia Municipal de Leria delibera tomar conhecimento do Relatório da Actividade do Município e respectivo Relatório Financeiro.

Passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos.

2. INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – Apreciação nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 48º da lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende usar da palavra?

Neste caso não peço ao senhor Presidente que apresente o relatório porque a informação não é dele, no fim usará da palavra se assim o entender.

Tem a palavra o senhor deputado Vítor Lourenço.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

Senhor Presidente, senhores deputados, não é hábito neste tipo de documento nós termos qualquer dúvida uma vez que, ele feito pela entidade que certifica as contas da Câmara. E portanto, não temos aqui qualquer comentário de natureza técnica a fazer sobre este documento. Mas da leitura que fiz, ative-me nos dados apresentados, na alínea c) que diz respeito ao endividamento líquido do Município.

Estranhei naturalmente o que é escrito por este revisor oficial de contas da Câmara, esta entidade que certifica as contas do Município, porque nas últimas semanas olhei para os números, cinquenta e um milhões cento e sessenta e sete mil novecentos e vinte e nove cinquenta, limite legal ao endividamento líquido do Município, e como nas últimas semanas fomos bombardeados com informações de que vinha aí um papão e uma bomba que afinal nem pólvora tinha, procurei uma explicação.

Este relatório do ROC – Revisor Oficial de Contas, de 30 de Junho de 2010, primeiro semestre deste ano, afirma que o limite ao endividamento líquido se cifra no valor que referi há bocadinho. Este mesmo valor dos cinquenta e um milhões, é o definido pela Direcção Geral das Autarquias Locais, que é a entidade que tutela os Municípios neste domínio, no final de 2009 para o exercício de 2010, isto é, a Direcção Geral das Autarquias Locais está em comum acordo com os dados fornecidos pelo revisor oficial de contas.

Por outro lado, o valor indicado pela Inspeção Geral de Finanças que realizou uma inspecção às contas do Município em 2006, 2007 e 2008, quando chegou ao final de 2008 disse que o limite ao endividamento líquido da Câmara se situava nos cinquenta milhões setecentos e sessenta e um mil e qualquer coisa euros. Além disso e à contrário disto tudo, destas entidades que certificam, que tutelam e que inspeccionam, aparece um relatório, encomendado pelo senhor Presidente, às contas e feito por uma empresa privada de auditores, que afirma que o saldo final no final de 2009, ultrapassou o limite de endividamento em cinquenta e quatro milhões.

Eu volto a repetir: final de 2008, IGF, cinquenta milhões setecentos e sessenta e um, final de 2009, DGAL, cinquenta e dois milhões cento e sessenta e sete, revisor oficial de contas, 30 de Junho de 2010, o mesmo valor da DGAL, empresa privada, final de 2009, menos cinquenta e quatro milhões oitocentos e cinquenta e oito. Eu tinha que vir comentar isto! Olhando para estes dados tinha que fazer o meu comentário. Afinal o que é que aconteceu? Houve em 2009 algo de notório e relevante que alterasse os dados conhecidos por essas inspeções, por essas entidades tutelares,

por essas entidades certificadoras? Pelos vistos só estes senhores, que agora vieram, pagos pelo Município, é que terão encontrado algo, os organismos que tutelam e fiscalizam as autarquias nada detectaram, então o que é que podemos concluir numa situação destas tão anómala?

Uma primeira observação que me cumpre fazer é de que esta empresa contratada já teria a conclusão tirada antes de começar a trabalhar. Os próprios técnicos da empresa alegaram na reunião de Câmara em que apresentaram o relatório, e está escrito no relatório, que, e cito, “A forma como se apurou o endividamento líquido não é em nossa opinião, coerente, para se poder tirar conclusões correctas”, dizem os auditores no texto do relatório. Como confessadamente se trata de resultados opinativos, não restará, senhor Presidente da Câmara, deixá-lo bem arquivado para memória futura e nem precisa de se preocupar a dá-lo a conhecer a esta Assembleia Municipal.

Assim e em consequência do que acabo de dizer, senhor Presidente da Câmara, aliás como oficial do mesmo ofício, da sua experiência profissional neste domínio, é mais que relevante, vai sugerir à DGAL e à IGF para corrigirem os cálculos que fizeram e os dados dos seus relatórios? Irá o ROC subscrever a opinião destes senhores?

Mas o que mais me preocupa e certamente preocupará todos os cidadãos é que o dinheiro gasto nesta encomenda, também por ajuste directo, vai aumentar os custos e a dívida do Município. Não nos admiramos nada com esta forma de governar o Município por quem, ou ainda desconhece a situação financeira real da Câmara, um ano como Presidente e quatro anos do anterior mandato como vereador ainda não foram suficientes para conhecer a realidade financeira, ou avançará com números e dados para a opinião pública, que eu acredito mais fruto da imaginação do que qualquer realidade, e já hoje aqui falei em heranças, umas boas, outras menos boas, mas há uma que não sei se um dia poderá deixar senhor Presidente, a transparência destes processos, a ética destas relações, o gosto e o prazer do serviço público. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Eu permito-me chamar a atenção das senhoras e dos senhores deputados para uma questão simples, e não quis interromper o senhor deputado para não ser acusado de estar permanentemente a interromper, é de que já aceitei uma proposta que, de

resto, eu trazia em mente, de incluir num ponto da ordem de trabalhos da próxima sessão o relatório da auditoria, que não é este, mas a que não deixarão os senhores deputados, obviamente, de ter a tentação de fazer referência. E portanto, a questão do relatório da auditoria, o outro, vai ser objecto de um ponto específico da ordem de trabalhos na próxima sessão da Assembleia Municipal, a tal sessão extraordinária. O senhor deputado Carlos Guerra tem a palavra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Mas afinal que contas é que estão certas? Eu não vou falar do relatório, vou falar dos dois relatórios que estão agora aqui presentes, a informação da situação financeira do ROC e a informação financeira prestada pelo senhor Presidente da Câmara.

Vivemos duas semanas tão providencial quanto artificial agitação em torno de conclusões de uma certa auditoria de conveniência, nada parca em acusações, incluindo até a fazer fé no Região de Leiria, de subversão de indicadores financeiros.

Conclusões que concluíram o que previamente se queria ter por concluído, como implicitamente reconhece o citado jornal, de 26 de Novembro, quando afirma que veio confirmar o diagnóstico avançado por Raul de Castro em finais do ano passado.

Mas não foi para confirmar o que o cliente queria ver confirmado que o fornecedor foi contratado? Alguém tem dúvidas? E quanto custou exactamente esta confirmação, que se dizem milhares de euros.

No meio da borrasca, à moda de Hollywood, distraídos que estavam as atenções, a população de Leiria e as suas micro e pequenas empresas, levaram logo com um triplo aumento de tarifas da água, de esgotos e do lixo, aumentos nada meigos diga-se de passagem. Depois parangonas bombásticas com títulos arrasadores, eis que nos chega o relatório do Revisor Oficial de Contas, aqueles que certificam as contas do Município, aqueles que certificaram as contas de 2007, 2008 e 2009, e os números são outros, e também não chegou o relatório financeiro do senhor Presidente da Câmara. E a informação constante do relatório do ROC e do relatório do senhor Presidente da Câmara, está em sintonia entre si, têm apenas as diferenças próprias de serem em períodos diferentes. Então, vamos fazer fé na informação dos nossos ROC, e nela verificamos que em 30 de Junho, o passivo é maior que o activo em quase dois milhões de euros. Mas ainda mais importante, é constatar o que constata

o senhor Presidente da Câmara no seu relatório financeiro, a dívida de curto prazo, em 30 de Novembro de 2010, cresceu 15%, de onze milhões quatrocentos e setenta mil euros para treze milhões cento e noventa mil euros, face a 30 de Novembro de 2009.

Cobre a Câmara a quem lhe deve na Leirisport, e pelo que diz o ex-presidente do Conselho de Administração desta empresa, hão-de ser centenas de milhares de euros. As desculpas com a situação financeira destinam-se apenas a desviar as atenções do mau projecto, e do clamoroso incumprimento das fartas promessas eleitorais.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tem a palavra a senhora deputada Clara Monteiro.

DEPUTADA CLARA MONTEIRO (CDS/PP)

Clara Monteiro, CDS/Partido Popular.

Relativamente ao ponto dois, a informação do auditor externo, algumas considerações, poucas.

Primeiro que tudo a informação para ser útil deve ser fidedigna e oportuna. Ora, quanto à oportunidade, esta informação do auditor externo peca por tardia, e porquê, porque é uma informação que se refere ao primeiro semestre de 2010 e nós estamos no final do ano de 2010. Portanto, tudo aquilo que nós tínhamos aqui para ver esclarecido e para analisar, passou a ser irrelevante, já passaram mais de seis meses.

Segunda consideração. Esta informação do auditor externo é uma informação que trata da situação económico-financeira do Município, e como tal, deveria ter como suporte as demonstrações financeiras, porque isso é uma obrigatoriedade de apresentação deste Município. O Município não o fez, apresentou um balancete, e, há aqui também diferenças na leitura da informação. E portanto, isto agora é irrelevante, já passou muito tempo e temos dificuldade em fazer aqui alguma análise.

De qualquer forma, senhor Presidente, mesmo pecando por tardia, gostávamos por exemplo de ouvir aqui alguns esclarecimentos nomeadamente, aparece aqui uma variação negativa de 93,01% nas amortizações, estranhámos este valor, é muito

elevado, será que o Município aplicou o princípio contabilístico da especialização dos exercícios? Estranhámos, mas enfim, pode haver aqui uma razão para isto.

Já agora, também está na auditoria que a previsão com a venda de bens e investimentos totalizou mais de trinta e três milhões de euros. O grau de execução naquela altura, estamos a falar de 30 de Junho, era 0%. Gostaríamos de saber qual é a situação actual da execução. E por fim, quanto ao controlo orçamental a receita total apresentava a 30 de Junho uma execução de 27,15%, gostaríamos de saber como é que está a execução dos restantes 72,85%. Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Tem a palavra o senhor deputado António Sequeira.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista

Em relação a esta última intervenção da senhora deputada, talvez o primeiro relatório do ROC que me chegou às mãos, acabava por pôr em evidência precisamente isso que falou, quer dizer, não havia especialização do exercício, mas hoje acho que já há, isso já está escrito, o que era um verdadeiro disparate. A especialização do exercício evita precisamente que apreçam verbas subitamente elevadíssimas. Para quem está menos familiarizado com estas coisas, e assim de uma maneira muito grosseira, imaginem o que é não se mensualizar o subsídio de Natal. Um empresário, por exemplo, chega a Novembro, olha para as contas, parece que tem dinheiro disponível mas esqueceuse que não tinha pago ainda o subsídio de Natal e nesse mês são dois meses a pagar aos empregados. A especialização do exercício em termos grosseiros é precisamente a divisão pelos períodos mensais de todas as despesas previsíveis que depois acontecem ao longo do ano. Portanto, efectivamente há uns dois anos não havia na Câmara de Leiria especialização do exercício mas hoje há.

Quando o senhor deputado Vítor Lourenço veio intervir, eu pensei que ele ia referir uma outra coisa, que seria bastante pertinente. Que se ia referir às conclusões dos relatórios elaborados pelos ROC. Efectivamente as conclusões deste relatório e as conclusões do relatório dos ROC são quase todas iguais,

quando as coisas correm bem. No essencial é dizer que as contas apuradas correspondem ao verdadeiro valor patrimonial das empresas, ou que não encontraram nada que os levasse a dizer o contrário. Aí é que poderá haver algum choque em relação ao que se prevê que sejam as conclusões dessa auditoria encomendada. Parece que há divergências efectivamente, entre a contabilização de diversas contas, do cálculo de diversos rácios, etc. Não percebi bem o alcance da sua intervenção fico com alguma dúvida se conhece bem o que é que quer dizer endividamento de curto prazo e endividamento de longo prazo, e endividamento líquido. A mim acontecer-me-ia o mesmo se o assunto fosse história. É que o endividamento líquido que vem aqui neste relatório com saldo disponível, não lhe permite ir buscar um cêntimo a um banco, este endividamento tem a ver com a diferença entre passivos e activos e permite eventualmente endividar-se junto de fornecedores, mas não recorrer a crédito bancário.

Há dois tipos do endividamento das autarquias junto dos bancos: o de curto prazo (em que o processo não requer o visto do Tribunal de Contas). Tem os seus limites, tem os seus *plafonds* e tem como principal característica o facto de ter que ser liquidado no próprio exercício em que é contraído.

Depois há o crédito de médio e longo prazo, esse sim, é um crédito bancário também com limites, como sabem, e esse, como verifica no quadro da página seguinte diz "*endividamento de médio e longo prazo situação face aos limites - excesso*". Portanto, não só não tem *plafond* como já o excedeu. Daqui, não decorre, ao contrário do que se pensa, nenhuma contradição com aquilo que é dito, quando se afirma que a capacidade de endividamento da Câmara está esgotada. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Câmara pretende usar da palavra?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Parece que havia muitas pessoas que não conseguem destrinçar esta situação de endividamento, na verdade a autarquia esgotou a sua capacidade de endividamento bancário, que é aquela que permite pagar o endividamento a terceiros. A autarquia neste momento está impossibilitada, já há algum tempo a esta parte, terá alguma folga a curto prazo na ordem de uns três milhões, mas de médio e longo prazo está ultrapassada a própria capacidade de endividamento. É bom que isto fique claro, de uma vez por todas, porque infelizmente é esta a realidade.

Depois, quando se fala aqui na auditoria, que há-de ser debatida em reunião própria, queria dar nota de que foram consultadas em processo de ajuste directo seis consultoras (Delloite e Associados, KPMG & Associados, J. Camilo & Associados, ABC, Caiano Pereira António & José Reimão, e P.Matos Silva, Garcia Jr. & Associados), e foi adjudicado à mais barata que foi precisamente a ABC – Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa. Naturalmente que pode haver algumas situações, cuja interpretação de um lado ou do outro possa não ser a mais correcta, mas estão a esquecer-se do fundamental desta auditoria, não só porque a anunciámos a tempo e horas que era importante fazer uma auditoria, mas também parece que há muita gente distraída que não percebeu para que é que serve a auditoria. E eu iria agora, se me permitem, só lembrar aqui uma situação, e aproveitava para dizer o seguinte:

As auditorias servem para clarificar, para fazer o diagnóstico, mas servem também para efeitos pedagógicos. Há muita situação que tem que ser objecto de correcção e são as auditorias que nos alertam para aquilo que tem que ser corrigido. Já foi assim antes, continua a ser assim agora e vai ser assim no futuro. Se há pessoas que não perceberam isto tenho muita pena. Tem um efeito pedagógico, diz-nos o que é que está mal, o que é que temos que corrigir e é isso que vamos fazer.

Eu podia lembrar a todos, a memória às vezes pode ser curta, que o último relatório da IGF e está, tanto quanto sei, para ser despachado um mais recente, tinha ali um parágrafo que dizia que *“os montantes relativos à dívida municipal inscritos na prestação de contas dos exercícios de 2004 a 2006 não eram fiáveis, tendo sido detectadas dívidas não relevadas contabilisticamente entre 2,4 e 3 milhões, pelo que esses documentos não proporcionavam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da entidade. A informação prestada à DGAL e à DGO não era rigorosa pois omitia nos anos de 2005 e 2006 uma variação do endividamento líquido*

para mais respectivamente de cento e oitenta e quatro mil e para menos de quinhentos e noventa e sete mil". E portanto, em 2005 e 2006, era o despacho da entidade, de que, ao contrário do que se julgava o Município contribuiu para o défice público.

É para este tipo de situações que nós devemos ser alertados, é para isso que servem as auditorias, mas também sinceramente não queremos chegar ao ponto de dizer que as contas apresentadas não são fiáveis, isso é que queremos evitar. E portanto, quando algumas pessoas vêm arguir que a Câmara tem uma capacidade de não sei quantas dezenas de milhões, é pena nossa, temos tanta coisa para fazer, temos tanta dívida para pagar, que os dados estão lançados. E vamos ter a oportunidade de ver, quando for a apresentação do orçamento, porque razão é que o orçamento é este e como é que ele foi confeccionado. Muito obrigado.

<p>3 XXIII MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO. II REVISÃO – Apreciação, discussão e votação;</p>

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Vamos entrar no ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, pergunto ao senhor Presidente da Câmara se quer apresentar este ponto?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Esta revisão tem a ver com a actuação do cronograma de execução da empreitada da Rua Tenente Valadim, com o valor previsto para a mesma, e portanto para efeitos de visto do tribunal de Contas há que adequar o cronograma da obra à execução financeira da mesma. É só por esta razão que se propõe esta revisão.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Algum dos senhores deputados pretende usar da palavra?

Não vejo qualquer manifestação de intenção nesse sentido, eu colocarei à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com trinta e quatro votos favoráveis e vinte e quatro abstenções, aprovar a XXIII Modificação (II Revisão) ao orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2010 do Município de Leiria.

Vamos passar ao ponto n.º 4. Admito fazer intervalo a meio da discussão deste ponto se parecer oportuno, ainda assim vou fazer a pergunta à Assembleia muito rapidamente, não há discussão, vou fazer a pergunta directa numa votação directa.

Há duas hipóteses, nós temos que fazer uma pausa, essa pausa tem a ver com o convívio que já referi, mas eu colocarei três possibilidades, mantenho a minha terceira hipótese: ou fazemos já e começamos a discutir depois, tem os seus inconvenientes e as suas vantagens, peço desculpa por não colocar o assunto à discussão, ou interrompemos a discussão do ponto à uma hora da manhã por exemplo, estejamos onde estivermos na discussão e depois continuamos, ou fazemos no final da discussão, ganhará a solução que tiver mais votos.

Alguém tem alguma objecção?

Quem se pronuncia a favor de fazer a pausa já?

Quem se pronuncia a favor da interrupção à uma hora da manhã?

Quem se pronuncia a favor da interrupção depois da discussão do orçamento?

Portanto, é uma pausa de dez a quinze minutos a partir deste momento.

(pausa)

4. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2011, OPÇÕES DO PLANO DO PARA 2011/2014 E MAPA DE PESSOAL PARA 2011 DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Peço o favor de ocuparem os vossos lugares para retomarmos os trabalhos, já temos quórum, portanto, vamos continuar a nossa sessão.

Tal como aprovámos no início da sessão, aquele que era o ponto oito da ordem de trabalhos passou a ser o ponto quatro da ordem de trabalhos. É nesse ponto que vamos entrar agora e eu darei a palavra, como facilmente se compreenderá, ao senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação do Orçamento e Opções do Plano para 2011/2014 e Mapa de Pessoal do Município de Leiria.

Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Muito obrigado senhor Presidente.

A elaboração do orçamento para 2011 está fortemente condicionada pelos constrangimentos da própria autarquia e também pela conjuntura económica do País. Sabemos os elementos em termos de valor, temos as grandes opções do plano com setenta e sete milhões duzentos e vinte nove mil cento e cinquenta e cinco euros, e o orçamento da despesa com trinta milhões setecentos e três mil novecentos e dois euros.

Nós ao invés daquilo que normalmente se costuma fazer, que é, perante as receitas justificar a despesa, como temos compromissos que não podemos eliminar tivemos que ir à procura desses valores, as origens, e portanto esse é o ponto de partida para a elaboração do orçamento para 2011. E aquilo que nós verificámos é que temos trinta milhões novecentos e três mil euros de compromissos assumidos e não pagos, temos depois três milhões duzentos e noventa e três mil setecentos e quatro euros também de compromissos assumidos que não foram pagos relativos a despesas de funcionamento, e depois estão elencados aqueles que são os compromissos que não podemos fugir, para além das dívidas agora citadas.

O serviço da dívida para 2011 na base da actual taxa de juro, as transferências para as Freguesias, protocolo de educação e a delegação de competências, a facturação de 2011 da Valorlis, depois como iremos ver no documento, os valores que são acima disto têm que incorporar as dívidas, rubrica a rubrica, mas portanto para 2011 e para sabermos o que é que podemos ainda cortar verificámos que temos compromissos no valor de dois milhões com a Valorlis, três milhões duzentos e

quarenta mil com a SUMA, um milhão e seiscentos mil com os transportes, seja do Mobilis sejam também os transportes escolares, para a Leirisport as indemnizações compensatórias no valor de três milhões duzentos e oitenta cinco mil, investimentos com participação comunitária e depois podemos desenvolver qualquer destas situações, para percebermos o que é que está aqui em causa, e portanto, estes dezasseis milhões é aquilo que pretendemos executar durante o ano de 2011 e que resultam das candidaturas que foram apresentadas.

Temos depois ao nível das AEC'S, em cumprimento da lei, três milhões, um milhão para fornecimento de refeições, quatrocentos e vinte mil euros de transferência para o Teatro José Lúcio da Silva, seiscentos mil euros para os SMAS, metade da verba que tinha sido transferida em 2010, aprovado para o orçamento de 2010, já vemos depois explicar porquê, temos dois milhões quinhentos e cinquenta e oito mil quinhentos e vinte e três euros para as associações, actividades sociais, educativas, culturais. Temos depois um milhão e seiscentos e um mil em investimentos diversos, dezasseis milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil euros com despesas com pessoal, e isto faço já aqui o alerta, tem de estar de acordo com o número de recursos que constam do quadro da autarquia, embora possam não estar todos os lugares preenchidos mas no orçamento tem que constar o total da despesa, e temos depois despesas de funcionamento com dez milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil setecentos e quarenta e seis euros.

A primeira proposta de trabalho que nos apareceu tinha precisamente cerca de cento e vinte três milhões, e nós percebendo que se temos esses compromissos e põe-se a questão do que é que cortamos aqui, qual é a relevância dos cortes que podemos fazer, a verdade é que até esta semana nós temos cerca de cinquenta e nove milhões de receita na autarquia. Poder-se-á dizer que consta aqui a diferença de cinquenta milhões, mas é preciso também saber fazer contas, talvez alguns não saibam, porque na verdade se nós partirmos do pressuposto que em Dezembro ainda vai entrar a transferência do Estado e portanto vamos ficar com um valor na ordem dos sessenta milhões. O que é que vai ser acrescentado em 2011 de receita? Assumindo, porque o PALOR tem que estar pronto até Julho e portanto as obras que já estão em curso também em 2011 as temos que ter concluídas, verifica-se que para dezasseis milhões de despesa nós vamos ter aqui 80% de participação, e estamos a falar

de cerca de doze milhões e meio. Portanto, os sessenta milhões com doze milhões e meio ficamos com setenta e dois milhões e meio.

Se nós pegarmos nos cento e oito milhões que estão aqui expressos, se abatêssemos os trinta e quatro milhões de dívidas assumidas e não pagas, nós ficamos com setenta e quatro milhões. Bom, do lado da receita até agora estávamos a contar com os setenta e dois milhões e meio, mas temos a intenção de levar a executivo a alienação de alguns imóveis, estamos a falar de alguns espaços na cidade, concretamente um na nova Leiria, em que tem havido já procura para esse espaço, estamos a falar de algumas escolas que estão desactivadas e deixaram de ter a função para que foram construídas, e temos ainda o célebre contrato, se se verificarem um conjunto de regras que em termos de executivo já elencámos, podemos vir a fazer parte de uma nova empresa de capitais públicos, envolvendo mais doze municípios e as Águas de Portugal. E isso obviamente que vai trazer também compensação. É uma questão para, quando houver dados já concretos, virmos a discutir em conjunto, mas não estamos na situação de querer e outra coisa não seria de esperar, até por questões de legalidade, que ao nível do executivo e depois pela Assembleia, possamos vir a tomar uma decisão sobre isso.

Mas só para referir que se não fosse o problema da dívida, isto em termos aritméticos, não seria difícil podermos chegar ao valor que esperamos, e portanto daríamos aqui o passo seguinte para que estes dezasseis milhões que aqui estão de obras comunitárias, que não vão aparecer depois para 2012, dêem margem para se poder trabalhar em novos investimentos, em novas obras.

Portanto, foi esta a base de trabalho para a apresentação do orçamento para 2011. Olhando para isto o que é que vamos cortar? Poder-se-á dizer uma outra coisa que eventualmente se pudesse fazer, mas na verdade nas dívidas não o podemos fazer, naquilo que é assumido para o normal funcionamento da autarquia nestas suas vertentes, o resultado é este. E por conseguinte como milagres não há, estamos aqui a apresentar direitinho as contas todas e até podemos depois vir aqui a desmontar esta situação. Nós temos elencado por funções tudo o que é dívidas, aquilo que está definido, como é óbvio, como já expliquei, é o somatório daquilo que se prevê para o ano de 2011 e a dívida que está pendente em cada um desses sectores, também temos o desenvolvimento daquilo que são despesas de funcionamento, estão aqui registadas as dívidas, em relação ao serviço da dívida podemos dizer ainda que seis

milhões e meio e estamos a falar só da Câmara Municipal, é a amortização e o juro, estamos a contar com dois milhões e duzentos mil, temos depois o caso da Leirisport, mas uma vez que está aqui proposta uma reunião específica para o efeito depois falaremos disso, a não ser que queriam que seja discriminado, também o podemos aqui discriminar, o que temos aqui em termos de valores de compensação de estruturas por parte de entidades em relação ao contrato-programa de actividades, comparticipação para a cobertura do prejuízo e portanto o contrato-programa para financiar o empréstimo que foi contraído pela Leirisport. Temos depois aqui a descrição de tudo o que são os investimentos com comparticipação comunitária, seja no PALOR, seja na contratualização, seja na rede de equipamentos culturais, redes urbanas para a competitividade e inovação, rede municipal de banda larga, animação em rede, sistema multimodal, equipamentos de segurança rodoviária, redes de pistas cicláveis, normalização da sinalética e esplanadas, acções de valorização do Litoral, prevenção e gestão de riscos naturais, o Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria, a promoção de acessibilidades, plano municipal, o PRODER, o Projecto Recentrar, o apoio à modernização administrativa, a remodelação do quartel dos bombeiros, portanto, temos aqui os dezasseis milhões duzentos e cinquenta e oito mil oitocentos e oitenta que aparecem elencados naquele resumo.

Depois o desenvolvimento nas áreas das actividades sociais, educativas, culturais, etc., temos ainda aquilo que são as despesas de funcionamento em 2011 e também aqui discriminado, temos ainda depois e podia aqui passar àquilo que tem a ver com despesas de Pessoal, em que queria aqui apresentar alguns dados, na última Assembleia foi aqui levantada a questão da despesa dos gabinetes de apoio, já foi aqui referido hoje que houve alteração nas estruturas derivado de termos ultrapassado os cem mil eleitores, e portanto neste momento, reportado a Outubro de 2009 a Outubro de 2010, estamos com uma diferença de trinta e sete mil euros, uma vez que cada membro do executivo passou a ter também direito a um adjunto. Temos depois a composição dos gabinetes, se houvesse dúvidas sobre isto, temos ainda valores apurados com a despesa total com Pessoal até Novembro, o ano passado gastámos até Novembro dez milhões setecentos e um, este ano se abstrairmos o montante das indemnizações que foram pagas temos menos setenta e sete mil euros, temos depois no universo do trabalho extraordinário até final de

Novembro há aqui uma diminuição de oitenta mil euros, e temos depois aqui um outro dado que convém referir. Alguma redução que tenha sido feita e sabendo-se que em Junho alguns funcionários passaram a ter reduções de 5%, dou aqui nota de que no universo de setecentos e vinte trabalhadores que neste momento estão em exercício, há setenta e oito que são abrangidos pelas reduções de 5%. Portanto, praticamente 10% dos funcionários é que são afectados por esse corte o que não tem aquele aspecto relevância que se pretendia dar.

Neste contexto e partindo mais uma vez da situação base que apresentamos, que tem a ver com o conjunto de compromissos assumidos, dificilmente teríamos aqui alternativas, e portanto perante estes dados que não podemos ignorar e pelas limitações que temos, só nos resta tentar minimizar ao máximo estes valores, ver onde é que é possível ainda baixar durante o próximo ano, porque efectivamente alguma dívida se vai manter.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Estão abertas as inscrições!

Tem a palavra o senhor deputado Manuel Antunes.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Muito obrigado senhor Presidente.

Antes de iniciar a minha intervenção sobre este ponto, permita-me que faça um breve comentário àquilo que se passou na primeira metade desta reunião.

Tenho com o senhor Presidente da Assembleia e com o senhor Presidente da Câmara relações pessoais, profissionais, de amizade, que eu espero que não sejam prejudicadas com o debate político que aqui fazemos.

Senhor Presidente da Câmara, senhor Presidente da Assembleia, dir-me-ão no momento quando sentirem que eu lhes falto ao respeito ao contrário daquilo que eu ouvi de alguns senhores deputados da bancada socialista, tenho a consciência de que nunca aconteceu, aliás, já se levantou esse problema há duas reuniões atrás e o senhor Presidente da Assembleia Municipal teve a amabilidade de dizer que isso nunca tinha acontecido. E portanto, respeitando a posição dos dois, eu espero que centrem este debate no debate político, e que aceitem que o senhor Presidente da Assembleia tem as suas funções, eu tenho as minhas, e que o facto de que um é

Presidente e que o outro não é não significa que eu não possa ter a minha opinião e quando entender discordar das suas opiniões e das suas posições. Eu penso que é assim que se faz o debate político, lá fora depois espero que as coisas sejam completamente diferentes.

Em relação a isto, senhor Presidente e senhores deputados, a análise contabilística e técnica destes documentos, pela nossa parte vai ser feita pela senhora deputada Susana Rodrigues a quem peço, senhor Presidente da Assembleia Municipal, que independentemente do que diz o Regimento, considere como sequência desta minha intervenção e portanto lhe dê a palavra imediatamente a seguir.

Eu vou tecer apenas algumas considerações políticas genéricas.

Talvez nem necessitasse de texto da minha autoria, bastaria ler-vos as intervenções que acerca de orçamentos anteriores fizeram os senhores deputados José Manuel Silva e António Sequeira (2006,2007 e 2008) e que aqui tenho nas mãos, e portanto eles são suficientemente elucidativos. Este orçamento, segundo este executivo, mostra bem como está certo o ditado que diz "atrás de mim virá quem de mim bom fará".

A introdução do senhor Presidente da Câmara, neste orçamento, não define objectivos nem prioridades, simplesmente não parece haver estratégia. Vossas Excelências lembrar-se-ão certamente, do teatro que foi a apresentação e discussão nesta Assembleia do orçamento para 2010. Recordar-se-ão das razões apresentadas pela Câmara para produzir um documento em tudo semelhante aos do anterior executivo, em tudo menos na qualidade da apresentação. Lembrar-se-ão também do desconforto revelado pelo senhor deputado António Sequeira que cordialmente cumprimento. Disse então o senhor deputado que esperava que o senhor Presidente da Câmara fosse, cito, *"capaz de equilibrar as contas não só do lado da receita mas também do lado da despesa, com uma política muito rigorosa e muito exigente no controlo dos gastos"*, e disse ainda, cito novamente, *"em termos políticos entenda-se, ficarei com mais fortes expectativas, senhor Presidente, para o próximo orçamento, sei que esta proposta lhe dá o mesmo amargo de boca, como se diz na minha terra, que a mim me daria a sua posição e que de algum modo me está a dar, este orçamento não é o nosso orçamento"*, fim de citação.

Então e este de 2011 é de quem? É ainda do PSD? Esperava então o senhor deputado que o próximo orçamento, este, viesse a restituir-lhe o conforto que o

outro lhe retirara? Como deve ser grande, hoje, a sua desilusão e como deve sentir ainda maior amargo de boca.

Dizia há um ano o senhor deputado José Manuel Silva, a quem também cumprimento muito cordialmente, cito " *como é possível, honestamente, querer que o PS apresente aqui um orçamento completamente diferente se o PS está na Câmara há sessenta dias e herdou os efeitos da política que vossas excelências desenvolveram ao longo dos últimos doze anos*", fim de citação. E disse ainda " *quando vocês aqui apelam a que o PS se candidatou e ganhou as eleições com base num programa de mudança a mudança não é para fazer em sessenta dias*" fim de citação. Não vou citar mais os senhores deputados, mas como me tenho deliciado a ler os longos discursos do senhor deputado José Manuel Silva, eu mostrei-lhe agora sete páginas completas de uma acta, não houve nessa altura senhor deputado, nenhuma necessidade de lhe cortar a palavra. Aconselho senhor deputado, aconselho vivamente, que leia os seus próprios discursos, vai ver que é uma leitura muito educativa.

Diga-me, senhor Presidente da Câmara, agora com mais seriedade, quantos mais orçamentos dos nossos vai este executivo socialista apresentar? Quando pretende começar a mudança? Como há um ano eu disse, o orçamento para 2010 era tão inatingível como os anteriores, mas o senhor desculpou-se com o pouco tempo que tinha tido para o preparar, e este? Também foi feito à pressa? Olhe que bem o parece!

Mais uma vez, digo aqui que no documento das opções do plano poderia esperar-se, pelo menos, que sufragasse o programa eleitoral do PS, que estabelecesse as diferenças que diziam ter do nosso programa, e que provavelmente lhes deram votos que a nós não vieram ter, mas nem isso, acho que os cidadãos de Leiria têm toda a razão para se sentirem enganados e nós todo o direito de nos sentirmos vítimas de uma manobra eleitoral despudorada. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Fez no início da sua intervenção uma proposta que me deixa embaraçado. A senhora deputada Susana Rodrigues inscreveu-se depois de sete deputados, e estou absolutamente seguro do que digo porque estava a olhar e ela não se inscreveu,

inscreveu-se depois, mas como compreenderá, na última Assembleia Municipal fui advertido para o facto de aceitar pré-inscrições.

Portanto eu perguntarei à senhora deputada Mónica António, ao senhor Presidente da Junta do Arrabal, ao senhor Presidente da Junta de Regueira de Pontes, ao senhor deputado Carlos Guerra...

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Posso fazer um ponto de ordem à Mesa? Eu penso que o Regimento é claro, de que se tem que intercalar cada um dos deputados que vai falar de acordo com o grupo municipal a que pertence...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Aceito o ponto de ordem, não prossigo aquilo que estava a dizer, dou a palavra à senhora deputada Mónica António.

DEPUTADA MÓNICA ANTÓNIO (BE)

Mónica António, Bloco de Esquerda,

O orçamento para 2011 e as opções do plano para 2011/2014 do Município de Leiria, e de aproximadamente cento e oito milhões de euros, existindo um buraco orçamental de perto de cinquenta milhões de euros na receita prevista para 2011 à data.

A proposta apontada é descrita pelo próprio Presidente de Câmara como continuando a ser irrealista, situação de que já padecia o orçamento para 2010 e que este executivo pretendia na altura não ser comum ao orçamento agora apresentado. Não me parecendo findo um ano de mandato, se possam continuar a imputar responsabilidades únicas aos executivos anteriores, dado que o presente executivo dispôs de tempo suficiente para gizar uma estratégia de acção, impor medidas para fazer face à situação anterior. O que não se verifica, uma vez que o cunho dado ao presente orçamento acaba por se inserir nas linhas político-orçamentais dos orçamentos do PSD. Se não, vejamos:

Na lógica da crise actual, parece-nos megalómana e irrealista a pretensão de edificar duas piscinas a norte do concelho de Leiria, nomeadamente em Monte Redondo e Amor, dado que se tratam de projectos bastante dispendiosos, não só em termos de construção mas também de manutenção, não podendo o executivo, pelos

constrangimentos que ele próprio reconhece, correr o risco de cair, com as piscinas, no mesmo erro cometido com a construção do estádio. Lembramos ainda que as piscinas existentes em Caranguejeira e Maceira, em que o número de habitantes é bem superior ao das freguesias acima mencionadas deram nos últimos três anos um prejuízo de setecentos mil euros. Assim sendo, à semelhança do que o Bloco referiu na sua última intervenção sobre esta matéria, consideramos ser altura deste executivo apresentar um outro tipo de orçamento onde esclareça de forma clara onde quer e pretende reduzir as despesas. Na acção social não será com certeza, tendo em conta as medidas de austeridade anunciadas pelo nosso Governo.

Pelo que, deixa-se aqui uma sugestão, promover uma discussão sobre as vantagens e desvantagens de um orçamento base zero, tanto mais, tendo em consideração que esta proposta foi aprovada na Assembleia da República com o voto favorável do PSD, e que tal orçamento não só permite transparência política mas ainda ajustes em determinados tipos de despesa, como por exemplo, despesas de representação, aquisição de bens e serviços, e publicidade.

Este é o momento de dar o exemplo aos munícipes e mostrar que este executivo consegue e quer fazer uma gestão racional das despesas. Assim sendo, e dada a irreabilidade do documento votaremos contra.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal.

DEPUTADO ARLINDO PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal)

Boa noite!

Arlindo Pereira, Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal.

Com certeza que o senhor Presidente da Assembleia permite que eu utilize a frase que há bocadinho acabou de usar, “quem não se sente não é filho de boa gente”, eu prezo-me por ser filho de boa gente por isso, também me sinto e gostaria muito de não estar aqui neste momento, mas com o orçamento que é apresentado sou forçado a estar aqui, porque todos temos direito à indignação.

Algumas semanas atrás o senhor Presidente da Câmara convidou todos os Presidentes das Juntas para uma reunião. Apresentou-nos um documento a que

chamou de orçamento, não nos deu qualquer hipótese de o discutir, de fazer sugestões, alegou sempre que não tinha dinheiro e que aquilo era o possível, mas que mantinha as verbas para as freguesias. Ora, os valores, depois de analisado esse documento, eram efectivamente os valores do ano em curso, de 2010. Mas depois de terminada essa reunião, o senhor Presidente, nas costas de todos, alterou esses valores, de forma a penalizar algumas freguesias e a beneficiar outras.

Senhor Presidente, eu prezo-me de ser um bocadinho arrumado, e agora as freguesias é que têm de pagar o papel e o toner, muito embora com redução de verbas, mas tenho aqui o documento que foi discutido nessa reunião. E então, quando vem o documento final por correio electrónico, que é o que hoje vamos aqui aprovar ou não, os valores eram completamente diferentes.

Eu muito sinceramente, acho que isto é uma manobra, propor-se uma coisa e depois nas costas das pessoas alterar-se, eu não queria usar aqui nenhum palavrão senhor Presidente, mas isto no mínimo é uma manobra de chicana política, porque não é depois de chegarmos a um entendimento quanto aos valores propostos para as freguesias, que vamos alterar esses valores nas costas dos Presidentes de Junta. Ora, quem não tem dinheiro para o essencial também não tem para o supérfluo, e, ao lançar duas piscinas, quando diz não poder fazer coisas como abastecimento de água, que é um bem essencial, é um verdadeiro assalto à Freguesia do Arrabal com a redução de verbas que estão a fazer.

Eu estou aqui muito à vontade senhor Presidente, porque eu não estou ao serviço de partido político nenhum, eu estou aqui ao serviço da minha freguesia. Por isso, não estou com medo que me venham a tirar o "tacho". Pode acontecer que as minhas palavras sejam muito incómodas, já verifiquei que sim há bocadinho, pela resposta que o senhor Presidente me deu verifiquei que as minhas palavras são incómodas, mas eu não vou deixar de dizer a verdade e não alinho nem com favorecimentos nem com esquemas, e é esse incómodo que levou a freguesia do Arrabal a ficar de fora deste orçamento. Então vejamos:

Esta Câmara não transferiu as verbas de Novembro e de Dezembro de 2009 que estavam previstas no orçamento, não transferiu, penso que não transferiu para freguesia nenhuma. O orçamento de 2010, disse o senhor Presidente na reunião que teve com os senhores Presidentes de Junta, que iria cortar 10%, efectivamente para o Arrabal cortou 15,6%, depois de eu aqui nesta Assembleia falar nisso e de o senhor

Presidente aceitar que havia ali uma diferença e que teria que ser corrigida, mas efectivamente eu fiquei com menos 15,6%. No orçamento para 2011 não está previsto um único cêntimo de investimento da Câmara na Freguesia do Arrabal, inventaram umas fórmulas de cálculo para mais uma vez prejudicar a Freguesia do Arrabal. Apresentam uma matemática que eu, muito sinceramente, não percebo, 30% de cinquenta mil euros são vinte e dois mil euros, eu não sei onde é que existe esta matemática, se calhar é ignorância minha. Como diz o povo, não tenho formação académica, mas mais vale muitos anos de tarimba do que um curso em Coimbra, e o meu curso é de tarimba não é de Coimbra. Com esta matemática conseguiu fazer um corte de oito mil e trezentos euros, que significa 17%, à Freguesia do Arrabal, quando disse que as verbas iriam ser mantidas.

Senhor Presidente, não pode, porque o senhor Presidente alegou que esta diferença se devia à área da freguesia, sempre que as circunstâncias lhe convêm alterar a área da Freguesia do Arrabal., o Arrabal está farto dessas manobras de alterarem a área.

Eu tenho aqui três documentos oficiais da Câmara, em que têm as áreas das vinte e nove freguesias do Município de Leiria, e cada um tem uma área para a freguesia do Arrabal. Tenho 22, 26 e 29, e o senhor Presidente desta vez arranjou-me uma área de 20,7 quilómetros quadrados. Portanto, tenho aqui este livrinho e o senhor Presidente também tem, aliás, eu já tive oportunidade até de lhe dar cópia dele que diz "Arrabal – 29 quilómetros quadrados", isto é da Câmara Municipal de Leiria, não foi uma invenção do Presidente da Junta, e esta edição já tem alguns anos.

Eu penso que não é sensato inventar-se um número para penalizar uma freguesia, porque o Presidente da Junta do Arrabal é incómodo. Não, eu continuo a ser incómodo enquanto estiver a defender os interesses da minha população.

O senhor Presidente sabe que existe um diferendo entre a Freguesia do Arrabal e as Cortes por causa de um pedaço de território, mas também sabe que é o Arrabal que ao longo de todos os tempos tem vindo a administrar esse território em causa. É na Freguesia do Arrabal que essas populações estão recenseadas, é o Arrabal que faz a manutenção viária, é o Arrabal que dá os pareceres para as construções, para a toponímia e atribui os números de polícia, etc.

Senhor Presidente, eu faço-lhe daqui um desafio, que o senhor amanhã arranje uma equipa de topógrafos e mande-os para o Arrabal para medir a freguesia para definitivamente sabermos qual é a área da Freguesia do Arrabal, porque eu nunca a

medi, nenhum destes números foi inventado pelo Presidente da Junta do Arrabal. Tenho dito, muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

DEPUTADO AMÍLCAR GASPAR (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.)

Boa noite.

Amilcar Gaspar, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas deputados, público e comunicação social.

Antes de mais gostava de deixar aqui duas notas.

A primeira nota é para felicitar o meu colega da Junta de Freguesia da Barreira, porque tem lá um investimento de mais de um milhão de euros, coisa que a Junta de Freguesia de Regueira de Pontes não tem, não teve, nestes últimos vinte anos, tudo somado acho que não dá esse valor nos últimos vinte anos. Isto depois faz-me pensar na velha questão dos quintais, da equidade, várias situações que se tem falado. Eu já disse em reunião de Presidentes de Junta com o senhor Presidente da Câmara, que a minha posição não pode ser uma posição de equidade, vamos olhar para as Juntas todas da mesma forma, e mediante a dimensão dá-se dez a um, quinze a outro, doze a outro, etc., não se pode, tem que se olhar é para as necessidades, eu felicito-o porque com certeza teve essa necessidade, e eu tenho muitas necessidades também. Era essa a felicitação, ainda bem que alguém consegue fazer algo mais.

A segunda nota, é para deixar aqui à deputada Odete João, que pelos vistos tem andado um bocado distraída. Por aquilo que ela disse aqui não posso deixar de fazer uma pequena observação, porque se ela passar pela Freguesia de Regueira de Pontes não vai ao encontro daquilo que ela falou aqui.

Na questão do desporto que falou também, sinceramente também está distraída nesse aspecto, porque para o desporto, prevejo que a Câmara este ano, no orçamento, sim senhor, vai fazer alguma coisa pelo desporto, porque eu já falei aqui em anteriores assembleias municipais, salvo o erro foi na Maceira, em que tinham

sido cortadas as regras do desporto a meio do jogo. Nessa altura, os clubes, associações, estavam a fazer conta com determinadas verbas e apenas se passou uma borracha sobre tudo o que estava programado, sobre tudo o que tinha sido falado com a vereação anterior, e, pura e simplesmente os “acordos” que havia desapareceram e pronto, um milhão e tal de verba que era para ser distribuído pelos clubes foram cento e sessenta mil euros se não estou em erro. E depois dessa fase também não veio nada de excepcional, eu também sou dirigente associativo, estou à vontade para falar sobre isso, espero que finalmente no próximo ano as coisas comecem a entrar nos eixos. Portanto, era só esse pequeno reparo também.

E já agora, aconselho-a a passar também pela zona industrial da Ponte da Pedra, vai ver que é tudo menos uma zona industrial, é uma calamidade industrial, não é zona industrial. Não falou, mas eu estou a deixar, em relação às freguesias, uma nota sobre o que se passa nas freguesias, portanto, gostava de deixar este alerta porque realmente esta história das igualdades, das equidades, isto tem muito que se lhe diga.

É evidente que, cada um de nós, cada Presidente de Junta, e eu penso que falo um pouco por todos os meus colegas Presidentes de Junta, nós defendemos os nossos interesses, das nossas populações, dos nossos lugares, dos nossos quintais, é evidente que defendemos. Nós neste momento estamos aqui a falar de migalhas, quando se fala em rectificações de áreas, etc., o presidente anterior por exemplo, estou a lembrar-me que ele falou agora no caso que está a perder x em vez de z, e como ele há outros, estamos falar nalguns casos de oito mil euros, noutros casos de quatro mil euros, repartidos esses montantes por mês estamos a falar às vezes de casos de dezenas de euros, mas estamos a falar disso, estamos a discutir isso, e entristece-me, sinceramente, faz-me lembrar um bocado que nós estamos no centro de Lisboa, em que há muitos pombos e só trouxe uma mão cheia de milho para dar aos pombos, e então tiro o milho e os pombos todos caem em cima, é uma disputa, uma coisa terrível, porque os grãos de milho não chegam para os pombos. Faz lembrar um pouco aqui esta situação. Apesar de compreender as dificuldades que a Câmara tem, não está em causa, também vos digo uma coisa, é a minha opinião, entre todos nós se cada um de nós fizesse um orçamento, cada um teria o seu orçamento, não havia orçamentos iguais. Não vale a pena, para mim, estar a falar do orçamento do PSD, do PS, do PCP, não é isso, cada um de nós teria o seu

orçamento. Eu se fizesse o meu orçamento, a única coisa que vos posso dizer é que com certeza duplicava as verbas para as Juntas de Freguesia, arranjava forma de fazer isso. É a minha opinião! Nós com aquelas migalhinhas que nos dão vamos fazendo pequenos milagres e vamos mantendo as Juntas funcionar. Eu quando falo em duplicar a verba não me refiro ao duplicar a verba, por exemplo, da educação, não é isso, mas estamos a falar se calhar de mais um milhão de euros para as freguesias e estamos a falar que já se faziam ainda mais pequenos milagres, porque nós estamos no terreno e quem está como eu, que deve ser a maioria dos meus colegas, a tempo inteiro, não é a nível de remuneração mas de trabalho mesmo, quem está lá dedicado de corpo e alma consegue fazer alguma coisa. Com os poucos recursos que tem, consegue fazer alguma coisa, não tenho dúvidas disso, mas para isso era preciso haver uma política que fosse mais ao encontro das necessidades das freguesias. É aquilo que eu defendo, é aquilo que eu acho, tenho pena que este orçamento não vá ao encontro dessa situação. Eu sou um novato nestas coisas das Juntas de Freguesia, é a primeira vez que estou à frente de uma Junta de Freguesia, por aquilo que tenha reparado e por aquilo que tenho visto, mantinha-se um pouco esta situação nos anteriores mandatos e mantém-se neste mandato, tenho pena que as coisas continuem assim. Faz falta que as freguesias sejam mais apoiadas, faz falta que haja formas de as freguesias poderem desenvolver o seu trabalho, poderem chegar às ansiedades das suas populações, cada uma das freguesias tem com certeza um projecto que gostava de desenvolver. A mim custa-me ver, não tenho nada contra os meus colegas, no caso das piscinas, apenas não sei quem é que depois vai manter. Está o estudo feito, quem é que vai manter essa situação? Os custos de manutenção quem é que vai pagar? Há utentes suficientes para essas piscinas? Não há? Está feito esse estudo? Eu não tenho nada contra isso, apenas acho que isso é uma bola de neve. Portanto, eram estas as notas que gostava de deixar aqui. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Eu pedi delicadamente ao senhor Presidente que abreviasse, penso que terão presente, todas e todos os deputados, que os Presidentes de Junta têm direito a dois períodos de cinco minutos para tratar de assuntos das respectivas freguesias, um no

período de antes da ordem do dia, outro num ponto da ordem de trabalhos. E portanto peço-lhes alguma contenção em respeito por esse preceito regimental.

Tem a palavra agora o senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Uma palavra prévia para repor a verdade relativamente ao que consta da deliberação de Câmara sobre os instrumentos previsionais.

Não corresponde à realidade dizer-se que foi cumprido o Estatuto do Direito de Oposição. O que realmente aconteceu é que pela primeira vez o estatuto, pelo menos no que toca ao PCP, não foi pura e simplesmente cumprido.

Este orçamento está fortemente condicionado pela conjuntura económica do País e pelo seu Presidente da Câmara. Pois está senhor Presidente da Câmara, está fortemente condicionado pelas políticas do Governo e do seu aliado, PSD, que cortaram em Junho nas verbas para as autarquias, aumentaram o IVA e voltaram agora os mesmos a cortar nas verbas para as autarquias e a aumentar o IVA. Está condicionado porque o Governo do PS faz o frete ao grande capital e permite aumentos do gás, quase 20%, dos combustíveis quando calha e o que calha, e agora da electricidade em mais 15%.

A proposta de orçamento do Município de Leiria para 2011, traz no seu rojo o aumento do preço da água, dos esgotos e do serviço do lixo, uma vergonha nestes tempos muito duros para a maioria da população e aumentos que não são meigos. Este orçamento traz também no seu rojo, pela primeira vez, uma benesse em sede de IRS para os cidadãos de maiores rendimentos, penalizando ao mesmo tempo os cofres municipais. Este é o orçamento que corta bastante no apoio ao movimento associativo, principalmente na área desportiva quando precisamos de pôr a nossa população, sobre tudo os jovens a praticar desporto. Este é o orçamento que vai gastar quase um milhão de euros na cobertura do Mercado Sant'ana e corta talvez a mesma importância no Centro Cultural dos Marrazes, que deveria albergar um centro de espectáculos, Museu Escolar, Escola de Música e Filarmónica.

Este é o orçamento que mais uma vez não tem um plano de reabilitação das degradadas vias rodoviárias municipais como já aqui propusemos. Este é o orçamento que não dá mostras de querer resolver o grave problema com infra-

estruturas escolares à Freguesia de Marrazes, este é o orçamento que não quer fazer avançar o parque industrial de Monte Redondo, este é o orçamento que quer entregar de bandeja os SMAS às Águas de Portugal, como passo prévio para o repasto dos grandes monopólios do sector. É o orçamento que não avança na taxa de cobertura do saneamento, porque aguarda o desenvolvimento do processo de integração nas Águas de Portugal, é o orçamento que quer entregar parcelas do património municipal à gula de interesses privados, como se o País não tivesse já exemplos suficientes do desastre chamado parcerias público-privadas. Este é o orçamento em que a população do concelho, através do orçamento municipal, vai continuar a sustentar os negócios dos senhores da União Desportiva de Leiria SAD. Este é o orçamento que integra a ideologia do corte nas despesas do pessoal, cortes cegos, que não tratam da eficácia e qualidade do serviço prestado, mas apenas lançar mais gente no desemprego mesmo sabendo que isso diminui a qualidade de serviço.

Estes são maus instrumentos previsionais que só podem merecer a nossa reprovação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

À semelhança do que aconteceu o ano passado, uma vez mais estou aqui para vos dizer, mas agora digo com preocupação, que não fizemos qualquer tipo de análise técnica ao orçamento. Não faz sentido, utilizando uma palavra interessante que o senhor Presidente utilizou há dias para um colega meu de bancada, seria um exercício perfeitamente ocioso e inócuo.

Eu tive oportunidade de, e aqui advém a minha preocupação, num encontro fortuito com o senhor Presidente da Câmara, ter-lhe dito que tinha alguma dificuldade em perceber que na nota introdutória do orçamento e das grandes opções, nos fosse apresentado o orçamento como um documento que estabelece metas irrealistas, porque isso implica uma coisa que é fundamental para todos nós, porque não nos podemos esquecer que isso decorre de um absurdo da lei portuguesa.

Nós que estamos na política, eu no meu partido, cada um dos senhores no vosso, temos como objectivo poder vir a fazer a administração neste caso da nossa autarquia. Aquilo que nós aqui apresentamos são os nossos propósitos de plano de actividades e o orçamento que vai consubstanciar essa execução. Como disse o senhor Presidente da Junta de Regueira de Pontes, obviamente aquilo que ele preconizaria será seguramente diferente daquilo que eu poderia preconizar porque cada um de nós teria um orçamento diferente. Agora aquilo que é importante, é que nós aqui, que representamos as nossas populações no concelho, possamos ajuizar daquilo que nos é proposto, possamos fazer o julgamento político das opções e técnico da sua consubstanciação. E é isso que há demasiados anos não acontece, e aí entramos no grande drama da questão política portuguesa.

Nós de facto, e muitos se recordarão disso, foi em determinado momento, acho que dividimos o Estado português em sérios e não sérios, o estado central é sempre muito sério, independentemente de quem lá esteja, as autarquias eram sempre um bocadinho mais estranhas e propensas a fazer rotundas e essas coisas, etc. E isto levou a que nós tenhamos depois, nomeadamente através da questão das verbas do QREN, criado ou incentivado a fuga à realidade. E aí tenho de estar de acordo com o senhor Presidente, os orçamentos irrealistas. Isso preocupa-me, porque isso esvazia uma parte substantiva da nossa função nesta Assembleia, que é claramente poder avaliar o trabalho que o senhor Presidente da Câmara faz. Atenção, não é porque eu quisesse que ele fizesse porque eu proponho, era porque eu não tenho meios de avaliar o que ele propõe fazer, porque ele próprio diz que o que propõe é irreal. A partir daqui, acho que é entendível que estamos perante um beco sem saída para todos nós, obviamente, eu não sendo do partido que está no poder, voto contra, os que estão no partido que está no poder votam a favor. Mas há uma coisa que eu tenho a certeza, nem uns nem outros vamos daqui sair de consciência tranquila, porque os que aprovarem estão a aprovar qualquer coisa que não faz sentido, vocês membros todos sabem, não é porque tenham descoberto é porque o senhor Presidente diz, que isto é irreal. E portanto eu creio, e pedi ao senhor Presidente, esperei que o tivesse feito não o vi fazer, que nos tivesse explicado qual era o cerne da sua proposta em termos de execução, e qual era o orçamento que lhe estava a servir de base, e a partir daí ficávamos também a saber qual era a parte inventada, porque seguramente não tudo o que está aqui é inventado, e a partir daí nós

podíamos trabalhar e podíamos estar todos a ser muito sérios e eficazes, a posição a fazer o papel de apoiante da maioria, os da oposição a fazerem o seu papel de forma eficaz também. Aqui estamos perante um claro nó górdio, não sei como é que se desata esta situação, honestamente. Nós pensámos em fazer uma análise técnica do que é que está mal e do que não está mas é despiciente, é ocioso como já disse, portanto, não me vou repetir muito mais, tenho pena que assim seja, acho, sinto, não tenho dúvida, de que hoje estamos aqui a prestar um mau serviço à democracia e ao poder local.

Permitem-me que termine com uma nota e agora sou eu que me sinto poderoso. Eu na última Assembleia fiz aqui uma nota, em que me distanciei da maioria PS/CDS, então não é que o documento de suporte a este ponto da ordem de trabalhos diz "*O senhor Presidente e os senhores vereadores Gonçalo Lopes, Lurdes Machado, Blandina Oliveira, Lino Pereira e António Martinho, eleitos pelo Partido Socialista, cujo teor se transcreve...*" e segue por aí fora. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira.

DEPUTADO JORGE CRESPO (Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira de Cima)

Boa noite.

Jorge Crespo, Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira de Cima, independente, eleito em lista do Partido Socialista.

Cumprimento o Sr. Presidente e restante mesa desta Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, as Sras. e Srs. Vereadores, as Sras. e Srs. Deputados, a comunicação social presente e o digníssimo público.

Estando aqui reunidos para, entre outros assuntos, discutir e votar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Leiria para o ano de 2011, cumpre-me, enquanto presidente da Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima, a obrigação primeira de analisar esses documentos, verificar se contemplam as legítimas aspirações da população da minha freguesia e, por fim, votá-los em consciência.

De uma primeira análise, sobrou a frustração imensa de verificar que continuamos a ser os parentes pobres do concelho de Leiria, sem qualquer obra relevante que nos tire da cauda do investimento camarário e que, mais uma vez, vamos continuar a ver adiados os projectos verdadeiramente estruturantes que a nossa freguesia precisa, exige e merece, ficando confinados às pequenas obras que o nosso magro orçamento e a qualidade técnica do nosso pessoal vão permitindo.

Resulta também dessa análise, a constatação que as obras inscritas nestes documentos, umas já realizadas, outras em curso e outras ainda a ser lançadas num futuro próximo, põem em causa a coesão do concelho, fomentando o aumento das assimetrias entre as diversas freguesias, cavando cada vez mais o fosso entre as que têm quase tudo e aquelas que não têm quase nada.

Sendo presidente dum Junta de Freguesia pertencente a este último grupo, o das que não têm quase nada e constatando que este orçamento de forma alguma responde às legítimas aspirações da população que represento, seria lógico, fazendo uso da liberdade que a minha independência partidária me confere, votar contra este orçamento.

Contudo, numa análise mais aprofundada, é possível verificar que a maioria das obras e grandes investimentos inscritos neste orçamento, foram lançados pelos anteriores executivos camarários, quase sempre financiados por empréstimos bancários faraónicos que geraram um serviço de dívida brutal e aliados a actos de gestão no mínimo bastante duvidosos, deixaram esta autarquia em completa asfixia financeira.

Vejamos apenas alguns exemplos:

- A decisão de reconstruir o estádio e a criminosa derrapagem financeira que todos conhecemos;
- A nebulosa e nunca bem explicada construção da ponte Euro;
- O famoso caso do gerador;
- A construção a esmo, sem planeamento e, porventura, ao sabor de interesses eleitorais, de infra-estruturas desportivas caríssimas, em locais desajustados e sem qualquer tradição de prática desportiva;
- As não decisões sobre o Mega Centro Comercial, o Terminal da Rodoviária, o Jardim da Almoíña Grande, o Mercado do Levante, entre outras;

- A ausência de planos estratégicos credíveis para os parques industriais, escolares e desportivos do concelho; etc., etc., etc.

Por fim, infelizmente para todos nós, talvez a coberto do argumento fantástico que a capacidade de endividamento da Câmara Municipal não estava ainda esgotada, optou o anterior executivo por acções eleitoralistas de última hora, que em bom rigor, materializaram a irresponsabilidade de quem tendo a perfeita consciência de estar à beira do abismo, não hesitou em dar um salto em frente, no exemplo acabado da gestão típica do último a sair que apague a luz e feche a porta.

É por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que este orçamento que vamos votar não é ainda, não pôde ser ainda, o orçamento que este executivo gostaria de apresentar, mas sim o orçamento possível face às condicionantes financeiras herdadas e aos efeitos nefastos da crise que atravessamos.

Perante este cenário negro, a opção do actual executivo por um orçamento de contenção, aliado às medidas entretanto tomadas no sentido da reorganização e rentabilização dos recursos humanos do município e à agilização de processos, são indícios claros de que se pretende romper com as práticas do passado e dar um novo rumo ao concelho.

Posto isto, resta-nos aqui dar um sinal claro de esperança num futuro mais risonho, alicerçado numa gestão camarária mais transparente, mais competente e mais justa, votando favoravelmente este Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Boas Festas e Feliz Ano Novo para todos!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Silva. O senhor deputado prescinde, tem a palavra a senhora deputada Susana Rodrigues.

DEPUTADA SUSANA RODRIGUES (PSD)

Boa noite.

Susana Rodrigues, PSD.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, excelentíssimos vereadores, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, demais membros da Mesa, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores.

Antes de mais votos de muito boas festas para todos vós.

Relativamente à proposta do orçamento municipal para 2011, gostaria de tecer alguns comentários e suscitar alguns esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara e restante executivo.

Do lado da receita e relativamente às receitas correntes, a rubrica “venda de bens e serviços correntes” cifra-se em onze milhões quatrocentos e quarenta e nove mil quatrocentos e setenta euros. Seria importante que se elucidasse à luz do plano estratégico de vossa excelência, quais a ou as vendas de bens e serviços correntes que tem previsto em concreto para o cabimento desta rubrica.

As “outras receitas correntes” têm o acréscimo de 9%, registando o valor de novecentos e trinta mil euros. Solicita-se informação sobre esta rubrica, ou seja, o que são estas “outras receitas correntes”, qual a sua origem e como se prevêem arrecadar estas receitas.

Em receitas de capital, a rubrica “vendas de bens de investimentos” cifra-se em vinte e três milhões setecentos e trinta e seis mil e vinte e três euros. O que consubstancia este encaixe de receitas, quais os bens de investimento em concreto que se perspectivam vender.

Sei que o senhor Presidente já referiu há pouco algum mobiliário de algumas escolas que irão fechar, nomeadamente os espaços também, pelo que eu percebi, Nova Leiria, preciso saber se se confina só a essa verba ou se eventualmente haverão outros bens de investimento que estará a perspectivar vender. Ainda dentro da grande rubrica das receitas de capital, gostaria que concretizasse o que tem previsto para a rubrica “outras receitas de capital”, cujo valor é de um milhão cento e quarenta mil euros, que explicitamente fosse dito o que se espera realizar.

Do lado da despesa, as rubricas de “despesas com Pessoal” apresenta um decréscimo de 3%. Seria pertinente saber quanto deste valor está afecto a uma definição de uma política clara de contenção de despesas com Pessoal, ou se pelo contrário, este decréscimo é consequente das políticas nacionais de cortes orçamentais nos vencimentos da função pública.

Do lado da despesa, a rubrica “transferências correntes” apresenta uma redução de 10% de 2009 para 2010, e 9% de 2010 para 2011, ou seja, nestes dois anos prevê-se um corte nas verbas afectas às Juntas de Freguesia de 19%. Tais cortes, irão repercutir-se no desenvolvimento de actividades, obras das Juntas de Freguesia.

Assim, vinha por este meio indagar quais os critérios para os cortes, quais os critérios de atribuição de verbas às Juntas de Freguesia, quem recebe e que montantes.

De novo, a rubrica de “transferências de capital” apresenta uma redução de 48,41% relativamente ao ano transacto, passa quase para metade, passa de nove milhões de euros para quatro milhões seiscentos e oitenta e cinco mil euros, ou seja, as transferências para as Juntas de Freguesia vão sofrer cortes substanciais quer ao nível das despesas correntes quer ao nível das despesas para grandes investimentos. Assim sendo, questiona-se se haverão mecanismos de apoio compensatórios às Juntas de Freguesia decorrentes dos cortes efectuados, de realçar que as Juntas de Freguesia são um órgão autárquico de proximidade privilegiada com a população do concelho, resolvendo quotidianamente muitos problemas aos cidadãos.

No que concerne à rubrica “aquisição de bens de capital”, no valor de trinta e um milhões duzentos e noventa e três mil quinhentos e oitenta e três euros, seria relevante clarificar que aquisições de bens de capital se perspectivam concretizar.

Tendo em conta que haverá uma diminuição do IMT, uma diminuição de derrama, e o eventual não pagamento do IMI por dificuldades financeiras por parte dos municípios, e não se prevendo, dada a conjuntura económica que se vive, uma alteração dos factores, questiona-se quais as estratégias que o executivo tem, para subverter esta situação. De que forma é que o actual orçamento apresentado, traduz o programa em que o executivo se comprometeu com o eleitorado. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigada senhora deputada.

Tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortes.

DEPUTADO MANUEL CRUZ (Presidente da Junta de Freguesia de Cortes)

Boa noite.

Manuel Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Cortes

Senhor Presidente, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, acros Presidentes de Junta.

Abordou-se aqui ainda há pouco, a freguesia de Cortes.

Se hoje eu cobrasse um cêntimo por cada vez que falam em Cortes, não precisava do orçamento da Câmara para nada, e de certeza que conseguiria financiar o orçamento da Câmara. Mas, mais uma vez vou falar em Cortes.

E falou-se na freguesia das Cortes, muito concretamente sobre as fronteiras da freguesia das Cortes e de um contencioso que já há muito esta tem com a freguesia do Arrabal.

Quero aqui dizer que a freguesia das Cortes tem as fronteiras devidamente definidas, reconhecidas pelo Instituto Geográfico Português, e só a Assembleia da República, que eu saiba, pode alterar ou fazer qualquer coisa sobre as respectivas fronteiras da freguesia. Qualquer consulta a qualquer organismo público, vem, e reconhecem, todos, quais são as fronteiras da freguesia das Cortes, são aquelas que estão definidas, que estão marcadas e que têm o GT. Enquanto não houver uma decisão em contrário, e devidamente rectificada com o Presidente da Junta de Freguesia das Cortes, tenho por missão administrar toda a freguesia e nesta área inclui-se a Curvaxia. Não posso admitir qualquer intromissão seja a que pretexto for nesta ou noutra área da freguesia.

Na verdade, nos últimos anos as Cortes viu-se cerceada de verbas que injustamente nos foram retiradas e que outros injustamente se aproveitaram delas. Por isso não queriam fazer entrar pela janela aquilo que não se consegue fazer entrar pela porta. Aquilo que é das Cortes é das Cortes, não permito nem aceito que haja intromissão desta natureza nem que se discutam as verbas que à Freguesia das Cortes pertencem enquanto não houver decisão em contrário. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Tem a palavra a senhora deputada Ana Paula Silva.

DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)

Ana Paula Silva, Independente, eleita nas listas do PSD.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Excelentíssimos senhores secretários da Mesa,

Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, excelentíssimos senhores vereadores,

Excelentíssimos senhores deputados,

Excelentíssimos senhores Presidente de Junta,
Excelentíssimos senhores jornalistas,
Excelentíssimas senhoras e senhores

O orçamento da Câmara Municipal de Leiria previa para o ano de 2007 um montante global de receitas na ordem dos cento e sete milhões de euros. Era um documento irrealista, cheio de intenções ilusórias, como aliás se veio a confirmar.

O montante de receitas em 31 de Dezembro foi da ordem dos sessenta milhões, ou seja, quarenta e sete milhões de euros abaixo do previsto. A declaração de voto então assumida, alertava para a mentira que constituía aquele documento, já que era impensável atingir aquele montante. O tempo veio, infelizmente, a dar-nos razão mais uma vez. Esta prática prosseguida há muito por esta maioria PSD/CDS, leva ao permanente engano dos leirienses, frustrando as suas expectativas e originando a ultrapassagem de Leiria por outras capitais de distrito, que apresentam índices de desenvolvimento superiores.

Quando o documento foi publicamente apresentado, a responsável máxima da autarquia dava conta de que seria um ano de grandes apostas na Educação, no Desporto e nas vias de comunicação.

Voltando e avançando um bocadinho, às páginas tantas diz assim:

“O que é bem significativo de quanto era irrealista a proposta apresentada conforme na altura se alertou o que mais uma vez se confirmou. E chamamos a atenção para estes segmentos já que eles foram anunciados com as grandes bandeiras da maioria PSD/CDS para o ano de 2007. O que se constata agora, é que estamos na presença de mais um desaire da maioria autárquica. É que mais uma vez o comportamento da maioria se pautou pela incapacidade de concretizar aquilo que se apregoa aquando da apresentação dos orçamentos e dos planos de investimento. A falta de coragem para assumir a ruptura com os métodos tradicionais tem sido evidente, uma proposta onde a verdade fosse condição dominante, com elaboração de um orçamento de base zero, várias vezes proposto à maioria, permitiria uma gestão de rigor e evitaria o agudizar de uma situação cada vez mais preocupante.

Será necessária a criação de condições para que haja uma gestão rigorosa e de grande inovação, inventando recurso financeiros que permitam que Leiria inicie um processo de desenvolvimento e crescimento exponencial, para que seja possível recuperar o atraso em que nos encontramos, quando comparados com outras

capitais de distrito. Há que romper com determinados conceitos enviesados, e muitas vezes desadequados, que têm proliferado no ambiente político leiriense. Se isso não acontecer..."

Sr. Presidente é com o devido respeito que fiz das suas palavras as minhas palavras relativamente a este orçamento para 2011, citando o artigo de opinião que Vossa Excelência escreveu intitulado " As Contas da nossa Câmara" no Diário de Leiria datado de 21 de Abril de 2008.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, eu pergunto:

O que é isto que temos aqui hoje para 2011?

O que é isto que este executivo PS nos traz a esta assembleia pela segunda vez?

Um rol de intenções? Um conjunto de folhas com rubricas residuais?

O ano passado havia a contingência de estarem somente há 2 meses no executivo, mas este ano, minhas senhoras e meus senhores, este ano já estão há 1 ano e 2 meses.

Esperava Senhor Presidente, aqui, tal como noutras acções deste executivo, a tão propalada MUDANÇA, palavra que foi o sustentáculo da apresentação do PS aos leirienses, palavra com a qual acenaram, á boca cheia, a salvação do concelho de Leiria, e que temos? Nada. Nada de nada.

Eu fiz o meu trabalho de casa, consultei, até onde foi possível, todas as actas de apresentação de orçamento e Plano de Actividades.

Li as defesas, as acusações, as recomendações, as sugestões, as indignações e sobretudo as criticas do PS a todos os orçamentos apresentados pelos anteriores executivos.

E ao ler as intervenções e as criticas nelas expressas, ao estudar este Orçamento e Plano de actividades para 2011 não precisava de fazer nenhum exercício mental para esta minha intervenção, bastava citar as intervenções de vários deputados municipais do PS, desde 2004 a 2008, alguns que hoje já o não são e de outros que aqui estão hoje presentes, e fazer minhas as suas palavras, pela clareza das suas petições, pela agudeza das suas criticas, pela emotividade das suas indignações, chegando mesmo alguns senhores deputados a adjectivar alguns dos orçamentos e planos de actividades como logros, mentiras, falsidades, irreais logo nefastos para o desenvolvimento do concelho e da qualidade de vida dos leirienses.

E ao olhar para este Orçamento e Planos de Actividades, muitas perguntas me surgiram:

Onde está o orçamento de base zero que o Senhor Presidente várias vezes propôs ao anterior executivo?

Onde está o Orçamento participativo algumas vezes alvitado na discussão dos orçamentos do anterior executivo?

Onde está a credibilidade tantas vezes dita como ausente nos anteriores orçamentos?

Onde está a seriedade tantas vezes pedidas nas anteriores discussões de orçamento e plano de actividades?

Há uma certa similitude na aceção das palavras CREDIBILIDADE e SERIEDADE mas existe uma grande diferença para onde essas mesmas palavras nos podem remeter. Nestes orçamento e plano de actividades, que o executivo camarário nos apresenta, não encontro nem uma nem outra.

Das duas, uma:

- Ou o PS andava enganado e os orçamentos e planos dos executivos PSD e posteriormente PSD/CDS eram correctos e apropriados e o PS andou estes anos todos a fazer uma politica baixa, de crítica infundada, de má política.

- Ou o PS não sabe.

- Não sabe como se faz um orçamento que é, deve ser, um instrumento fundamental de gestão constituído de acordo com regras claras, de rigor, de transparência, de pressupostos verdadeiros e atingíveis, adequados á realidade.

- Não sabe delinear uma estratégia de desenvolvimento que deve indicar com clareza as prioridades da Câmara Municipal,

Optar-se pelo fundamental e estratégico é um exercício de responsabilidade de quem o faz e de quem responde por ele. Saber-se para onde ir e canalizar os recursos disponíveis porque não existem recursos infinitos, demonstra-se ter visão, liderança, responsabilidade. Capacidades que este executivo camarário não parece ter na medida em que este Orçamento e Plano de actividades não as evidencia.

E não as evidencia:

- Porque ignorou as regras básicas fundamentais de gestão camarária e de estratégia de desenvolvimento para o concelho.

E senhoras e senhores deputadas, senhoras e senhores presidentes de junta, quando estas regras são ignoradas,

- Criasse um documento de intenções mas nunca um orçamento porque se “engordam” as receitas que se sabe á partida serem inatingíveis
- Criasse um documento fantasioso e irresponsável porque não se definem prioridades o que traduz a falta de ideias estratégicas.

Este Orçamento, que já é um orçamento do Executivo PS, demonstra, infelizmente para o Concelho e para os leirienses, que este executivo foi eleito pelas ideias e pelos projectos imaginários e irrealizáveis que prometeram para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos ou para o desenvolvimento socioeconómico do concelho e sabem disso, eram conhecedores da realidade do concelho, foram durante anos parte integrante quer no executivo camarário quer na assembleia municipal, sabiam do endividamento da câmara e das dificuldades em obter receita real, obter dinheiro.

Mas não tiveram pudor nenhum em prometer, em elaborar um rol de 120 medidas para mudar Leiria, tão propaladas, que hoje não conseguem por em prática não só por falta de dinheiro, porque com falta dele andamos todos nós portugueses, empresas, associações, mas acima de tudo por falta de capacidade de planeamento e de definição de prioridades.

Ao fim de 1 ano e 2 meses no executivo, da aprovação de 1 orçamento e plano de actividades, o que vimos

Vimos que:

- Falta liderança,
- falta visão
- falta competência
- falta planeamento
- falta responsabilidade.

E por isso se envereda, invariavelmente, pelo caminho mais fácil:

- Culpar o executivo anterior, PSD/CDS, numa tentativa deveras infeliz de encobrimento do deserto de direcção, que traduz o facto, de que algumas pessoas, são muito mais inteligentes a fazer oposição do que a governar.

Porque penso, todos os portugueses no geral e os leirienses em particular, estarmos cansados de políticos credíveis mentirosos que prometem sistematicamente o que

não podem cumprir, urge o advento de uma nova geração de políticos credíveis sérios, que cumpram exactamente aquilo que a realidade lhes permite executar.

Precisamos de quem faça mais, com os meios que tem, com a realidade que existe, e prometa menos, invente menos e se desculpe menos, como é o caso deste executivo.

Não resisto a citar uma pessoa que aprendi, pela leitura das suas intervenções exímias, a respeitar, o Sr. Vereador António Sequeira na sua exímia intervenção, enquanto Deputado Municipal na oposição, na discussão do orçamento para 2008:

“ Ainda um dia me hão-de explicar o que se ganha e quem ganha, com esta filosofia de realidade virtual e de ficcionismo num documento que, embora se baseie em previsões, tem de ser rigoroso por ser de fundamental importância para a gestão eficaz e prudente de uma organização”.

E termino senhor Presidente, termino com grande pena de ter dito tudo o que disse, mas com a convicção de que tudo aquilo que disse é sentido e é verdadeiro. Termino senhor Presidente, com a mesma frase com que o senhor Presidente terminou o seu artigo de opinião, *“se isso não acontecer...”*, se não hoje, se não nesta casa, um dia qualquer gostaria que o senhor Presidente me explicasse estas reticências, o senhor diz *“se isso não acontecer...”*, eu não as coloco, espero a sua explicação senhor Presidente. Não sei se as terei, porque há um ditado que é muito velho e muito verdadeiro – um homem fica sempre refém da sua palavra. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Tem a palavra o senhor deputado António Sequeira.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, senhoras e senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores.

Eu vou aproveitar agora para lhes desejar um bom Natal, não o fiz nas intervenções anteriores porque elas em si já encerravam o espírito natalício. Como agora penso ser um bocadinho mais vigoroso, vejo-me na necessidade de compensar, não me

esquecendo de desejar as Boas Festas a todos. Vai também um agradecimento para as pessoas que me citaram. Estou preocupado que o computador da nossa colaboradora que elabora as actas gaste a escrita em itálico, porque pelas actas que eu vi, a maioria das intervenções dos senhores deputados vêm em itálico, porque pelas actas que eu vi, a maioria das intervenções dos senhores deputados vêm em itálico, porque são transcrições daquilo que eu disse e que outras pessoas disseram. Eu tenho que fazer os meus discursos e estou a fazer também os vossos, o que me está realmente a dar algum trabalho. Aliás eu tenho que ter algum cuidado porque já hoje, aqui, o meu querido amigo vereador da Educação e da Cultura foi apelidado de ter um problema com a juvenilidade, espero que a mim não me acusem de vetustez ou obsolescência. Eu disse que ia ser vigoroso mas não vou chamar mentiroso a ninguém, como já hoje aqui ouvi. Vou também pensar que houve aqui um apelo para que não faltasse muito tempo para que os orçamentos deixassem de ser empolados e passassem a ser verdadeiros. Isso vai demorar algum tempo, mas vai com certeza demorar muito menos tempo do que a resolver a situação financeira que nos deixaram e ainda muito menos do que vai ser preciso para se resolver a situação caótica em que foi deixada o urbanismo deste concelho pela maioria PSD/CDS. Isto integra-se aqui no meu discurso.

Direi então, que nos é apresentado para o exercício de 2011 um orçamento que se eleva a cerca de 108 milhões de euros.

No ano que agora finda a Câmara trabalhou sobre um orçamento de 127 milhões que como se previa estava completamente fora da realidade espectável.

A minha opinião sobre o empolamento dos orçamentos é por todos conhecida e mantém-se arraigadamente inalterável por razões que tenho vindo a explicar e que felizmente são avalizadas por entidades acima de qualquer suspeita em termos de competência técnica.

Cito a título de exemplo, parte de um parágrafo de um parecer elaborado pela IGF e respeitante às contas da CML: O sistemático e crescente empolamento das receitas orçamentais permite a realização de despesas para o pagamento das quais não há meios monetários disponíveis.

Conforme o Presidente da Câmara explicou de uma maneira muito clara é agora difícil, face aos compromissos assumidos nos mandatos anteriores, diminuir abruptamente o montante do orçamento.

Parece-me muito positiva a diminuição de cerca de 19 milhões de euros prevista para 2011, que corresponde a uma quebra de 15% em relação ao inscrito para o ano que corre.

Temos que recuar até 2005 para encontrar valores visivelmente mais baixos.

É muito louvável esta demonstração inequívoca de que existe vontade para que os orçamentos da Câmara de Leiria se aproximem daquilo que nunca deviam deixar de ter sido: Rigorosos e realistas sem deixarem de encerrar sempre alguma ambição de conseguir melhor desempenho que no passado.

Tenho por norma antes de cada assembleia dar uma vista de olhos pelas actas das reuniões anteriores.

Comecei por aquela de há um ano em que discutimos o plano e orçamento para 2010 e fui lendo por aí fora.

No fim ficou-me a sensação de que a asserção muitas vezes invocada de que na política as pessoas têm memória curta é mesmo verdadeira.

Eu ouvi e li comentários, epítetos, justificações e juízos de intenção que me deixaram surpreso e apreensivo quanto à manutenção da minha capacidade de sintonizar os acontecimentos com a época em que ocorreram e com a identificação dos actores com a acção.

Vou tentar dar muito brevemente a minha versão histórica do desenrolar dos factos que têm marcado a vida do município de Leiria, reposicionando os factos com o seu tempo e os actos com os seus intervenientes.

Pretendo com esta exposição elucidar (no meu ponto de vista, obviamente discutível) as pessoas que pela sua juventude ou ausência, deles não tomaram conhecimento e avivar a memória da maioria de nós que por razões diversas vamos tendendo a branquear o passado.

Nas últimas três dezenas e meio de anos a Câmara de Leiria foi “grosso modo” governada por três correntes políticas (perdoem-me a terminologia incorrecta mas que pretendo esquemática)

O primeiro período que decorreu até 1997, o segundo período que mediou entre 1998 e 2009 e agora o terceiro período que praticamente se iniciou no ano de 2010.

Propositadamente dividi os dois primeiros tempos, embora sabendo nós que a força ou forças políticas que patrocinaram os respectivos elencos camarários foram iguais. Basta viver ou ter vivido neste concelho algum tempo, ouvir as pessoas, ou ler os jornais para saber quais são as principais queixas dos habitantes desta terra.

Basta chegar à janela e olhar para a paisagem e passar os olhos pelo balanço do município!

Sabemos todos que elas são a desorganização urbanística do concelho com especial incidência na cidade e o descontrolo financeiro das contas.

Podem os senhores deputados negar a evidência destes problemas e acham que é difícil enquadrá-los nos períodos temporais que atrás delimitei?

Acham difícil saber a que força ou forças políticas temos que pedir responsabilidades desta situação?

Também sabemos a quem temos que pedir para trabalhar no sentido de minimizar os efeitos perniciosos da actual situação.

Se as consequências das controversas políticas urbanísticas, pela sua natureza, são em muitos casos insolúveis, os problemas de natureza financeira, face à sua dimensão e ao ambiente económico em que vivemos também não se mostram nada fáceis de resolver.

Quanto se procuram explicações e justificações para a situação financeira da autarquia e respectivas consequências de carácter económico, sobressai logicamente o montante da dívida pelos custos que o seu serviço acarreta, depois elege-se o estádio e sua envolvente como geradores de todos os problemas.

Tudo isto é verdade e aqui está, como é consabido, não o único, mas o principal responsável dos males que afectam as contas da câmara.

Mas mesmo em relação à candidatura ao Euro 2004 e à decisão de requalificar o estádio para o efeito há que precisar algumas circunstâncias.

A primeira estimativa para as obras e que mereceu a aprovação unânime do executivo apontava para uma verba de 3,9 milhões de contos ou seja na moeda actual qualquer coisa como 19,5 milhões de euros que beneficiariam de uma comparticipação estatal de 25%.

Tudo indica que a partir de certa altura tudo se descontrolou. A partir do fim de 2001 não tenho dados que me permitam fazer juízos sobre os acontecimentos.

Aquilo que sabemos é que o estádio custou 53,8 milhões, os estacionamento, 10,7 milhões as acessibilidades 23,6 milhões, outras obras relacionadas 6,9 milhões o que no conjunto dá um montante que até a dizer dói: 95 176 965,38 euros.

Os financiamentos de que esta obra beneficiou entre Feder, Prodep e Piddac quedaram pelos 17 milhões de euros.

Os leirienses estão a pagar o restante e podiam ao menos saber porque é que se gastaram cerca de cinco milhões de euros numa ponte chamada ponte Europa.

Esteticamente uma belíssima obra.

Mas sinceramente duvido que em qualquer parte do mundo se faça uma ponte suspensa, um verdadeiro luxo, para dar acesso praticamente a um parque de estacionamento.

E assim se formou a pesada herança!

Uma explicação para quem não o saiba: Fui e sou um observador privilegiado do fenómeno autárquico ao longo das décadas que já referi.

Este é o quarto mandato de membro da Assembleia Municipal de Leiria que cumpro e no intervalo entre cada dois mandatos fui durante 8 anos vereador desta Câmara, com a particularidade de ter servido no último daquilo a que chamei o período do descontrolo urbanístico e do primeiro da fase que classifiquei como a do descontrolo financeiro.

Podem considerar que avaliei mal o que se tem passado, mas têm que convir que tenho estado bem posicionado para, pelo menos admitirem e talvez ponderarem a minha opinião.

Há um ano, em 28 de Dezembro mais precisamente, um senhor deputado do PSD, a propósito do orçamento que esta Câmara então apresentou, dizia que o Partido Socialista devia pedir perdão à Presidente da Câmara anterior, aos deputados do PSD e sobretudo aos eleitores do concelho por os terem induzido num engano grosseiro. Isto 60 dias após a tomada de posse.

Eu pergunto, quem deverá desculpas ao povo do concelho de Leiria pelo que se passou nos anteriores 35 anos? Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado Pedro Faria.

DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)

Boa noite, Pedro Faria, PSD.

Já fomos todos muito cumprimentados, portanto, passo por cima dessa parte.

Relativamente àquilo que o senhor deputado Sequeira disse sobre o estádio, eu gostava de comentar de alguma forma essa situação.

É absolutamente verdade que quando nos surgiu a hipótese de ter um estádio no EURO, ele foi-nos apresentado com o valor de 19 milhões de euros. Não fomos nós, Câmara de Leiria, que definiu esse valor, esse valor foi-nos apresentado pela Secretaria de Estado do Desporto. Mais tarde, quando Portugal foi contemplado com o EURO, e Leiria foi contemplada com o estádio, rapidamente se percebeu que aquele valor dos 3,9 milhões de contos era um valor que não se sabia de onde é que vinha, não tinha ligação nenhuma com a realidade, o valor era muito superior a esse. Para além de ele ser muito superior a esse, as regras impostas pela UEFA relativamente à construção de estádios e às valências que tinham que ter, alteraram-se radicalmente e fizeram com que o investimento do estádio fosse mesmo muitíssimo superior àquele que estava previsto.

Eu na altura era vereador, aliás com o senhor deputado Sequeira, e, fui o primeiro a levantar a questão de que, quando se tinha dito que sim ao estádio, era no pressuposto de que ele tinha um determinado valor e chegou-se à conclusão de que esse valor era um valor que não tinha nada a ver com a realidade dada acima. E portanto, do meu ponto de vista, tinha toda a lógica que se viesse a ponderar se era ou não de se fazer o estádio, porque uma coisa era dizer sim a uma coisa que custava um determinado valor, e outra coisa era dizer o mesmo sim a algo que estava muitíssimo a mais.

Esse assunto foi abordado pelo PSD, e entendeu-se que devia ser colocada a questão a toda a vereação e a todos os partidos que estavam representados na Assembleia Municipal. Nenhum dos partidos que estava na Assembleia Municipal e na Câmara achou que se devia alterar o posicionamento anterior. O Partido Socialista porque essa era uma ideia do Governo e não iam agora contra a situação do Governo, o Partido comunista que também foi na altura abordado também disse que a nível central, o Secretariado, achava que a ideia do EURO era boa e portanto eles não iam contra essa questão. O CDS também foi a favor mas já não me recordo com que

argumentação, o certo é que ninguém dos partidos que estavam representados na Assembleia Municipal quis despoletar o não ao estádio.

Decidiu-se então, levar essa questão à Assembleia Municipal, alertar para o facto de o valor já não ser o mesmo e que era maior. E não houve uma pessoa na Assembleia Municipal, um triste deputado, que levantasse a questão. Se alguém tivesse levantado a questão, era disposição da Câmara agarrar nisso e ir desenvolver, mas não, ninguém agarrou nessa questão, de não continuar com o estádio numa altura em que já era mais do que evidente de que os valores que estavam em cima da mesa eram extremamente superiores àqueles que estavam...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, eu não vou cortar-lhe a palavra, mas dá-me licença que o interrompa?

DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)

Com certeza!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

É só para lembrar que o ponto da ordem de trabalhos é o orçamento e plano de actividades para o ano de 2011. Houve um historiador em Portugal que para fazer a História começou em Adão e Eva...

DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)

Eu tenho consciência disso, mas é por resposta àquilo que aqui se falou, era suposto ouvir-se o Partido Socialista defender este orçamento, afinal não o fez, desviou-se para esta questão do estádio, e esta questão do estádio é importante porque tem servido sistematicamente de razão para que nada se possa fazer, e é verdade, estamos todos de acordo nisso, só que na altura certa ninguém levantou a questão. E depois mais tarde, quando o comboio já ia em movimento, então não houve gato/sapato neste concelho que não achasse que o estádio não devia ser feito ou que a ser feito não era ali, ou que era de outra maneira, enfim, todas as posições possíveis e imaginárias. Era só isto que eu queria dizer. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra a senhora deputada Odete João.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, Partido Socialista.

Obrigada senhor Presidente. Eu vou ser telegráfica e começaria por dizer a verdade do senhor de La Palisse. O orçamento é um instrumento de execução das políticas autárquicas. Então o que nos dizem os números? Eu diria que basta ler. E até o último relatório do PISA tão propalado nos últimos dias, nos coloca com um desempenho na leitura relativamente bom. Mas como nenhum dos presentes tem essa idade, prefiro parafrasear o poeta e dizer *“vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar”*.

E não podemos ignorar que este orçamento, contrariamente ao que aqui foi dito, que não define objectivos e que não tem estratégia nos diz é o seguinte, basta olhar para os números, objectivos: pagar as dívidas, pôr as contas em ordem, fazer o essencial e só o essencial. Estratégia – gastar menos e fazer o máximo, tomar as decisões acertadas e fazer melhor. É isso que os números nos dizem. Foi, também, perguntado “quantos mais orçamentos dos nossos (PSD) vão continuar a apresentar?” Acho que todos nós sabemos, esperemos que sejam poucos e que as dívidas se paguem rapidamente.

Ouvimos aqui a indignação dos senhores Presidentes de Junta, face à ausência dos investimentos que desejavam, e eu na primeira intervenção associei-me às vossas preocupações. É legítimo. Alguns dos exemplos apontados demonstram bem o que se passou antes, com a falta de planeamento estratégico. E num dia de tempestade, como hoje, foram semeadas algumas infra-estruturas e equipamentos algures por esse concelho, muitas vezes em sítios onde não faziam exactamente a falta desejada, e por estarem mal localizados, são os utentes que se têm de deslocar, ou tão pouco não existem nos sítios onde são precisos. E sabemos que temos aqui um desenvolvimento a dois tempos, lamento que na altura nesta Assembleia Municipal, a única voz avisada, tivesse sido a do PS.

Ouvi a intervenção que acusava este executivo de não ter definições estratégicas. Senhoras e senhores deputados, o essencial de facto, é invisível para os olhos, e este executivo reduziu tudo o que podia ao essencial assumindo os compromissos que vêm de trás, pagando as dívidas, pondo as contas em ordem, e fazendo as obras

essenciais num planeamento, que por obrigação dos escassos meios, obrigam a ratear de uma forma muito cuidada. Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Tem a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, deixar-lhe uma nota de que fico satisfeito por ter visto que neste momento se pôde fazer aqui alguma catarse de um problema complicado que nós temos, que foi a discussão do estádio, e penso que seguramente quando fizermos a assembleia extraordinária sobre a Leirisport, será muito importante, eu depois vou pedir a ajuda da Teresa, para irmos recuperar algumas datas. Julgo que foi em 2000 que houve umas eleições autárquicas e penso que foi nessa altura que eu entrei para a Assembleia Municipal. Mas, não posso deixar de dizer ao deputado Pedro Faria uma coisa que me parece muito relevante, eu em Assembleia Municipal propus à senhora Presidente da Câmara, que fizesse um referendo municipal quando os valores alteraram, lembro-me, foi aquele senhor que eu acho adorável, o senhor José Lello, que fez uma ameaça qualquer, não sei se se recordam da história, fica no EURO quem quiser ou algo assim, por causa da alteração do valor. Mas aquele senhor é uma pessoa apreciável, e na altura, eu disse à senhora Presidente, propus-lhe em Assembleia Municipal, que fizesse um referendo municipal sobre a realização do estádio, porque à Assembleia Municipal nunca foi a questão do estádio, à Assembleia Municipal apenas foram os financiamentos para a construção do estádio, certo? Esta questão é importante e essa história terá que ser feita.

Eu termino já e com o enorme respeito que tenho, e o senhor deputado Sequeira sabe que é verdade, aliás, felizmente não sou só eu, constato que é um sentimento compartilhado por todos, há uma coisa que não posso deixar de lhe dizer: fiquei um bocadinho triste por ver que o senhor deputado Sequeira utilizou aquilo que tão mal resultado nos tem dado em termos nacionais, que é aquilo a que eu chamo os argumentos à Sócrates. Não é tão mau porque é um bocadinho menor, a tendência de inflectir, mas a essência é a mesma senhor deputado Sequeira. O facto de reduzir, eu tanto poderia dizer que tecnicamente com a redução expectável da

receita por via dos cortes e da circunstância económica, este orçamento é seguramente a tradução de uma coisa para a outra, não há qualquer redução objectiva. Poder-lhe-ia dizer isso, agora a verdade é esta, a essência é a mesma, porque eu gostaria de ter ouvido, o ano passado, quando foi apresentado o orçamento inventado, que tivesse sido aqui dito um plano a quatro anos, a cinco anos, a oito anos, a dez anos, de redução da prospectiva orçamental. Era isso que eu gostaria de ter aqui visto, e aí, eu estava a dizer-lhe aqui que estaria plenamente de acordo consigo, mas isso não foi feito. Continua a ser utilizada a argumentação da invenção, e do irrealismo e aquilo que nós precisamos, na sequência do que o senhor disse, é um movimento de inflexão da situação orçamental do concelho, mas com objectivos muito claros e definidos temporalmente. E aí, seguramente que estamos de acordo. A tendência será de redução mas nós temos que saber porquê e onde. É só isso, peço desculpa senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Senhor Presidente, senhores deputados!

Às vezes vamos ouvindo coisas que nos levam a pensar se realmente estamos no caminho certo ou se estamos errados, e não custa nada, para quem me conhece sabe isso bem, dar a mão à palmatória.

Há umas coisas que aqui ouvi, dá-me a entender que temos aqui alguma semelhança com aquele indivíduo que não tem o mínimo de condições, monta uma empresa, aquilo começou a dar para o torto, cheio de dívidas, fechou a porta e foi montar uns quilómetros á frente uma outra empresa, com outro nome mas é o mesmo indivíduo que lá está. Nós estamos a dar aqui a cara, não fugimos, eu tive o cuidado de explicar a todos como é que identificámos o problema desta autarquia, como é que fizemos orçamento para este ano. Foi pegar nos compromissos e ver onde é que isso ia dar. Pode-se apagar estes compromissos? É o desafio que eu vos faço. Digam onde é que querem cortar, falaram duas piscinas, então vamos começar por aí.

O que está no orçamento é o seguimento de uma candidatura que vem do mandato anterior, e se vocês tiverem o cuidado de ler a introdução, que foi aqui votada em

2008 para o orçamento de 2009, está cá a piscina para Monte Redondo. Tirando duas ou três situações que nós substituímos ao nível da contratualização, tudo o que aqui estás, tirando aquilo que é corrente do próprio ano, tem a ver com o que vem de trás. E quando perguntam durante quantos anos é que vamos ter este orçamento, eu direi que, até conseguirmos chegar a um ponto que seja aceitável introduzirmos aquilo que nos parece ser o mais adequado. Digam, olhem bem para o documento e digam onde é que querem cortar. Este é o desafio que se faz. O que é que se pode apagar? Não vamos pagar ao banco? Não vamos pagar as AEC's? Não vamos pagar as refeições? Não vamos pagar ao pessoal? Não aproveitamos as obras financiadas? Digam onde é que querem cortar. A única coisa, para ficarem a saber, que está aqui a mais, é numa rubrica que tem um milhão seiscentos e um mil euros onde estão lá incluídos os tais setecentos e cinquenta mil euros que falámos na reunião de Presidentes de Junta. Vejam a diferença, digam onde é que querem cortar para baixar isto, sabendo à partida que podemos fazer os setenta e quatro setenta e cinco nas condições que eu há pouco explicitiei. E portanto, quando se põe a questão, o que é que fazemos? Orçamento zero? Eu também gostava, gostava de fazer um orçamento participativo, mas eu não tenho nada para dar, estou aqui amarrado, podíamos fazer outra coisa, é verdade, é empolar mais isto para se poder fazer aquilo que alguns ambicionam, falta saber depois como é que estaríamos de contas. Neste momento a pressão é de tal ordem que não dá para imaginar, da vossa parte, porque aquilo que eu alertei na reunião de Presidentes de Junta para explicar as razões deste orçamento, e que não é possível alterar, não é possível cortar aqui, e esse é o desafio que se lança a todos. Digam onde é que querem cortar e quanto é que isso vale no universo dos cento e oito milhões. Está aqui alguma coisa do nosso programa? Ouçam, 95% seguramente vem de trás. Portanto façam o favor, até porque, às vezes dá para imaginar os efeitos da contradição em que muitos caem quando pela pura política vota-se contra e ponto final, 95% do que aqui está nesta proposta de orçamento, vem do anterior mandato e que nós mantivemos, podíamos ter abdicado das obras financiadas pela comunidade. Olhem bem para o documento, vejam aquilo que aqui está e digam, como é que resolviam. Vamos empolar mais ainda? Vamos criar mais dívida? Então estamos a tentar baixar a dívida, estamos a tentar ser rigorosos, já demonstrámos aqui ainda há bocado onde é que andamos a

cortar, temos o cuidado na introdução de dizer que é irrealista porque não conseguimos arranjar os cento e oito milhões, e ainda somos acusados por isso?

A quem é que saberia melhor tentar resolver os problemas que são levantados a todos os níveis? Era ao próprio executivo! Mas digam lá como é que fazem? Onde é que vão cortar? Esta é que é a grande razão disto tudo, é nos compromissos que estão assumidos e que nós não podemos pura e simplesmente eliminar. Digam onde é que querem cortar e este é o desafio que deve ser feito, porque quando se fala na história das piscinas, já sabemos que Monte Redondo é um compromisso assumido que nós mantemos, a história de Amor, tem a ver com a possibilidade de localização da ETES que se pensa que este ano avance e que foi questionado para haver compensação da parte do Governo em relação à localização da ETES naquela freguesia. Naturalmente que a decisão da Junta foi que gostariam de ter a piscina. Se o Governo a pagar não a vamos aceitar?

Bom, depois aquilo foi aqui referido, por exemplo, em relação às infra-estruturas, basta ler com alguma atenção os documentos, para perceber os investimentos que vão ser feitos no Centro Escolar dos Marrazes, para perceber porque razão não foi feito o trabalho de casa por parte de alguns, porque é que é a opção do Mercado Sant'ana, nós queremos tirar partido daquelas estrutura o ano todo, e portanto fizemos esta opção. Também temos legitimidade, nós fomos eleitos para governar, temos uma maioria, temos direito a fazer as nossas opções.

Quanto à situação do saneamento e do parque industrial de Monte Redondo.

Estão a ultimar, espera-se que me Março fiquem concluídos os processos relativos à aquisição dos terrenos, isto já tem anos e anos.

Cobertura do saneamento. Pois, é preciso dinheiro, é fácil dizer que é preciso aumentar, nós todos sabemos, eventualmente estamos todos virados para que, se se confirmarem as tais regras ou as tais condições que foram abordadas em reunião de executivo com os representantes do outro lado, é possível que venhamos a aderir. É a forma se calhar mais rápida de podermos fazer a obra e dar resposta àquilo que são as carências deste concelho, porque a previsão de cinco ou seis anos nos cinquenta milhões de obra, se for em termos normais dos SMAS, podemos andar aqui vinte ou trinta anos até elas se concretizarem. E portanto se essas mesmas condições se mantiverem, cá estaremos, a seu tempo, para nos entendermos sobre essa matéria. Essa pode ser a porta de saída.

Queria também só dar aqui esta nota, sobre os trinta e um milhões de empreitadas que foi referido pela deputada Susana Rodrigues, tem a ver com as obras que estão em curso. Basta ver nesta situação que está expressa na introdução, nos trinta e quatro milhões, há trinta milhões que respeitam a fornecedores de imobilizado, ou seja, empreiteiros, mais os dezasseis milhões de obras financiadas, é a transição pela sua conclusão para este objectivo.

Queria depois também, sem adiantar muito, porque milagres é um pouco mais ao lado, referir-me à intervenção da deputada Ana Paula Silva.

Gostava partir do zero mas não quer que paguemos as dívidas, não quer que mantenhamos em funcionamento durante o ano daquilo que é essencial e que tem a ver com aquilo que é a vocação do Município, que é intervir nas várias áreas? Fugir a isso? O grande exercício aqui é qual? Digam lá onde é que querem cortar? Nós estamos abertos a isso, digam onde é que querem cortar e qual é o valor que querem cortar. Nós queremos para o ano, com certeza, baixar ainda mais o valor do orçamento, queremos começar a aproximar isto, mas também queremos fazer obra, como é óbvio, queremos todos fazer obra, é nisso que estamos apostados. Este é um mandato de quatro anos, face às circunstâncias, face à própria conjuntura, acho que é indigno estarem a exigir agora, aquilo que durante anos e anos não foi possível fazer. Não estou aqui a relevar por outros motivos, é porque não foi possível fazer, porque não havia recursos para o fazer. Se tiverem dúvidas, peguem na nota introdutória para perceberem as dificuldades que havia, onde a certa altura se diz que *"foi tudo isto que tivemos presente na elaboração destes documentos previsionais, sendo mesmo de encarar a possibilidade do recurso, no futuro, a outras fontes de financiamento para cumprir todos os prazos definidos nas candidaturas já aprovadas, já apresentadas e em fase de apreciação."* Já aqui se levantava a questão de vir a contrair novos empréstimos, é porque havia dificuldades e então decidimos que elas existiam, e agora de um momento para o outro elas desaparecem e está tudo bem? Faça-se mais obra, fazemos mas e o dinheiro? A autarquia não pode estar numa situação de financiamento por parte de terceiros, a autarquia não pode continuar neste tipo de gestão, e está aqui a prova, reduzimos o valor do orçamento, podia ficar empolado também, podíamos agradar a toda a gente, mas quem paga? Como é que pagamos isto? Peço imensa desculpa pelos termos em que possa estar a utilizar as palavras mas realmente não ficaria bem comigo mesmo se não

expressasse conscientemente as razões que nos levam a apresentar isto. É levantada aqui a questão de haver chicana política, quando é conveniente alteram-se as regras, isso de modo algum vamos aceitar, isso é para gravar e de modo algum o aceitávamos. Há documentos oficiais onde nós assentámos e definimos os critérios, de instituições de referência, como é o caso do Instituto Geográfico Cadastral, a quem solicitámos essas mesmas certidões das áreas das freguesias, e que já estão presentes na autarquia desde 2006, e desde essa data nunca houve essa alteração. Poder-se-á dizer que podiam-se ir buscar outros parâmetros, ou outra forma, foi por ali que fomos, e portanto se alguém se sente lesado é bom que faça um primeiro exercício para ver se houve ou não houve justiça, se houve ou não houve prejuízo para terceiros em benefício próprio. Ninguém gostaria mais de ter as freguesias em condições de dar resposta às solicitações do que o executivo municipal, agora não tem havido recursos para isso, temos um mandato de quatro anos, estamos a caminhar no bom sentido, no rigor, demonstrámos já desde início o conjunto de reduções que fizemos em várias áreas, e por isso, queria só apelar à reflexão e ao sentido de justiça se assim o entenderem. Legitimamente poderão utilizar o voto como muito bem entenderem, ninguém põe isso em causa, mas sejamos também sérios na apreciação das coisas e perceber como é que isto pode ser feito, como é que isto poderia ter sido evitado, como é que isto poderia ser alterado, etc., etc. Somem, digam lá onde é que querem cortar e somem para ver o resultado final, este é o desafio que nós fazemos. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Vamos pôr à votação a proposta de orçamento para 2011, Opções do plano para 2011/2014 e Mapa de Pessoal para 2011, do Município de Leiria. Este ponto inclui tudo isto, a minha proposta é que façamos a votação global do ponto, com tudo o que está incluído no ponto. Tenho o vosso assentimento? Muito bem!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro.

com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01 delibera por maioria, com trinta e três votos a favor, onze votos contra e quinze abstenções, aprovar a Proposta de Orçamento para 2011 e Opções do Plano para 2011/2014 e Mapa de Pessoal para 2011 do Município de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado Domingos Carvalho e o senhor deputado João Cunha vão fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

O CDS/Partido Popular não votou contra por que estivesse em causa qualquer tipo das boas intenções, das melhores intenções, que o executivo camarário tem para a consecução do orçamento e dos outros documentos que lhe estão apensos e que votámos em bloco. O CDS/Partido Popular votou contra a proposta que aqui nos foi apresentada, porque nós não somos uma agremiação, uma empresa ou uma associação cultural, onde nós tenhamos uma equipa contratada, como numa empresa que se contrata uma equipa de gestores, e que nos vão explicar a realidade, a realidade era de todos conhecida, e nós partimos das propostas que nos foram vendidas. É por isso que nós temos de votar contra, porque a minha avaliação não pode partir, neste caso, nunca, daquilo que é a boa intenção do executivo, é claramente da situação pela qual os senhores deixaram de ser oposição e passaram a ser poder. Nós não podemos hoje encontrar uma situação diferente daquela que foi referida quando a deputada Ana Paula citou o orçamento, não estamos a falar de um orçamento anterior ao estádio, estamos a falar de um orçamento de 2007, estamos a falar de um orçamento pós execução do estádio. É por isso que nós não podemos deixar de votar contra um orçamento que não nos é explicado em que parte é realidade e em que parte é ficção. É por isso que nós estamos e votámos contra. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Eu abstive-me nesta votação e queria dizer porquê de uma forma muito clara.

A falácia que foi aqui apresentada foi objectiva, clara, todos nós ouvimos, a forma como foi apresentada. O que me levou a abster não foi essa falácia mas foi antes uma outra coisa, foi o ter ouvido na explicação do senhor Presidente da Câmara, já posteriormente, pela primeira vez, a metodologia que ia adoptar para o futuro em relação à elaboração dos orçamentos. E é essa metodologia, que devia ter sido apresentada de uma forma politicamente assumida, clara, aos deputados municipais, e que numa simples explicação de pé de página que aqui foi apresentada a seguir é lançada essa metodologia para conhecimento de todos. E eu, perante isso, entendi, porque não foi dada a possibilidade de dissertarmos sobre essa opção metodológica, abster-me porque ela necessariamente obrigaria a ser dissecada a forma de correcção, digamos assim, da metodologia orçamental. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Se me permitem duas informações e uma reflexão.

A primeira nota é que, durante esta reunião não tive conhecimento caso contrário tê-lo-ia feito no início, tive conhecimento de que o estado de saúde do senhor Presidente de Junta da Freguesia de Carvide é preocupante, e gostaria que nos associássemos num voto de pronto restabelecimento do senhor Presidente da Junta que é membro desta Assembleia Municipal, já o fizemos com outros deputados, um deles aqui está connosco e recuperou rapidamente, e portanto gostaríamos que lhe transmitisse, de resto está cá a sua representante, o nosso desejo de que rapidamente se restabelecesse da situação de fragilidade de saúde que neste momento tem. Suponho que não suscita qualquer controvérsia.

A segunda informação, devia tê-la dado antes do início da discussão deste ponto, o senhor vereador António Martinho pediu-me para transmitir à Assembleia Municipal que não foi por qualquer desconsideração que se retirava, estava francamente adoentado, estava com muita febre e retirou-se antes deste ponto da ordem de trabalhos, faço questão de transmitir à Assembleia Municipal.

Finalmente, a tal reflexão com informação da minha decisão a este respeito.

São duas horas e meia da manhã, nós estamos aqui há cinco horas e meia, e nessas cinco horas e meia tivemos um ponto antes da ordem do dia, um ponto que quase

não suscitou discussão, e no fundo discutimos quatro pontos da ordem de trabalhos, um ou dois dos quais quase não suscitaram discussão.

Eu devo desde já comunicar que esta sessão da Assembleia Municipal termina aqui, e será retomada no dia para o qual eu vier a convocar, tenho que ver a minha agenda, a sessão extraordinária que foi hoje aqui requerida e que incorporará também, além do ponto que foi objecto do requerimento, ou seja a questão da Leirisport, a questão da auditoria e incorporará os pontos que estavam na ordem de trabalhos da reunião de hoje e que não foram hoje discutidos.

Senhoras e senhores deputados é a minha decisão enquanto Presidente da Assembleia. Não me parece humano que devamos continuar a discutir a ordem de trabalhos desta noite, que tem mais uma série de pontos.

Devo dizer-lhes que ouvi o senhor Presidente da Câmara antes de tomar esta decisão, porque, obviamente, foi a Câmara Municipal que propôs estes pontos para a ordem de trabalhos. Mas sugeria, também num clima natalício, que reflectíssemos todos. Eu a partir de certo momento não fiz mais nada se não dar a palavra, fui deixando estar, o que digo é só por mim e não é para debate, também tenho o direito, como Presidente da Assembleia, de exprimir um estado de alma e deixá-lo em acta, até porque não intervenho nos debates como sabem.

Sugeria que reflectíssemos todos sobre se a melhor forma de defendermos os interesses dos munícipes é aquela como o fazemos. Eu estou a exprimir um estado de alma para encerrar a sessão senhor deputado, mas se quiser interpele a Mesa que eu depois continuo...

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Senhor Presidente, eu não posso aceitar que se esteja aqui a lançar um labéu sobre os deputados acerca do tempo que demoram as assembleias. O senhor Presidente é o responsável pelo agendamento dos pontos da Assembleia, se julga que são muitos pontos o senhor Presidente assuma a responsabilidade e convoque outras assembleias desdobrando os temas sobre essa matéria. Agora, não podemos estar aqui, nós deputados municipais, no exercício das nossas competências e das nossas funções, a vermo-nos coagidos com o tempo para a nossa liberdade de expressão, para tratar aquilo que os munícipes esperam de nós, e não estamos aqui a falar para

a comunicação social, estamos aqui a falar em relação àquilo que são as nossas funções enquanto deputados municipais.

Eu peço que considere esse pormenor porque nós não podemos estar aqui a receber esse labéu de que nós estamos a ser indisciplinados com o tempo porque nós estamos no exercício das nossas funções. Portanto senhor Presidente, com todo o espírito natalício que esta sessão naturalmente tem que ter, esta e as outras, e com o devido respeito, quero salvaguardar e essa é a minha interpelação muito directa, eu não aceito que eu tenho que ter zero segundos de intervenção para que se possa cumprir uma agenda de forma comprimida. Assim como hoje tinha catorze ou quinze pontos, qualquer dia tem vinte ou cinquenta pontos. Isto é perfeitamente inaceitável. Desculpe-me mas tinha que lhe dizer isto!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado pela interpelação senhor deputado, a interpelação está registada em acta, permitir-me-á que conclua aquilo a que eu chamei um desabafo de alma, e vou continuar.

Eu volto a dizer, não coagi ninguém, não circunscrevi o direito a ninguém, não restringi o direito a ninguém, e portanto não lancei labéu sobre ninguém. Fiz uma simples sugestão, que reflectíssemos, com toda a franqueza acho estranho que uma sugestão para que reflectamos seja uma sugestão mal acolhida. Eu limitei-me a sugerir que reflectíssemos, penso que o devemos fazer, nunca fica mal cada um de nós reflectir, eu próprio reflectirei sobre a minha forma do exercício da função. Faço uma sugestão, que reflectamos sobre se é esta a melhor solução e este o melhor caminho.

A sessão da Assembleia Municipal de hoje está terminada. A todos desejo um feliz Natal, desejo um feliz Ano Novo e a outra será quando eu a convocar porque terei que ver a agenda entretanto, não é antes do Ano Novo.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 02.40 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Técnica, transcrevi e subscrevo. -----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão extraordinária de 04 de Janeiro de 2011, delibera, por maioria, dezasseis abstenções, aprovar a acta. -----

O Presidente da Assembleia

Carlos Manuel B. Ascenso André

A Assistente Técnica

Teresa Paula Pinto